

24 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CRISTIANO ZANIN MARTINS

VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS

Advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Só há justiça com a certeza da imparcialidade Suspeição do ex-juiz Moro impõe a libertação de Lula

Está na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta terça-feira (25), o habeas corpus que impetramos em favor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 5 de novembro de 2018. Se o Estado de Direito prevalecer, Lula deverá ter sua liberdade plena restabelecida nessa data e os processos devem voltar ao início, presididos por juiz natural, independente e imparcial, o que nunca foi o caso do atual ministro da Justiça, Sergio Moro, em relação ao ex-presidente.

A Constituição Federal e a legislação não permitem a condução do processo e sua conclusão por juiz que tenha —ou aparente ter— interesse no seu desfecho.

A mera dúvida sobre a isenção do magistrado é suficiente para que seja reconhecida sua suspeição. O que se busca proteger, além do direito fundamental do cidadão, é a imagem e a confiança na própria Justiça, essencial à democracia.

Não há qualquer controvérsia quanto ao fato de que, em 2016, Moro autorizou ilegalmente, por 23 dias, a interceptação do principal ramal do nosso escritório e monitorou, com procuradores e policiais, as conversas que mantínhamos

sobre a estratégia jurídica de defesa do ex-presidente Lula. Naquele momento, discutíamos no Supremo (Ação Civil Originária 2.833) que o Ministério Público Federal do Paraná não tinha atribuição legal para qualquer iniciativa no chamado “caso do triplex”. Vale dizer: nosso trabalho foi escandalosamente monitorado quando Moro e os procuradores disputavam o caso Lula com outras jurisdições.

O decano do Supremo, ministro Celso de Mello, reconheceu suspeição de Moro, em 2013, ao julgar recurso que envolvia o monitoramento de outros advogados autorizado pelo ex-juiz, anotando, à época em voto vencido, que esse vício deve ser reconhecido “em situações anômalas em que o magistrado surge vestido de verdadeiro investigador” (habeas corpus 95.518).

É exatamente isso o que se verifica no processo que resultou na condenação do ex-presidente, pois, além do monitoramento da defesa, ocorreram inúmeros outros atos, igualmente incontroversos, que afastam Moro da condição de juiz imparcial.

É possível citar: (a) as decisões proferidas antes mesmo da instauração da ação penal (como a condução

coercitiva sem base legal), que já deixavam clara a predisposição do atual ministro de condenar Lula; (b) a força-tarefa liderada por Moro para impedir o cumprimento da ordem de soltura emitida por desembargador federal do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em julho de 2018; (c) o levantamento, de ofício, do sigilo de material às vésperas das últimas eleições presidenciais e, ainda, (d) a guinada de Moro para o cargo de ministro de Estado em um governo para cuja eleição foi decisivo o impedimento de Lula, com base na condenação imposta pelo ex-juiz —contrariando até mesmo decisões da ONU.

Moro argumenta à exaustão que sua sentença foi revisada por outros juízes. Mas além do vício da parcialidade contaminar o processo —independentemente da comprovação do prejuízo—, diante da sua gravidade no caso concreto, os danos saltam aos olhos. Na cruzada contra Lula, sua defesa foi tratada como mera formalidade; provas relevantes foram indeferidas e criou-se na opinião pública, por ações do próprio juiz do caso, uma expectativa de condenação difícil de ser superada mesmo com as provas de inocência que apresentamos.

As recentes reportagens do site “The Intercept” trazem à tona novos e chocantes elementos para comprovar a verdade histórica sobre a perseguição judicial a Lula (“lawfare”) e terão muita importância para a análise futura do processo de erosão da democracia no país.

Independentemente desse episódio, os fatos que embasaram o habeas corpus são mais do que suficientes para determinar a nulidade dos processos contra Lula e a imediata libertação do ex-presidente.

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS MOTA

Juízes sem juízo 24 JUN 2019

SÃO PAULO Não dá para acusar Sergio Moro de incoerência, conhecida agora parte de sua conduta informal na Lava Jato. Perseguiu o programa anticorrupção que tinha delineado em 2004, num texto acadêmico tratando da Mãos Limpas, na Itália.

É preciso esticar ao limite os instrumentos do direito e alimentar o apoio da opinião pública —no que vazamentos tempestivos à imprensa ajudam— para ter chance contra o monstro da corrupção, argumentava o jovem juiz federal. Escrito e feito.

Num dos trechos dos diálogos obtidos pelo site The Intercept, Moro dá um sabão num delegado da Polícia Federal, por tornar públicos documentos que justificariam tirar de Curitiba parte da Lava Jato. A bronca é repassada pelos procuradores, que articulam proteção ao juiz.

Num outro momento, Moro cobra do Ministério Público um contra-ataque midiático ao “showzinho” da defesa do ex-presidente Lula diante do magistrado. Opa! Falta, seu juiz.

Esse é o perigo de correr na faixa estreita que divide a pista da caixa

de brita. Moro e os procuradores federais de Curitiba assumiram o risco quando implantaram um modo vanguardista e heterodoxo de operar.

Colheram louros, mas agora vêm os espinhos que estavam no preço. O sistema de Justiça não pode fazer vista grossa a revelações que sugerem ação imparcial de um magistrado.

Os exemplos de juízes e procuradores que perderam o juízo ao longo da notável reação das instituições de controle brasileiras à corrupção grossa não se restringem a esse caso.

Inventaram o impeachment sem perda de direitos políticos, impediram o presidente de nomear ministros, meteram-se no Congresso, censuraram a imprensa, prenderam por motivos débeis, montaram esquemas paralelos de apoio a delatores e derraparam para o debate político.

Extravagâncias de autoridades fazem mal à democracia. O bom governo é comedido, silencioso, deferente aos seus limites e eficaz. A fervura dos rompedores e dos desbocados é típica de outros regimes.

24 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Novas mensagens com Moro provocam reações de políticos

Ministro publica, em latim, que montanha pariu um rato;
ex-procurador critica

BRASÍLIA E SÃO PAULO AS NOVAS mensagens envolvendo Sergio Moro, ministro da Justiça, e procuradores da Lava Jato em Curitiba provocaram reações de políticos e nomes ligados à força-tarefa.

Os diálogos foram divulgados neste domingo (23) pela Folha, em reportagem com o site The Intercept Brasil. Mostram como os procuradores se articularam para proteger o então juiz e evitar que tensões entre ele e o Supremo paralisassem as investigações em março de 2016.

Ex-juiz responsável pela operação e hoje membro do governo Jair Bolsonaro, Moro não falou sobre o assunto. No Twitter, publicou, em latim, citação do filósofo romano Horácio: "Parturiunt montes, nascetur ridiculus mus [As montanhas partejam, nascerá um ridículo rato]".

Em resposta, o ex-presidencial do PT Fernando Haddad publicou em rede social: "Moro pariu um golpe".

"Folha não detectou nenhum indício de que material da #VazaJato possa ter sido adulterado. O jornal buscou nomes de jornalistas e encontrou mensagens reais trocadas com integrantes da força-tarefa, obtendo assim um forte indício da integridade do material", escreveu Haddad.

Também por rede social, a presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), chamou Moro de mentiroso e disse que ele foi desmascarado em uma intenção de evitar

que o STF soubesse de apurações relacionadas a autoridades com foro especial, conduzidas por Curitiba.

"Não podia esconder do STF que investigaria políticos com foro nas cortes superiores. Fez isso para não perder o processo e continuar sua saga contra Lula", escreveu.

O deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ) disse que os diálogos mostram que o ex-juiz tinha ascendência sobre os integrantes da Lava Jato. "A submissão dos procuradores a Moro é escandalosa. Não restam dúvidas de que agiram ilegalmente, comentou.

O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, ex-membro da força-tarefa citado nas conversas, afirmou na rede que a Folha errou ao publicar "material apócrifo e de origem criminosa".

"O primeiro de seu erro foi dizer que 'A Interceptadora' recebeu de fonte anônima, enquanto está claro que este site conhece e protege a fonte."

Além disso, segundo ele, "atestar a integridade do material com o argumento de que as mensagens de seus jornalistas ali estavam é no mínimo ingênua, pois não há dúvida da existência de um crime de hackeamento e que potencialmente parte do material tenha essa origem".

Procurado, o Ministério Público Federal em Curitiba afirmou em nota que a força-tarefa "não teve acesso aos materiais citados pelo jornal e, por isso, tem prejudicada sua possibilidade de avaliar a veracidade e o contexto dos supostos diálogos". Disse ainda que os procuradores "pautam suas ações pessoais e profissionais pela ética e pela legalidade".

O MBL (Movimento Brasil Livre) — cujos integrantes, segundo indicam os diálogos, foram chamados por Moro de "tontos" por protestarem em frente ao apartamento do ex-ministro do Supremo Teori Zavascki (morto em 2017) — minimizou a crítica do ex-juiz e elogiou a Lava Jato.

"O trecho divulgado hoje quebra mais uma narrativa mentirosa dos aliados dos criminosos condenados na operação, demonstrando que o MBL sempre atuou de forma independente do Judiciário e dos procuradores", diz o texto.

O movimento afirmou que o ex-juiz "respeita e reconhece" a importância de suas manifestações para desmantelar "a quadrilha que estava no poder há 16 anos". Ressaltou que a Lava Jato segue sendo uma "importante operação contra a corrupção no país".

A reportagem publicada na Folha foi produzida a partir de mensagens privadas enviadas por uma fonte anônima ao Intercept e analisadas em conjunto pelo jornal e pelo site.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

24 JUN 2019

Os diálogos indicam que os procuradores e o então juiz temiam que Teori, relator da Lava Jato no STF, desmembrasse inquéritos que estavam sob controle de Moro em Curitiba após a divulgação de uma lista de políticos associados à Odebrecht, que tinham direito a foro especial

Moro escreveu a Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, para reclamar da Polícia Federal, que havia tornado a pública a lista de políticos.

Ao examinar o material, a reportagem da Folha não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado.

Os repórteres, por exemplo, buscaram nomes de jornalistas da Folha e encontraram diversas mensagens que de fato esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material.

Até aqui, Moro tem minimizado a crise e refutado a possibilidade de ter feito conluio com o Ministério Público. Assim como os procuradores, diz não ter como garantir a veracidade das mensagens e chama a divulgação dos diálogos de sensacionalista.

Chamado de 'tonto', MBL divulga pedido de desculpas de ex-juiz

O MBL (Movimento Brasil Livre) divulgou neste domingo áudio em que o ministro da Justiça, Sergio Moro, pede desculpas por mensagem trocada com integrantes da Operação Lava Jato em 2016, na qual os chama de tontos.

“Se de fato usei o termo, peço escusas, mas saibam que têm todo o meu respeito e sempre terão”, declarou Moro, segundo a gravação publicada no Youtube pelo deputado estadual Arthur Marmê Falei (DEM-SP), do MBL.

Procurada, a assessoria do ministro informou não ter conhecimento do áudio.

No diálogo em crítica o movimento, Moro pede ao procurador Deltan Dallagnol, que encontre uma forma de conter o MBL, que havia armado protesto em frente ao apartamento do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki, morto em 2017.

“Nao.sei se vcs tem algum contato mas alguns tontos daquele movimento brasil livre foram fazer protesto na frente do condominio.do ministro”, digitou o então magistrado no Telegram..

“Achei que esse protesto na época era um tanto quanto inconveniente”, argumentou o ministro. Moro sustenta não saber se usou mesmo termo “tonto”. “Acredito que não, pode ter sido adulterado, mas queria dizer assim, pedir minhas escusas se eu eventualmente utilizei.”

CONTINUA

Entenda o caso das mensagens da Lava Jato

ORIGEM DAS CONVERSAS

O que são Desde 9 jun, o site The Intercept Brasil vem divulgando um pacote de conversas envolvendo procuradores da República em Curitiba e Sergio Moro, na época juiz responsável pelos processos da Lava Jato

Período Os diálogos aconteceram entre 2015 e 2018 pelo aplicativo Telegram

Fonte O site informou que obteve o material de uma fonte anônima, que procurou a reportagem há cerca de um mês. O vazamento, segundo o Intercept, não está ligado ao ataque ao celular de Moro, em 4 jun

Análise A Folha teve acesso ao material e não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado. Os repórteres, por exemplo, encontraram diversas mensagens que eles próprios trocaram com a força-tarefa nos últimos anos

O QUE OS DIÁLOGOS MOSTRAM ATÉ AGORA

Troca de colaboração

Moro sugeriu à Procuradoria mudar a ordem de fases, cobrou a realização de novas operações, indicou testemunha e antecipou ao menos uma decisão. O juiz também propôs uma resposta ao "showzinho" da defesa de Lula, que havia prestado depoimento a ele

Dúvidas de procuradores

Em um dos diálogos, Deltan questiona a solidez das provas que sustentaram a primeira denúncia contra o ex-presidente Lula no caso do triplex de Guarujá (SP). O petista foi condenado nesse processo e cumpre pena há um ano em Curitiba

Influência de Moro na equipe

Em conversa com Deltan, Moro sugeriu melhorar o desempenho de uma procuradora durante interrogatórios. A orientação foi repassada à força-tarefa, que externou a preocupação de que isso não ocorresse no caso Lula. Alvo da crítica, Laura Tessler não participou da audiência do petista

Troca de opinião sobre casos

Moro também se posiciona contra investigações sobre o ex-presidente FHC na Lava Jato por temer que elas afetassem "alguém cujo apoio é importante"

Proteção

Procuradores se articularam para proteger Moro e evitar que tensões entre ele e o STF paralisassem as investigações em 2016. Entre as medidas estava a antecipação de uma denúncia

POR QUE AS MENSAGENS PODEM INDICAR IRREGULARIDADES

Segundo a legislação, é papel do juiz se manter imparcial diante da acusação e da defesa

Pelo Código de Processo Penal

O **artigo 254** afirma que "o juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes" se "tiver aconselhado qualquer das partes"

Pelo Código de Ética da Magistratura

Em seu **artigo 8º**, diz que "o magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente

das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito". Já no **artigo 9º** prevê que "ao magistrado, no desempenho de sua atividade, cumpre dispensar às partes igualdade de tratamento"

POSSÍVEIS EFEITOS PARA A LAVA JATO

A troca mensagens pode levar à anulação de condenações proferidas por Moro, caso haja entendimento que ele era suspeito. Isso inclui o caso Lula

INVESTIGAÇÕES

A PF investiga suspeitas de ataques de hackers a telefones de procuradores e do ministro, mas o teor das conversas não é objeto

O QUE DIZEM MORO E OS PROCURADORES

Argumentos do ministro

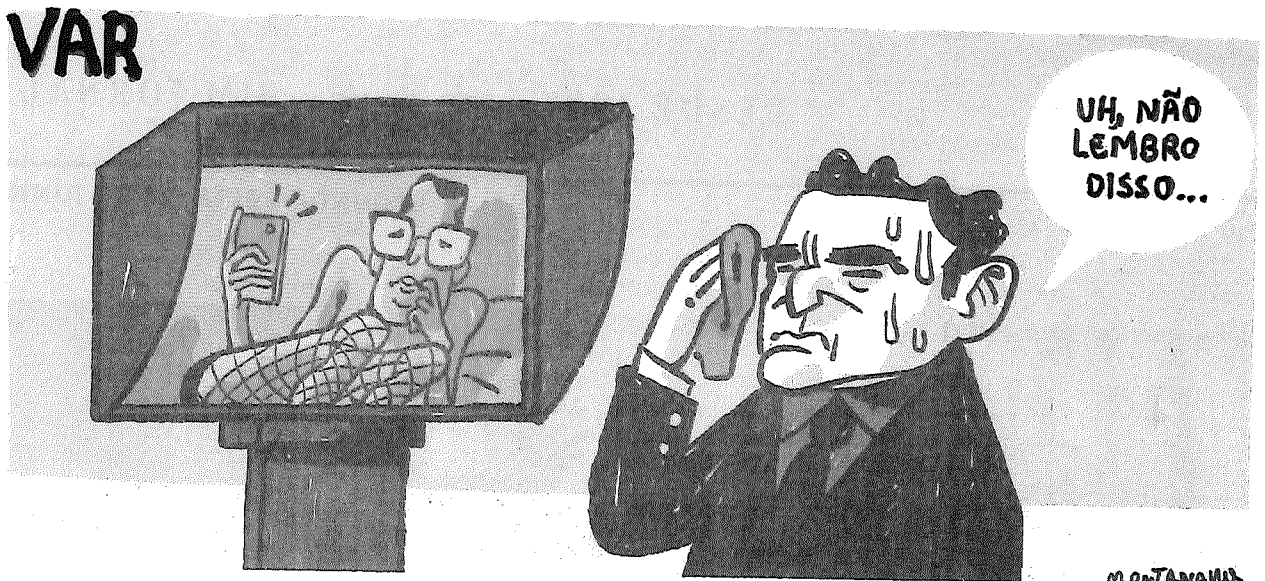
- coloca-se como alvo de ataque hacker de um grupo criminoso organizado
- diz não ter como garantir a veracidade das mensagens (mas também não as nega)
- refuta a possibilidade de ter feito conluio com o Ministério Público
- chama a divulgação das mensagens de sensacionalista
- desqualifica os que apontaram irregularidades na sua atuação quando juiz da Lava Jato

Argumentos da força-tarefa

- busca desqualificar o teor das reportagens afirmando que o grupo é vítima de uma ação criminosa
- nega que tenha havido qualquer ilegalidade em sua atuação
- afirma que não é possível confirmar se houve edições, alterações, acréscimos ou supressões no material obtido pelo site
- diz que fazer comentários sobre "supostos diálogos" incentiva os criminosos que deles se apropriaram

24 JUN 2019
FOLHA DE S. PAULO

VAR



Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Bolsonaro sequestra Moro

Com vazamentos, bolsonarismo chama ministro para dentro de seu mundo

Quem quiser acreditar nas manifestações de apoio que acredite: a verdade é que Jair Bolsonaro está vibrando com as denúncias contra Sergio Moro publicadas pelo The Intercept Brasil. As denúncias continuam saindo, não há qualquer indício de que não sejam baseadas em fatos, e são bastante sérias.

A "Vaza Jato" torna mais fácil para o presidente da República fazer o que sempre quis fazer com o ministro da Justiça: reduzi-lo a um tamanho em que ainda faça bela figura em seu ministério sem, entretanto, tornar-se um rival na eleição presidencial de 2022.

A estratégia de Bolsonaro consiste em esperar que Moro perca apoio ao centro, em setores "lavajatistas" que, de fato, estão preocupados com o respeito à legalidade, e amarrar a defesa de Moro aos temas do extremismo bolsonarista, como a fraude virtual e a homofobia.

Na audiência no Senado da última semana, senadores com notável histórico de combate à corrupção e apoio à Lava Jato manifestaram sua decepção com o ministro da Justiça.

O senador Fabiano Contarato, da Rede Sustentabilidade do Espírito Santo, ex-delegado e apoiador da operação desde o início, disse a Moro: "Fico imaginando se fosse eu, delegado, que mantivesse contato pelo WhatsApp com o advogado do indiciado contra quem instaurarei um inquérito e isso chegasse ao conhecimento do titular da ação penal,

o Ministério Público e do Judiciário. Acho que eu sairia preso da delegacia".

Outro lavajatista histórico, Randolfe Rodrigues, da Rede Sustentabilidade do Amapá, também deixou clara sua decepção com Moro, que foi reforçada pela participação do ex-juiz no governo Bolsonaro: "O senhor poderia passar para história como o principal personagem do combate à corrupção no país, mas o senhor optou por servir a um governo, o mais desastrado da história, e que não é imune à corrupção".

Enquanto lavajatistas históricos manifestavam sua decepção com o ministro da Justiça, o senador Flávio Bolsonaro, sim, aquele, o do Queiroz, tentou vender ao Senado uma teoria da conspiração muito tosta e tipicamente bolsonarista.

A origem do boato é um documento obviamente forjado, que, segundo a máquina de falsificação bolsonarista, deveria ser o registro de uma operação em bitcoins pela qual Glenn Greenwald, editor do Intercept, teria contratado um hacker russo e comprado o mandato do ex-deputado Jean Wyllys para seu marido, o deputado David Miranda (PSOL-RJ).

Que o documento é falso, não restam dúvidas. Basta dizer que, em um documento em inglês, a moeda russa aparece nomeada em português ("rublos", e não "rubles", como seria em inglês). Quem conhece transações por bitcoin reconheceu a fraude na hora.

Sabendo que estava mentindo, o senador Flávio repetia, enquanto lia, que não tinha certeza se o que estava dizendo era verdade.

Seu pai, o presidente da República, repetiu as acusações em um discurso, sem perder a chance de referir-se ao deputado Wyllys como "aquela menina".

Ao defender Moro nesses termos, o bolsonarismo o está chamando para dentro de seu mundo de fraudes e desprezo pela democracia. Se Moro aceitar o convite, vai afundar amarrado ao que a política brasileira tem de pior. Teria feito melhor se tivesse partido na última barca dos razoáveis para fora do governo, a que levou Levy e Santos Cruz.

MARCUS ANDRÉ MELO

24 JUN 2019

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade de Yale. ▮

LavaJato

FOLHA DE S. PAULO

O novo protagonismo do MPF e do Judiciário não decorre do ethos de seus membros, embora leve a sua marca. A Lava Jato não se reduz a decisões individuais ou corporativas — e expressão de jacobinismos. Argumentar o contrário é esquecer a matriz mais ampla em que a operação se inscreve.

A análise deveria ter como ponto de partida a vasta delegação de poderes que teve lugar durante o processo constituinte. Essa delegação é produto de um dos poucos consensos fortes forjados durante a transição democrática visando combater a secular impunidade em nosso país.

“Poucos textos constitucionais terão confiado tanto no Poder Judiciário e nele, de modo singular, no STF”, afirmou com razão Sepúlveda Pertence, ex-presidente da Corte e então procurador-geral da República, quando da promulgação da Carta de 1988.

Métricas variadas confirmam a extensão do poder conferido ao STF e ao MPF, neste último caso a ponto de convertê-lo, por sua singularidade, em uma jabuticaba. O exercício efetivo dos novos poderes delegados não ocorre imediatamente: pressupõe inclusive robustez organizacional que só se consolida efetivamente nos anos 2000, quando a mudança institucional se completa.

Com o escândalo do mensalão (2005), cujo julgamento ocorreu de setembro a dezembro de 2012, pudemos observar o novo padrão de atuação institucional. Ele teve como efeito direto a condenação de membros das elites parlamentar e financeira do país (cujo ineditismo criou incentivos à delação premiada no petrolão), sinalizando independência e autonomia dos órgãos de controle *latu senso*. E, como efeito indireto, as manifestações de 2013 e consequentes inovações legislativas (Lei das Organizações Criminosas), que fortaleceram ainda mais as instituições de controle.

Na sequência tivemos o petrolão. Na sua raiz, dois choques — crise financeira global de 2008 e boom de commodities entre 2003 e 2011 (exacerbado entre nós pela descoberta do pré-sal) — que produziram mais que euforia, desvario fiscal. A janela de oportunidades para a corrupção em escala incomum veio na forma de vastíssimo programa de obras públicas da Copa do Mundo (2014) e da Olimpíada (2016). Daí a Petrobras e o Rio de Janeiro terem se tornado palco privilegiado de operações corruptas.

É nesse cenário — instituições fortalecidas e ancoradas no aprendizado de uma sucessão de derrotas — que a Lava Jato teve lugar. O gigantismo da corrupção manifestou-se no elenco ciclópico de investigados, indiciados e condenados, sobrecarregando o MPF e a agenda do STF como foro criminal.

O rol de investigados não reflete a intensidade do jacobinismo, mas a escala do fenômeno. O jacobinismo é epifenômeno.

24 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

NA COXIA A ação do ex-juiz Sergio Moro e de integrantes da Lava Jato diante da divulgação de lista da Odebrecht com centenas de autoridades foi alvo de debate entre ministros do STF. Os bastidores deste caso foram revelados pela Folha e pelo The Intercept.

DOIS COMO UM Há entre os integrantes do Supremo quem tenha visto no material fortes indícios de que Moro e os procuradores agiram para manipular o timing do ingresso de informações sensíveis na corte. As mensagens ainda cristalizaram a sensação de que havia uma relação simbiótica entre o ex-juiz e a força-tarefa.

SÓ SE FALA NISSO Os diálogos entre Moro e o procurador Deltan Dallagnol também são tema de conversas de candidatos ao cargo de procurador-geral com políticos e juristas. Além de eventuais implicações, há especulação sobre a origem do material vazado.

FOGO AMIGO Menções ao uso do Telegram em desktop alimentam suspeita de que o acesso às conversas pode ter se dado por meio da rede do Ministério Público Federal.

FOGO AMIGO 2 Um dos candidatos à sucessão de Raquel Dodge afirmou a interlocutores que os celulares de procuradores supostamente hackeados são funcionais, com linha e aparelho registrados em contrato firmado pela Procuradoria-Geral da República.

MÔNICA BERGAMO

CONFIANÇA O ministro Luiz Fux procurou colegas no STF (Supremo Tribunal Federal) para esclarecer o episódio "In Fux We Trust", em que Sergio Moro diz a procuradores da Lava Jato, numa mensagem, que confiava no magistrado.

FANTASIA Segundo Fux afirmou a outros ministros, o diálogo, como relatado pelo procurador Deltan Dallagnol a Moro, não existiu.

FANTASIA 2 Dallagnol afirmou a colegas que Fux tinha dito, num encontro, que os procuradores poderiam "contar com ele para o que precisarmos".

NOSSA VOZ Artistas e parlamentares vão pedir audiência à ministra Cármen Lúcia, do STF. Ela é a relatora do mandado de segurança apresentado pela Rede contra a nova medida provisória editada por Jair Bolsonaro para mudar o Código Florestal.

XEROX A MP foi assinada inicialmente pelo por Michel Temer. Mas caducou por não ter sido aprovada pelo Congresso Nacional. Bolsonaro então editou novo texto. A Rede contesta a iniciativa já que a lei diz que uma MP não pode ser reeditada na mesma legislatura.

DATA CERTA A MP, entre outras coisas, acaba com os prazos para propriedades rurais serem inscritas no CAR (Cadastro Ambiental Rural).

TRADTEIO

“ Houve quebra da paridade de armas entre as partes, pois o juízo agiu como tutor da acusação em detrimento das defesas

Do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, sobre os novos diálogos entre o ex-juiz Sergio Moro e a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba

23 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Lava Jato articulou apoio a Moro diante de tensão com STF, mostram mensagens

Conversas indicam que Deltan discutiu com então juiz medidas para evitar desgaste por divulgação de planilhas com nomes de políticos

Folha e The Intercept Brasil

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Procuradores na linha de frente da Operação Lava Jato se articularam para proteger Sergio Moro e evitar que tensões entre ele e o Supremo Tribunal Federal paralisassem as investigações num momento crítico para a força-tarefa em 2016, segundo mensagens privadas enviadas por uma fonte anônima ao The Intercept Brasil e analisadas pela Folha e pelo site.

O objetivo era evitar que a divulgação de papéis encontrados pela Polícia Federal na casa de um executivo da Odebrecht acirrasse o confronto com o STF ao expor indevidamente dezenas de políticos que tinham direito a foro especial — e que só podiam ser investigados com autorização da corte.

O episódio deixou Moro contrariado por criar novo foco de atrito com o Supremo, um dia depois de ele ser repreendido pelo tribunal por causa da divulgação das escutas telefônicas que tiveram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como alvo naquele ano.

As mensagens indicam que os procuradores e o então juiz temiam que o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, desmembrasse os inquéritos que estavam sob controle de Moro em Curitiba e os esvaziasse num mo-

mento em que as investigações sobre a Odebrecht avançavam rapidamente.

Os diálogos sugerem que o incidente foi causado por um descuido da Polícia Federal no dia 22 de março de 2016, quando ela anexou os documentos da Odebrecht aos autos de um processo da Lava Jato sem preservar seu sigilo, o que permitiu a divulgação do material por um blog mantido pelo jornalista Fernando Rodrigues na época.

Assim que soube, no dia seguinte, Moro escreveu ao procurador Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, para reclamar da polícia e avisar que acabara de impor sigilo aos papéis.

“Tremenda bola nas costas da Pf”, disse. “E vai parecer afronta”, acrescentou, referindo-se à reação que esperava do Supremo.

Moro avisou que teria de enviar ao tribunal pelo menos um dos inquéritos em andamento em Curitiba, que tinha o marqueteiro petista João Santana como alvo. Deltan disse ter contactado a Procuradoria-Geral da República e sugeriu que o juiz enviasse outro inquérito, com foco na Odebrecht.

Horas depois, o procurador escreveu novamente a Moro para discutir a situação e sugeriu que não tinha havido má-fé na divulgação dos papéis pela PF. “Continua sendo lambança”, respondeu o juiz, no Telegram. “Não pode cometer esse tipo de erro agora.”

Deltan procurou então encorajar Moro e lhe prometeu apoio incondicional. “Saiba não só que a imensa maioria da sociedade está com Vc, mas que nós faremos tudo o que for necessário para defender Vc de injustas acusações”, escreveu.

Moro disse que temia pressões para que sua atuação fosse examinada pelo Conselho Nacional de Justiça e comunicou que mandaria para o Supremo os três principais processos que envolviam a Odebrecht, inclusive os que a força-tarefa tinha sugerido manter em Curitiba.

Deltan prometeu ao juiz que falaria com o representante do Ministério Público Federal no CNJ e sugeriu que tentaria apressar uma das denúncias que a força-tarefa estava preparando. A medida permitiria que o caso fosse encaminhado ao STF já com os acusados e crimes definidos na denúncia.

Os diálogos analisados pela Folha e pelo Intercept fazem parte de um pacote de mensagens que o site começou a revelar no último dia 9. O material reúne conversas mantidas pelos procuradores da Lava Jato em vários grupos do aplicativo Telegram desde 2014.

CONTINUA

O vazamento das mensagens expôs a proximidade entre Moro e a força-tarefa e pôs em dúvida sua imparcialidade como juiz na condução dos processos da Lava Jato, obrigando-o a ir até uma comissão do Senado para se explicar na última quarta-feira (19).

Moro, que deixou a magistratura no ano passado para ser ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PSL), diz não reconhecer a autenticidade das mensagens obtidas pelo Intercept, considera sua divulgação sensacionalista e nega ter cometido ilegalidades na condução da Lava Jato — o que deve ser avaliado nesta semana pelo Supremo.

A força-tarefa da Lava Jato também não reconhece as mensagens como autênticas, mas, assim como Moro, não apontou indícios de fraude nos diálogos revelados.

Segundo a legislação, juízes devem se manter imparciais diante da acusação e da defesa. Se estiverem de alguma forma comprometidos com uma das partes, devem se considerar suspeitos e, assim, ficam impedidos de julgar a ação. Quando isso ocorre, o caso é enviado para outro magistrado.

As mensagens mostram também que procuradores e policiais se mobilizaram em diversos momentos para manter o juiz como um aliado da força-tarefa, seguindo sua orientação até mesmo quando criticou uma procuradora cujo desempenho numa audiência lhe parecera fraco.

No caso da lista da Odebrecht, Deltan procurou o delegado Márcio Anselmo, que chefiava as investigações sobre a empresa, minutos depois de receber a reclamação do juiz. “Moro está chateado”, escreveu. “Vai apanhar mais do STF, porque vai parecer afronta”, acrescentou, repetindo a palavra usada pelo juiz antes.

O procurador sugeriu que o policial fizesse uma análise mais aprofundada da lista para verificar se os valores correspondiam a contribuições políticas feitas legalmente ou não e fez um apelo.

“Por favor nos ajude a pensar o que podemos fazer em relação a isso”, escreveu.

Anselmo respondeu no fim do dia, de acordo com as mensagens. Disse que corria para anexar os papéis aos autos dentro do prazo legal e que não via motivo para “todo esse alvoroço”, acrescentando a Deltan que parte do material já tinha sido exibido a três integrantes da força-tarefa um mês antes, quando foi encontrado.

Deltan afirmou ao delegado que ele cometera um erro na sua avaliação e pediu que fosse mais cuidadoso. “O receio é que isso seja usado pelo STF contra a operação e contra o Moro. O momento é que ficou ruim”, explicou. “Vem porrada.”

No dia seguinte, Moro pediu a Deltan que ajudasse a conter o grupo antipetista MBL (Movimento Brasil Livre), após um protesto em frente ao apartamento do ministro Teori Zavascki em Porto Alegre, em que militantes estenderam faixas que o chamavam de “traidor” e “pelego do PT” e pediam que deixasse “Moro trabalhar”.

“Não sei se vcs tem algum contato mas alguns tontos daquele movimento Brasil Livre foram fazer protesto na frente do condomínio do ministro”, digitou Moro no Telegram, no fim da noite. “Isso não ajuda evidentemente.”

Deltan disse que ia procurar saber, mas observou que talvez fosse melhor não fazer nada. “Não sendo violento ou vandalizar, não acho que seja o caso de nos metermos nisso por um lado ou outro”, disse. Mais tarde, o procurador disse que a força-tarefa não tinha contato com o MBL, e Moro não insistiu mais no assunto.

Em 28 de março, após receber manifestação formal do Ministério Público sobre os processos, Moro mandou para o STF dois inquéritos e uma ação penal que estavam em andamento em Curitiba, incluindo os autos com a lista da Odebrecht, para que Teori decidisse o que fazer com eles.

“O ideal seria antes aprofundar as apurações para reanalisar os processos apenas diante de indícios mais concretos de que esses pagamentos seriam também ilícitos”, anotou em seu despacho.

“A cautela recomenda, porém, que a questão seja submetida desde logo ao Egrégio Supremo Tribunal Federal.”

Em 22 de abril, Teori decidiu devolver os três processos a Curitiba, mantendo no STF somente as planilhas da Odebrecht que listavam políticos, que foram preservadas sob sigilo. Primeiro relator da Lava Jato no Supremo, Teori morreu num acidente aéreo em janeiro de 2017.

A retomada dos inquéritos foi importante para o avanço das investigações sobre a Odebrecht.

Nessa época, os procuradores já haviam convencido uma funcionária do departamento responsável por pagamentos de propina da empreiteira a cooperar e estavam começando a negociar acordos de delação premiada com os principais executivos da empresa.

Segundo levantamento feito pelo CNJ a pedido da Folha na semana passada, 55 processos foram abertos para examinar a atuação de Moro na Lava Jato e 34 já foram arquivados sem punição para o ex-juiz, incluindo diversas reclamações por causa da divulgação das escutas em 2016. Ricardo Balthazar e Flavio Ferreira, da Folha; Rafael Moro Martins e Amanda Audi, do Intercept Brasil

CONTINUA

Força-tarefa não se manifesta, e Moro critica divulgação

OUTRO LADO

SÃO PAULO A reportagem procurou o ex-juiz Sergio Moro, atual ministro da Justiça, e a força-tarefa da Operação Lava Jato no Paraná para comentar o conteúdo da troca de mensagens envolvendo as planilhas da Odebrecht.

A assessoria de Moro emitiu uma nota à reportagem, após ter recebido os blocos de diálogos referentes à reportagem.

“O Ministro da Justiça e Segurança Pública não confirma a autenticidade de mensagens obtidas de forma criminosa e que podem ter sido editadas ou adulteradas total ou parcialmente. Repudia ainda a divulgação de suposta mensagem com o intuito único de gerar animosidade com movimento político que sempre respeitou e que teve papel cívico importante no apoio ao combate à corrupção”, afirma a pasta, em uma referência ao MBL.

“A invasão criminosa de celulares de autoridades públicas é objeto de investigação pela Polícia Federal”, completa.

A equipe de procuradores não se manifestou até a publicação desta reportagem. Na semana passada, divulgou notas reiterando críticas à divulgação de mensagens pelo The Intercept Brasil.

Em um desses comunicados, disse que a divulgação de diálogos “obtidos por meio absolutamente ilícito, agravada por um contexto de sequestro de contas virtuais, torna impossível aferir se houve edições, alterações, acréscimos ou supressões no material”.

“Diálogos inteiros podem ter sido forjados pelo hacker ao se passar por autoridades e seus interlocutores. Uma informação conseguida por um hackeamento ilegal traz consigo dúvidas inafastáveis quanto à sua autenticidade.”

Série de reportagens explora mensagens obtidas por site

SÃO PAULO Esta é a primeira de uma série de reportagens que a Folha planeja produzir com base nas mensagens trocadas pelos procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato nos últimos anos e obtidas pelo site The Intercept Brasil.

O site permitiu que a Folha tivesse acesso ao acervo, que diz ter recebido de uma fonte anônima há semanas. A Polícia Federal abriu inquéritos para investigar suspeitas de ataques de hackers a telefones de procuradores e do ministro Sergio Moro (Justiça).

Nos últimos dias, repórteres do jornal e do site trabalharam lado a lado, pesquisando as mensagens e analisando seu conteúdo.

O pacote obtido pelo Intercept reúne mensagens privadas trocadas pelos procuradores em vários grupos no aplicativo Telegram desde 2014, incluindo diálogos com o ministro Moro, que foi o juiz responsável pelos processos da Lava Jato em Curitiba até 2018.

Além das mensagens, o acervo inclui áudios, vídeos, fotos e documentos comparilhados no aplicativo.

Ao examinar o material, a reportagem da Folha não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado.

Os repórteres, por exemplo, buscaram nomes de jornalistas da Folha e encontraram diversas mensagens que de fato esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material.

Após as primeiras reportagens sobre as mensagens, publicadas pelo Intercept, no dia 9, Moro e os procuradores reagiram defendendo sua atuação na Lava Jato, mas sem contestar a autenticidade dos diálogos revelados. Depois de alguns dias, passaram a colocar em dúvida a integridade do material, além de criticar o vazamento das mensagens.

Até agora, porém, Moro e os procuradores não apresentaram nenhum indício de que as conversas reproduzidas sejam falsas ou tenham sido modificadas.

RESUMO DOS VAZAMENTOS EM 3 PONTOS

1

Mensagens reveladas pelo site The Intercept Brasil indicam troca de colaboração entre Moro, então juiz, e Deltan Dallagnol, procurador e coordenador da força-tarefa da Lava Jato no Paraná

2

Segundo a lei, o juiz não pode auxiliar ou aconselhar nenhuma das partes do processo

3

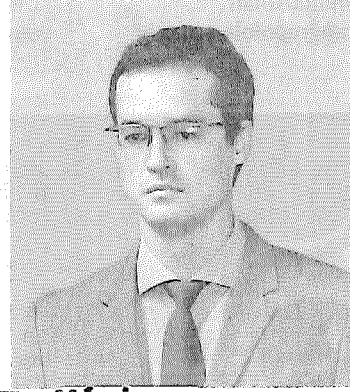
Vazamento pode levar à anulação de condenações proferidas por Moro, caso haja entendimento que ele era suspeito (comprometido com uma das partes). Isso inclui o julgamento do ex-presidente Lula

CONTINUA



Sergio Moro

Como juiz federal, foi o responsável pela Lava Jato no Paraná até 2018, quando aceitou ser ministro da Justiça



Deltan Dallagnol

Coordenador da força-tarefa da Procuradoria da República no Paraná, atua na Lava Jato desde o seu princípio, em 2014



Márcio Anselmo

Delegado da PF, esteve à frente de algumas das principais fases da Lava Jato. Hoje atua em Brasília

Leia as mensagens trocadas por Moro e Deltan no Telegram

23. mar. 2016

CITAÇÕES

No início da tarde, o então juiz Sergio Moro soube que uma lista de políticos associados à Odebrecht se tornara pública nos autos de um processo da Lava Jato e determinou que ficasse sob sigilo. Em seguida, escreveu ao procurador Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa da operação, para reclamar da Polícia Federal e discutir a situação. Os políticos tinham direito a foro especial e só podiam ser investigados no Supremo Tribunal Federal

Moro
13:06:32 Coloquei sigilo 4 no processo, embora ja tenha sido publicizado. Tremenda bola nas costas da Pf. Nao vejo alternativa senao remeter o processo do santana ao stf.

13:06:42
Deltan
13:47:56 E si parecer afronta. Falei com Pelella. Ele disse que se resolve com a remessa dos autos (ajustei mandar Odebrecht e disse que manteríamos Zwi e Santana, com o que ele concordou e disse que cindirão e devolverão) e confidenciou que na próxima semana a pressão se transferirá para lá e esquecerão isso. Quanto à decisão de ontem, ele disse que certamente as coisas se acalmarão.

Santana João Santana, marqueteiro petista que estava preso

Pelella Eduardo Pelella, assessor da Procuradoria-Geral da República

Zwi Zwi Skornicki, lobista investigado

Decisão de ontem Despacho do STF que repreendeu Moro pela divulgação de escutas do ex-presidente Lula

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Horas depois, Deltan voltou a escrever a Moro. Informou que havia protocolado petição pedindo a remessa dos processos ao STF, disse que a polícia não agira com má-fé ao tornar a lista de políticos pública e prometeu ajuda para defender Moro contra questionamentos no CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Deltan
16:37:65

Manifestação protocolada. Antes de protocolar, passou pelo ok da PGR.

16:04:57

Os autos da reclamação do grampo estão indo para a PGR. Falei com pessoas de lá para trazer a bola pro chão e pra razão. A decisão do Teori ontem foi absurda. Na parte em que ele fala de responsabilização, foi teratológica. Qq decisão judicial pode ser revista para o sentido oposto em recurso. Trata-se de questão de entendimento jurídico no caso concreto. Acho provável que eles coloquem algo nesse sentido no parecer, que passará pela nossa revisão.

16:06:54

Pensei na questão das planilhas e, embora a relevância seja absurda e fosse difícil não ter visto a importância, não acho que a PF colocou pra dar conhecimento público, porque só foi noticiado hoje, um dia depois. Se tivessem feito de propósito, ontem à noite estava no JN

Moro
16:07:49

Continua sendo lambança. Não pode cometer esse tipo de erro agora.

Deltan
16:13:02

Concordo. E sei que Vc, de todos nós, está debaixo da maior pressão. Não desanime com a decisão do Teori de ontem ou com os fatos e lambanças recentes. As coisas vão se acalmar. É um momento de ânimos exaltados. Saiba não só que a imensa maioria da sociedade está com Vc, mas que nós faremos tudo o que for necessário para defender Vc de injustas acusações. Uma das coisas que mais tenho admirado em Vc - uma nova face de suas qualidades - é a serenidade com que enfrenta notícias ruins e problemas. Se alguém tivesse te apresentado tudo o que aconteceria num caso como esses há 5 anos e te desse a opção de entrar nisso ou não, eu não tenho dúvidas de que Você entraria com tudo. Não há como estar no maior caso de corrupção que envolve os maiores interesses da República e esperar águas tranquilas. Continue firme, não desanime e conte conosco. "Smooth waters don't make good sailors".

16:14:44

E se as coisas não se acalmarem rs rs, continuaremos fazendo o que é certo. Conte mesmo conosco.

Moro
16:42:22

Pressão sera grande no cnj

16:42:22

Do caso de hoje no atual contexto vai ter que subir zwi e santana. Min. Teori é que terá que desmembrar.

16:43:52

Mas vou deixar para assinar apos o fim das temporarias e que nao serao então prorrogadas.

Deltan
17:09:15

Tentaremos denunciar o qto antes pra já subir com isso. Sua previsão de decisão é na segunda, então?

17:09:23

Vou falar com nosso representante no CNJ

Moro
17:14:03

Sabado ou segunda.

CONTINUA

Deltan
17:15:49

ok, tentaremos oferecer den até sábado e te atualizo qto à perspectiva no sábado

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EXPLICAÇÃO

"Smooth waters don't make good sailors": "Águas tranquilas não fazem bons marinheiros"

Assim que recebeu a reclamação de Moro no início da tarde, Deltan procurou o delegado Márcio Anselmo, da Polícia Federal, para discutir o problema. Ele respondeu à noite

Deltan
13:19:06

Moro está chateado. Vai apanhar mais do STF, porque vai parecer afronta. Por favor nos ajude a pensar o que podemos fazer em relação a isso. Vcs conseguiriam fazer uma análise para ver se corresponde a doações oficiais? Num site diz que não... Se não corresponde, é indicativo de ilícitos, pq há valores

Anselmo
19:41:13

Vi a manifestação de vcs no procedimento

19:41:31

Em que pese termos sido movidos pelo atropelo no último mês

19:41:52

Era o prazo fatal para inserir nos autos o resultado da busca

19:42:23

Também é importante saber que algumas das planilhas foram mostradas pro Carlos ainda no dia da busca

19:42:36

Assim como roberson e Laura

19:43:16

Sinceramente eu não vi motivo pra todo esse alvoroço

19:43:17

Acabou coincidindo c a decisão estranha do teori

19:43:36

Planilhas semelhantes foram apreendidas na Andrade

19:43:52

Na Camargo e em várias outras empreiteiras

19:44:07

Nós até cogitamos em ter falado c o Dr Sergio

19:44:23

Mas em razão de todos os acontecimentos isso acabou ficando pra trás

23 JUN 2019

Deltan
19:54:20

Compreendo, Márcio. O problema não foi juntar, mas juntar no público, e não em algum sob sigilo e sem análise... Creio que foi um erro, mas que atire a primeira pedra quem não errou ainda num caso cheio de pressões de tempo, de atividades e de mídia. Não se trata de procurar culpados ou julgar erros, mas de pensarmos como agir para não acontecer nada nos próximos momentos que possa complicar mais a situação que eestá delicada. O receio é que isso seja usado pelo STF contra a operação e contra o Moro. O momento é que ficou ruim... Pra ter ideia, já pedimos articulação da ANPR junto ao CNJ. Vem porrada.

CITAÇÕES

Carlos

Provavelmente, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima

Roberson

Provavelmente, o procurador Roberson Pozzobon

Laura

Provavelmente, a procuradora Laura Tessler

Andrade

Andrade Gutierrez

Camargo

Camargo Corrêa

ANPR

Associação Nacional dos Procuradores da República

CONTINUA

23 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

No fim da noite, Moro pediu ajuda a Dallagnol para conter o Movimento Brasil Livre após saber de uma manifestação organizada por um grupo direitista alinhado ao MBL na frente do apartamento do ministro do STF Teori Zavascki, em Porto Alegre

Moro
23:36:04

Não sei se vcs tem algum contato mas alguns tontos daquele movimento Brasil Livre foram fazer protesto na frente do condomínio do ministro. Isso não ajuda evidentemente

Dellagn
23:28:49

Se quiser, vou atrás para ver se temos algum contato, mas, não sendo violento ou vandalizar, não acho que seja o caso de nos metermos nisso por um lado ou outro...

23:49:32

não, com o MBL não. Eles ficaram meio "bravos" com a gente, porque não quisemos apoiar as manifestações contra o governo no ano passado. eles são declaradamente pró-impeachment.

Moro
23:51:40

Ok.

23 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO



Os homens fora do lugar

Um fio liga Quincas Borba a quem não vê nada de mais na suspeição de um juiz

Não basta estar mais ou menos resignado a viver num país de ideias fora do lugar para engolir um ministro da Justiça (este pelo menos com a desculpa de salvar a própria pele), mas também um ex-presidente ilustrado e velhos juristas conformados ao bolsonarismo, adiantando-se já na primeira hora para anunciar que não veem "nada de mais" na revelação de conluio entre um juiz e um procurador da República.

Quincas Borba, protagonista do romance de Machado de Assis e inventor de uma "filosofia" selvagem de inspiração darwinista e schopenhaueriana (a partir da qual o crítico Roberto Schwarz formulou o conceito das "ideias fora do lugar"), também soube adaptar o que parecia funcionar alhures à impropriedade das contingências locais.

Seu "humanitismo" anuncia a hipocrisia dos nossos ilustres contemporâneos. O oportunismo destes, como o de seus antepassados, com a desculpa renitente de um ideal incompatível com a prática, tenta vestir a desgraça local com as cores pálidas de um universalismo fajuto.

Se nossos ilustres contemporâneos não estão nem aí para a suspeição criada pelo conluio entre juiz e acusação, é simplesmente porque não podem se imaginar no banco dos réus. Continuam a se comportar no diapasão altivo da herança que esse mesmo conluio escuso e antiético em princípio alega combater.

Se seguem sentindo-se imunes, só pode ser porque no fundo o objetivo do conluio não está nos fins que ele prega para atropelar os meios. Afinal

quem desejaria correr o risco de ser julgado por um juiz associado à acusação?

A ideia fora do lugar, nesse caso, é a própria justiça. Nem é preciso dizer que as consequências são gravíssimas. É ilustrativa a declaração de Sergio Moro ao jornal O Estado de S. Paulo, tentando minimizar o efeito dos vazamentos: "Sei que tem outros países que têm práticas mais restritas, mas a tradição jurídica brasileira..."

Traduzida nos termos do absurdo semidemente (porque interessado) do "humanitismo", a frase redefine mais uma vez o sentido de igualdade entre nós: já que somos todos iguais (partes do mesmo), não existe parcialidade.

Quincas Borba concebeu um "sistema de filosofia para arruinar todos os demais sistemas" (parece que reconhecemos algo aqui): como no fundo somos todos partes de uma matriz comum ("humanitas"), as desgraças de uns se justificariam pelo bem dos outros. As injustiças e os flagelos a que alguns estão submetidos seriam meros "equivocos do entendimento".

"Nasceu esse africano, cresceu, foi vendido; um navio o trouxe (...) com o único fim de dar mate ao meu apetite. (...) Pangloss (...) não era tão tolo como pintou Voltaire", insiste Quincas Borba.

O "humanitismo" é o otimismo repaginado dos escravocratas, Pangloss sem a ironia de Voltaire, transportado para a nossa pobreza de espírito: o escravo não sofre propriamente; vive o prazer vicário do senhor. O deleite deste justifica o sacrifício daquele, porque no final das contas são "movimentos externos da (mesma) substância interior".

A coisa fica ainda pior com o arremate de uma certa "teoria do benefício", segundo a qual apenas o beneficiador consegue reter o sentido do seu ato. O beneficiado, uma vez terminada sua privação, volta ao estado anterior de indiferença. Conclusão: não vale a pena perder tempo com mal-agraçados. Arremedo de filosofia, silogismo à brasileira, o "humanitismo" supõe que a igualdade seja de natureza metafísica, de onde conclui que as desigualdades reais são mera aparência.

Não é difícil seguir o fio que liga o raciocínio de Quincas Borba ao de quem não vê nada de mais na suspeição de um juiz. É a mesma lógica semidemente, agora na convicção de que a letra da Justiça pode valer como ideia, em algum lugar "mais restrito", mas não aqui, terra de arbítrio, sofismas e inversões, onde as ideias são aceitas "por razões que elas próprias não podem aceitar" (Schwarz).

O desmonte do princípio de um contrato social republicano (que valeria apenas em lugares onde as práticas são "mais restritas") é precisamente a base do círculo vicioso que fragiliza a sociedade e a lógica diante das investidas antidemocráticas. E o que leva a concluir que o conluio não se restringe a um juiz e a um procurador.

As ideias fora do lugar (afinal, aqui tudo é diferente, democracia não é exatamente democracia, fascismo não é exatamente fascismo etc.) permitem aos nossos ilustres contemporâneos apoiar homens errados em lugares errados, tomando decisões erradas que terão as piores consequências para todos nós.

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Uma viagem com Moro e Petra Costa

O ministro da Justiça não cabe no papel do juiz exibido em documentário

No mesmo dia (19/6) em que o ministro Sergio Moro atravessava sua maratona de nove horas no Senado, estreava na Netflix o filme "Democracia em Vertigem", de Petra Costa.

A cineasta de 35 anos acompanhou as multidões que foram para a rua a partir de 2013, o impedimento de Dilma Rousseff em 2016, a prisão de Lula em abril de 2018 e a eleição de Jair Bolsonaro em outubro.

Filmou o ex-presidente arrumando a mala a caminho da carceragem de Curitiba e a cena em que mediram sua pressão arterial (146x90).

Ao longo de todo o filme, o juiz Sergio Moro e a Operação Lava Jato aparecem como o que foram, um instrumento eficaz de combate à corrupção. No dia de sua estreia, outro Moro, ministro de Bolsonaro, respondia aos senadores que o acusavam de ajeitar a bola com a mão em conversas impróprias com o Ministério Público.

Entre o que aconteceu e o que está acontecendo, fechou-se um círculo. Ou quase, porque Petra Costa expõe momentos de corrupção explícita que foram varridos para baixo do tapete da política nacional depois do impedimento de Dilma. Além disso, não se sabe onde está o Queiroz.

Há no filme, narrado por Petra, um tom de lamento da vertigem em que entrou o processo político nacional. A proximidade da câmera com o comissariado petista mostra sua onipotência, a autossuficiência doutoral de Dilma Rousseff e o messianismo de Lula.

Numa cena do comício que antecedeu sua ida para a prisão, do alto de um caminhão, ele disse: "Os poderosos podem matar uma, duas, ou cem rosas, mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera". Talvez ele acreditasse que elegeria um novo poste.

Da eleição, com 57,8 milhões de votos, resultou Jair Bolsonaro, o capitão primaveril daqueles que aplaudiam a condenação de Lula.

Tinha razão Nelson Cavquinho: "Tira o seu sorriso do caminho (...)/ Eu na sua vida já fui uma flor/ Hoje sou espinho em seu amor".

Depondo no Senado, Sergio Moro evitou discutir o conteúdo de suas conversas com o procurador Deltan Dallagnol, fortificando-se na denúncia da forma ilegal como elas foram coletadas pelo site The Intercept Brasil. Esse novo personagem não cabe no roteiro da vertigem mostrada por Petra Costa. Faz parte de outra história, na qual flores e espinhos crescem juntos.

Petra Costa é cineasta, e Moro era juiz. O documentário tem um explícito viés simpático a Lula, mas não se deve cobrar imparcialidade a uma cineasta. Imparcial seria o juiz Moro. Era?

Glenn Greenwald abusa do conta-gotas

Num ponto o ministro Sergio Moro tem alguma razão: o site The Intercept Brasil deveria divulgar todo o acervo de grampos que amealhou.

A divulgação parcial e seletiva, acompanhada por insinuações ameaçadoras do repórter Glenn Greenwald, é um feitiço que pode se virar contra o feiticeiro.

Antes da internet era comum que revelações jornalísticas fossem expostas em séries, mas Greenwald vem fazendo bem outra coisa. Promete isso ou aquilo, às vezes em tom de vaga ameaça. A divulgação de denúncias num regime de conta-gotas foi uma das piores táticas dos procuradores da Lava Jato.

Em 1971, quando o New York Times e o Washington Post publicaram os documentos do Pentágono, submetem seus critérios editoriais ao juízo do público. Conhecido todo o papelório, viu-se que trabalharam direito.

Mesmo assim, William Buckley Jr., um brilhante jornalista conservador, fez uma das suas. Enquanto o país vivia o choque dos documentos do Times, ele publicou 14 páginas com telegramas e memorandos, chamando-os de "os documentos secretos que eles não publicam". Num, o chefe do Estado-maior conjunto propunha "o lançamento de uma bomba atômica para efeito de demonstração" contra o Vietnã do Norte.

Tanto o Times como o Post noticiaram as revelações de Buckley. Dean Rusk, o secretário de Estado à época da sugestão, informou: "Não posso dizer que não escrevi isso. É possível que tenha escrito". Três outros signatários de papéis foram pelo mesmo caminho.

CONTINUA

23 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Era tudo invenção de Buckley. Ele usou o truque para mostrar que “documentos forjados serão aceitos como genuínos desde que seu conteúdo seja plausível”.

Hoje se sabe que os hierarcas não desmentiram porque os papéis de Buckley podiam ser falsos, mas a ideia de jogar uma bomba atômica no Vietnã do Norte era verdadeira. Ela passou pela cabeça do governo americano em 1954, para ajudar os franceses, e em 1968, para responder a uma ofensiva dos comunistas.

Moro e Moro

Em 2015, quando era juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba e gostava de holofotes para alavancar a Lava Jato, Sergio Moro foi ao congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo.

Na semana passada, o ministro Sergio Moro cancelou sua presença no próximo congresso da Abraji depois que a entidade solidarizou-se com o site Intercept, que ele acusa de “sensacionalismo” a partir da ação de um “grupo criminoso”.

Quando podia trabalhar em silêncio, expôs-se. Como ministro, decidiu ausentar-se.

Prêmio Cid Gomes

O senador Cid Gomes (PDT) prometeu “um doce” para quem soubesse o nome do juiz que ocupa a cadeira de Sergio Moro na 13ª Vara Federal.

É Luiz Bonat — e até agora não falou fora dos autos.

Laura Tessler

Em setembro do ano passado, a procuradora Laura Tessler indignou-se quando o ministro Ricardo Lewandowski autorizou uma entrevista de Lula à Folha: “Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse...”.

Mal sabia a doutora que, em março de 2017, na coxia do circo, o juiz Sergio Moro reclamou da qualidade de suas inquirições.

Ela não foi escalada para o interrogatório de Lula.

Em vez dos militares

O verdadeiro combate à corrupção só pode ser feito por gente honesta

Ainda sem saber o que liga o Exército ao bolsonarismo, estamos sob um teste novo do nosso futuro democrático e das perspectivas do país. As consequências que o Poder Judiciário der às transgressões de Sergio Moro vão indicar a determinação de sustentar o Estado de Direito ou a capitulação a um vale-tudo irremediável, escancarando o país, ainda mais, ao que nele haja de pior.

Já era tempo de se vislumbrarem alguns sinais nos níveis de responsabilidade legal e moral na aplicação de Justiça e dos direitos civis. Ali não se ouve, não se vê, não se fala e, sobretudo, não se age a respeito da conduta de Moro na Lava Jato.

Não fugiu a esse imobilismo o requerido à Polícia Federal pela procuradora-geral Raquel Dodge: a investigação pedida é sobre a obtenção das gravações e sua divulgação. Os alvos verdadeiros são o jornalista Glenn Greenwald e o site The Intercept Brasil.

A Polícia Federal é um departamento sob controle de Moro no Ministério da Justiça (nome cada vez mais impróprio). A primeira nomeação de peso desse novo ministro, na PF, foi para a seção do Crime Organizado. Até poderia vir a calhar.

Não bastando, porém, que o principal interessado seja o próprio ministro, seu nomeado foi um dos delegados da Lava Jato que fizeram propaganda, pela internet, para Aécio Neves na campanha de 2014.

Pretendente a novo mandato, Raquel Dodge deixa bem claro o limite de sua iniciativa quando, em relatório ao

Supremo, opina contra habeas corpus para Lula.

Não se ocupa da questão Lula, propriamente, mas do intercâmbio de transgressões de Moro e Dallagnol. Tem “manifesta preocupação com a circunstância” de que as mensagens “tenham sido obtidas de maneira criminosa”. Dá essa “circunstância” como decisiva, mas vai além.

Considera que “a autenticidade não foi analisada e muito menos confirmada”, logo, as gravações não têm validade processual. Mas, nesse caso, a afirmação de “maneira criminosa” de obtê-las também não é válida: “não foi analisada e muito menos confirmada”. E quem informou que a obtenção foi criminosa? Ou o que, mais do que admissível probabilidade, prova essa “circunstância”?

A autenticidade das vozes e dos diálogos de Moro e Dallagnol, não entanto, foi reconhecida por ambos. De imediato. Bastou-lhes ouvi-los, para que saíssem só pela tangente, “não tem nada de mais”, “isso é normal”, “não houve ilegalidade”. Nenhum dos dois negou serem sua voz e suas palavras nem negou o diálogo. Haveria, portanto, muito mais a ser pedido por Raquel Dodge. Mesmo na exótica situação de fazê-lo ao gravado Moro.

Não há como ter dúvida honesta sobre a autenticidade das gravações. Além disso, o site The Intercept, sua seção Brasil e Greenwald fazem jornalismo sério. Dúvida e honestidade de propósitos e métodos voltam-se para os setores que vão dar, ou negar, as con-

seqüências apropriadas ao embuste praticado em nome da Lava Jato.

O verdadeiro combate à corrupção só pode ser feito por gente honesta, a Lava Jato não precisa das outras. Nem a população precisa de mais gente a enganá-la e explorá-la.

Este é um momento de decisões graves — o que é sempre perigoso no Brasil.

Trapaças no debate das armas

BRASÍLIA “Santa Catarina é o estado que tem mais clube de tiro. Não por coincidência, é o estado menos violento do Brasil”, disse Jair Bolsonaro em sua última transmissão ao vivo. A relação estapafúrdia vendida pelo presidente coroa o festival de distorções e enganações no debate sobre a ampliação das armas de fogo. Mais uma vez, os fatos ficaram para trás.

Existe uma série de argumentos para embasar propostas de flexibilização. Há justificativas razoáveis em defesa da extensão do porte para algumas profissões ou a favor da liberação em propriedades rurais. Prevalece, entretanto, a falta de lógica.

Na quinta (20), Bolsonaro riu ao contar que senadores que votaram para derrubar seus decretos haviam sido ameaçados e —“olha só”— pediram proteção. “Você, que não tem como pedir proteção armada ao poder público, vai se virar como?”

A pergunta transforma em discurso institucional a ideia de que, na segurança, cada um cuida de si. Ainda que o Estado deixe muito a desejar, um governante não deveria oferecer ao cidadão só a opção de “se virar”.

Além disso, o presidente não deve ter percebido que o exemplo nega suas próprias posições. Os parlamentares que pedem proteção querem segurança oficial da polícia, exercida por profissionais. Só haveria hipocrisia se, após a ameaça, eles mesmos pedissem para andar armados.

O governo recorre também a uma versão fantasiosa do referendo de 2005. Na ocasião, eleitores derrubaram um artigo do Estatuto do Desarmamento que proibiria a venda de armas. A votação, porém, não derrubou restrições à posse e ao porte. Se quer mudar a lei, o presidente precisa enviar um projeto ao Congresso.

Para completar, Bolsonaro sustenta que armar a população é essencial para conter a ascensão de ditadores. O raciocínio extrapola a questão da criminalidade e mostra que o presidente é capaz de trapaças criativas para fazer valer sua vontade.

Faça uma pausa e volte a escrever por aqui no dia 12 de julho.

TIROTEJO

“Ele desqualificou uma grande legislação porque a lei dele é armar as pessoas para matar mulheres e trabalhadores rurais

Da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), sobre Bolsonaro ter chamado de “leizinha” a lei do feminicídio em sua live na última quinta (20)

23 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

GILMAR MENDES

Ministro do Supremo Tribunal Federal desde 2002 e ex-presidente da corte (2008-2010)

Educação e ressocialização

Estímulo ao estudo é política de segurança pública

Além de abranger a necessidade de efetiva punição por crimes cometidos, qualquer debate sobre segurança pública deve perpassar a reinserção social dos presos após o cumprimento da pena. Diante da criminalidade endêmica, refletir sobre o destino dos egressos do sistema carcerário é imprescindível à quebra de um ciclo de delinquência, no qual a reincidência se mostra, muitas vezes, inevitável ao ex-detento.

Atentos a essa realidade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) têm buscado soluções adequadas ao problema, pautando suas iniciativas e julgados nessa direção. Tal postura, por óbvio, não significa o abrandamento descuidado do regime prisional, mas o apreço por uma política responsável, em prol da mudança de comportamento do detento. A ressocialização por meio da educação é essencial à reinserção dos condenados na comunidade e à contenção da elevadíssima taxa de reentrada nos presídios.

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça de 2018 revelou que quase 85% dos presos têm ensino médio incompleto. Destes, cerca de 26% não têm sequer o fundamental. Apesar da baixa escolaridade, apenas 12% deles estudavam em 2016. Esses dados evidenciam o imenso potencial de atuação do Estado e refle-

tem uma triste realidade: a maioria dos egressos do sistema penal retorna ao convívio social sem qualquer qualificação profissional.

Diversas normas garantem ao detento o direito à educação. Muitas conferem a redução da pena pela formação em cursos e até pela leitura. Pela Lei de Execução Penal, a cada 12 horas na escola, o detento deve ter sua pena decotada em um dia. Se há conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, o desconto cresce em um terço.

Para dar concretude a esse direito, o CNJ tem orientado os tribunais a implementarem medidas de estímulo efetivo ao estudo, a partir de atividades regulares e complementares, de cunho cultural, esportivo e de capacitação profissional. A resolução nº 44/2013 possibilita a diminuição da pena por meio de estudo por conta própria, atestado pela aprovação em exames que comprovem a conclusão do ensino fundamental ou médio.

Entretanto, a dura realidade do sistema prisional brasileiro chama o magistrado à responsabilidade de, ao julgar o caso concreto, atentar-se à mensagem do Judiciário aos internos e à sociedade. É fundamental garantir que, dentro da lei e de forma proporcional, haja verdadeiros estímulos ao preso para buscar a educação formal.

Em 2 de junho, deparei-me com uma situação que exigia tal ponderação. O caso, que chegou ao STF por meio de habeas corpus, discutia a diminuição da pena de um indivíduo que, por conta própria, havia estudado e logrado a aprovação no Enem. A recomendação do CNJ garantiria o reconhecimento de apenas 600 horas de estudo — metade da carga horária mínima do curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Na ocasião, entendi que esse cenário geraria uma séria inconsistência, insensível aos esforços do detento, os quais são claramente superiores aos de um aluno em curso regular ou na modalidade EJA. Estudando sozinho e em ambiente inadequado, ele teve êxito em exame de relevante complexidade, mesmo sem o apoio adequado de professores e com materiais didáticos limitados.

A despeito do grande avanço promovido pela resolução nº 44/2013, não se afasta a capacidade de o magistrado, atento ao caso concreto e com base em fundamentos idôneos, concluir em sentido diverso. Na situação em análise, verificou-se a necessidade de, ao menos, utilizar como base de cálculo a metade da carga horária do ensino regular, o que resultaria em 1.200 horas de estudo e, portanto, 133 dias a menos na pena.

A valorização de medidas socioeducativas no sistema prisional mostra-se relevante não apenas como forma de reconhecer os evidentes esforços do interno, mas também para garantir a reintegração do preso à sociedade. É fundamental definir incentivos adequados a todos aqueles que buscam, na educação, um caminho diferente do até então trilhado. Essa postura gera reflexos positivos na redução da reincidência e na construção de um sistema criminal mais eficiente.

22 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Dodge questiona no STF diálogos vazados e dá parecer contra Lula

Procuradora se manifestou por não aceitar pedido para anular condenação do petista, que está na pauta da corte

BRASÍLIA A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou nesta sexta-feira (21) ao STF (Supremo Tribunal Federal) parecer contrário ao pedido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para anular sua condenação no caso do triplex de Guarujá.

Diálogos divulgados pelo site The Intercept Brasil envolvendo a atuação do ex-juiz e hoje ministro Sergio Moro (Justiça) fizeram a Segunda Turma do Supremo desengavetar um pedido de Lula pela anulação do processo que levou o petista à prisão em abril do ano passado.

A solicitação foi feita sob o argumento de que Moro não foi imparcial na análise do caso. O pedido foi reforçado por petição apresentada no dia 13 pela defesa de Lula. Eles dizem que as conversas de Moro e Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato, revelam “completo rompimento da imparcialidade” do ex-juiz.

A ação está na pauta do STF de terça-feira (25), mas, conforme informou a coluna de Mônica Bergamo, na Folha, há possibilidade de adiamento. A decisão deve ser tomada durante a sessão.

Em parecer, Raquel Dodge questiona o uso das mensagens entre Moro e Deltan como elemento para anular o caso de Lula. Segundo ela, o material publicado “ainda não

foi apresentado às autoridades públicas para que sua integridade seja aferida”.

“Diante disso, a sua autenticidade não foi analisada e muito menos confirmada. Tampouco foi devidamente aferido se as referidas mensagens foram corrompidas, adulteradas ou se procedem em sua inteireza dos citados interlocutores”, afirma.

“Estas circunstâncias jurídicas têm elevado grau de incerteza neste momento processual, que impede seu uso com evidência a corroborar a alegação de suspeição feita pela defesa do paciente nestes autos”, completa a chefe da PGR.

“A Procuradora-Geral da República manifesta preocupação com a circunstância de que as supostas mensagens divulgadas pelo site The Intercept Brasil tenham sido obtidas de maneira criminosa, e que ferem a garantia constitucional à privacidade das comunicações, a caracterizar grave atentado às autoridades constituídas brasileiras”, argumentou.

Dodge informou ainda que requisitou inquérito policial para investigar o caso, que já é alvo de apuração da Polícia Federal.

Em nota, a defesa de Lula diz que o pedido de suspeição feito ao STF não está amparado nos diálogos divulgados. Os advogados destacam que a ação foi protocolada

bem antes das reportagens do Intercept e que apenas fez um registro nos autos sobre o seu conteúdo.

Nas conversas publicadas pelo site Intercept desde o dia 9, Moro sugere ao Ministério Público Federal trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobra a realização de novas operações, dá conselhos e pistas e antecipa ao menos uma decisão judicial.

Além disso, o então juiz propõe aos procuradores uma ação contra o que chamou de “showzinho” da defesa do ex-presidente Lula e propõe à Lava Jato melhorar o desempenho de uma procuradora durante interrogatórios.

Segundo a legislação, é papel do juiz se manter imparcial diante da acusação e da defesa. Juizes que estão de alguma forma comprometidos com uma das partes devem se considerar suspeitos e, portanto, impedidos de julgar a ação. Quando isso acontece, o caso é enviado para outro magistrado.

Até aqui, Moro tem minimizado a crise e refutado a possibilidade de ter feito conluio com o Ministério Público. Assim como os procuradores, disse não ter como garantir a veracidade das mensagens (mas também não as negou) e chamou a divulgação dos diálogos de sensacionalista.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

22 JUN 2019

Em meio à pressão para que a corte se posicione sobre as mensagens que Moro e Deltan trocavam no âmbito da Lava Jato, o ministro Gilmar Mendes recolocou na pauta a ação que questiona suposta falta de isenção do hoje ministro da Justiça. Em dezembro passado, ele havia pedido vista da ação.

A Segunda Turma está dividida, e o decano do STF, Celso de Mello, deve ser o voto decisivo no caso.

Enquanto Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski devem apoiar um pedido de suspeição, interlocutores que acompanham os juízes dão como certo que Edson Fachin e Cármen Lúcia não mudarão seu entendimento anterior, de não atender o habeas corpus solicitado pelo ex-presidente.

A posição no Supremo é considerada fundamental para que os senadores de oposição consigam apoio à instalação de uma CPI. A avaliação dessa ala é que a audiência de Moro na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), na última quarta (19), só serviu de palanque à tese do ministro da Justiça. Por isso, senadores esperam que os ministros do Supremo deem, ao menos, um duro recado ao ex-juiz.

“

Sua autenticidade não foi analisada e muito menos confirmada. Tampouco foi devidamente aferido se as referidas mensagens foram corrompidas, adulteradas ou se procedem em sua inteireza

Raquel Dodge

em parecer enviado ao STF

O caso triplex no STF

ALGUNS ARGUMENTOS DA DEFESA

- Quebra de sigilo telefônico de Lula, familiares e advogados
- Fato de Moro ter impedido a soltura de Lula determinada por desembargador plantonista em dez.18
- Quebra do sigilo de parte da delação do ex-ministro Antonio Palocci às vésperas das eleições
- Fato de Moro ter aceitado convite de Bolsonaro para assumir o ministério da Justiça
- Conversas vazadas

O JULGAMENTO

O julgamento já foi iniciado em dezembro, mas foi suspenso por pedido de vistas de Gilmar Mendes. O ministro liberou o caso

COMO DEVE VOTAR A SEGUNDA TURMA

Edson Fachin

Relator da ação, já votou contra a suspeição de Moro. Em sua decisão, ele considerou que parte dos argumentos da defesa já foram rejeitados pelo STF

Cármen Lúcia

Acompanhou o voto de Fachin pela rejeição do pedido feito pela defesa do ex-presidente Lula

Celso de Mello

Seu voto é uma incógnita e deve decidir o julgamento. Em 2013, ele votou pela suspeição de Moro em uma ação ligada ao caso do Banestado, espécie de laboratório da Lava Jato

Gilmar Mendes

Pediu vistas (mais tempo para analisar o caso) na ocasião do julgamento, em dezembro do ano passado. Deve votar pela suspeição de Moro

Ricardo Lewandowski

Da ala dos garantistas, que consideram que Moro teve queda pública e nem sempre apoiam a Lava Jato, também deve votar a favor do ex-presidente Lula

FOLHA DE S. PAULO

FÁBIO FABRINI

De caixa dois em caixa dois

BRASÍLIA Dinheiro privado, dado por dentro e por fora do caixa oficial, tem regido as eleições no Brasil.

Não é à toa que nossos últimos presidentes — Lula, Dilma e Temer — se viram encalacrados em investigações de custeio ilegal e lavagem de ativos em suas campanhas, envolvendo cifras mastodônticas.

Fernando Henrique Cardoso aparenta ter se safado de escrutínio semelhante porque, segundo a Vaza Jato, o ex-juiz Sergio Moro tinha certo apreço por seu apoio e desaconselhou apurações do MP.

A vitória de Jair Bolsonaro em 2018 pareceu trazer um fenômeno novo. Proibido o financiamento por empresas, após ampla mobilização popular à esquerda e à direita, elegeu-se um mandatário cujo comitê declarou gastos de R\$ 2,4 milhões — ante R\$ 318 milhões de Dilma em 2014.

Mas série de reportagens da Folha indica que ainda não acabou de morrer o que há de velho nas práticas das campanhas políticas.

Em outubro de 2018, o jornal noticiou que empresários pagaram para disparar, via WhatsApp, mensagens em massa pró-Bolsonaro, fator de grande influência na disputa.

Agora, revela-se que agentes de marketing estrangeiros venderam a empresas do país softwares para o envio automatizado e proibido. Nada passou pela tesouraria do TSE.

O caso tem potencial para crescer, a julgar pelo que o jornalismo da Folha vem mostrando e pelos instrumentos de investigação a serviço da Justiça Eleitoral.

Por ora, oito meses depois de aberto processo a respeito, ninguém foi ouvido pelo TSE e uma testemunha-chave do esquema foi excluída. Sob a batuta do ministro Moro, a Polícia Federal não juntou nenhum relatório de seus trabalhos aos autos.

Em 2017, quando o mandato de Dilma já havia sido cassado não pelo caixa dois, mas por razão menor e questionável, as pedaladas fiscais, o TSE varreu para debaixo do tapete provas do caso e salvou o mandato de Temer, eleito na mesma chapa.

Espera-se que agora não faça a opção pela inércia ou a complacência.

22 JUN 2019

FERNANDO HADDAD

22 JUN 2019

Professor universitário, ex-ministro da Educação (governos Lula e Dilma) e ex-prefeito de São Paulo.

Liberdade de imprensa

FOLHA DE S. PAULO

A imprensa brasileira é realmente a favor da liberdade de imprensa? Há boas razões para duvidar.

O caso The Intercept, por duas graves circunstâncias, levanta dúvidas sobre a questão.

A primeira, mais antiga. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5613) junto ao STF em que pede algo surpreendente.

O artigo 222 da Constituição estabelece que a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão é privativa de brasileiros que deverão deter um mínimo de 70% do capital da empresa e exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e a responsabilidade editorial.

A ANJ pretende que os efeitos deste dispositivo sejam entendidos à internet e justifica: "Houve uma opção constitucional por estabelecer uma espécie de alinhamento societário e editorial com vista à formação da Opinião Pública nacional".

É possível especular sobre o que a ANJ entende por isso, mas, nas condições locais, a afirmação mais parece um chiste freudiano.

Não há nada mais uniforme no Brasil do que a linha editorial dos jornais.

Em momentos decisivos, seus proprietários unem-se numa só voz "com vistas à formação da opinião pública".

O que pretende a ANJ? Que sites de notícias progressistas como The Intercept Brasil, El País Brasil etc. saiam do ar? Que não possam utilizar o domínio .com.br? La Repubblica ou Le Monde não poderiam publicar notícias sobre o Brasil em português? O tradutor Google seria desabilitado?

A pretensão é tecnologicamente extravagante, mas reveladora de uma visão política nada moderna.

Parece desconhecer inclusive que, em tempos de big tech, o que conta não é apenas a notícia, falsa ou não, mas seu impulsionamento, que se dá, lícita ou ilícitamente, pela força do dinheiro e do poder de Estado no "black mirror" da internet.

Nesse admirável mundo novo, a presença do The Intercept e de Glenn Greenwald entre nós é uma felicidade e fonte de inspiração para novas formas de cooperação entre jornalistas.

O que me leva a uma segunda circunstância. Greenwald vem sendo covardemente atacado pelo presidente da República, por seu filho senador e pelo ministro da Justiça sem que a imprensa local se solidarize com ele na proporção exigida, muito pelo contrário.

A reputação internacional de Moro como juiz está comprometida, mas isso não lhe dá o direito de usar seu poder como ministro para prejudicar quem cumpre seu dever. Faria melhor se tornasse a conduta profissional de Greenwald como modelo.

Os jornais locais, se defenderem a liberdade e integridade de Greenwald, poderiam ajudá-lo nesta tarefa.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça rejeita apagar texto de ficção que narra morte de Doria

22 JUN 2019

Conto foi publicado em site quando
atual governador ainda era prefeito;
juíza sustenta que medida é extrema

Rogério Gentile

SÃO PAULO A Justiça paulista rejeitou pedido feito por João Doria (PSDB) ainda como prefeito de São Paulo para censurar um texto de ficção que trata sobre a sua morte.

O conto intitulado "Sobre a brutal morte do prefeito João Doria" foi publicado no dia 28 de abril de 2017 no site "Diário Causa Operária", ligado e mantido pelo PCO (Partido da Causa Operária).

Assinado pelo colunista William Dunne, o texto descreve uma revolta generalizada desencadeada por uma ação policial contra manifestantes que apoiavam uma greve.

"Depois de apanhar muito, lá estava Doria, lá embaixo, todo ensanguentado, sendo jogado de um lado pro outro no viaduto do Chá", diz o texto.

"De repente, o prefeito foi apanhado pelos braços e pelas pernas, e começou a ser balançado de um lado para o outro. Quando já tinha pego o impulso necessário, o alcaide foi arremessado da ponte."

Na petição apresentada pelos seus advogados, o hoje governador paulista argumenta que, embora seja um "conto fantasioso", o autor incita a violência.

Segundo o tucano, utilizando-se do "pretexto da liberdade de expressão", ele criou "um texto que induz os leitores extremistas do partido a tomarem alguma atitude violenta contra João Doria".

O atual governador argumenta que há limites para a liberdade de expressão. "A livre manifestação do pensamento, portanto, em hipótese alguma pode se sobrepor ao direito à vida."

Segundo ele, "a partir do momento em que se divulga algo desse gênero na rede mundial de internet, o Poder Judiciário deve agir justamente para que se evite o pior, quando então já será tarde".

Em sentença assinada no início de junho, a juíza Samira de Castro Lorena, da 1ª Vara Civil de Jabaquara, não aceitou o pedido de retirada do texto da internet.

Em sua decisão, disse que apenas em casos extremos uma medida desse porte deve ser ordenada pela Justiça.

Segundo a juíza, o "uso abusivo da liberdade de expressão" pode ser reparado por mecanismos diversos como a retificação, a retratação, o direito de resposta e a responsabilidade civil ou penal.

Disse também que, "embora seu conteúdo seja de mau gosto", o conto não trouxe prejuízo para a integridade física ou psíquica de Doria, bem como para sua imagem, ressaltando que foi eleito governador.

"O interessado, se desejar, pode valer-se de outros meios, que não a censura, para postular direitos que considere tenham sido violados."

O advogado Márcio Pestana, que representa o governador, disse à Folha que vai recorrer da decisão.

Pestana afirma que o texto não descreve um fato, mas gera inquietação ao incitar a violência contra o seu cliente.

A época da abertura do processo, o "Diário Causa Operária" ressaltou que o texto era uma obra de ficção e afirmou que o então prefeito de São Paulo "acredita que só pode escrever sobre ele se for para elogiar suas ações, coisa que nem mesmo a imprensa burguesa tem conseguido fazer".

Não é a primeira vez que Doria aparece em polêmicas referentes à liberdade de expressão. Em 2017, criticou uma performance no MAM (Museu de Arte Moderna) após a divulgação de um vídeo no qual uma criança mexia no pé de um artista, que estava nu.

Na ocasião, o prefeito disse que "tudo tem limite".

Já no ano passado, quando foi alvo de uma decisão judicial que o proibiu de usar o slogan "Acelera SP", inclusive de reproduzi-lo gestualmente, com os dedos na horizontal em forma de V, reclamou de censura. "Nós vivemos num país livre, acabou o tempo da ditadura militar no Brasil."

22 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Moraes suspende processo bilionário contra a Petrobras

BRASÍLIA | REUTERS O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou a suspensão do andamento de processo que tramita perante o TST (Tribunal Superior do Trabalho) que trata do pagamento de uma verba salarial a funcionários da Petrobras, atendendo a recurso apresentado pela defesa da companhia petrolífera em decisão publicada no Diário de Justiça nesta sexta-feira (21).

A decisão é mais um desdobramento do caso em que o TST, em junho de 2018, deu ganho de causa aos funcionários em uma discussão trabalhista que poderia ter um impacto de R\$ 17 bilhões para a companhia.

O pano de fundo é se a Petrobras tem ou não de fazer um complemento financeiro aos funcionários da estatal em uma rubrica salarial que ela já pagava. A empresa discorda.

Posteriormente à decisão do TST, o presidente do STF, Dias Toffoli, e Moraes deram liminares para suspender os efeitos da condenação anterior e barrear a execução dessa causa.

Em 2018, a estatal estimou que o caso afeta 51 mil empregados da Petrobras, em 47 ações coletivas e mais de 7.000 ações individuais.

A alegação dos dois ministros do STF é que, por ter matéria constitucional envolvida, a palavra final tem de ser da Suprema Corte.

MÔNICA BERGAMO

COVARDIA MÁXIMA

O Disque 100, que recebe denúncias de agressão a mulheres e minorias, registrou 11.752 casos contra pessoas com deficiência em 2018.

EM CASA Os maiores violadores dessa população são os próprios irmãos (19,6%), seguidos por mães e pais (12,7%), filhos (10%), vizinhos (4,2%) e outros familiares (20,7%) e pessoas que têm vínculo pela convivência comunitária.

SOBE O canal, disponibilizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, registra que o número representa um aumento de 0,6% quando comparado a 2017.

EM APOIO O ministro Sergio Moro teve 35,81% de mensagens em seu apoio no Twitter, ante 64,19% críticas ao ex-juiz entre terça (18) e quinta (20). Na quarta (19), Moro prestou depoimento no Senado para explicar a troca de mensagens vazadas com o procurador Deltan Dallagnol, chefe da Operação Lava Jato.

DATA As informações são de um levantamento de Fabio Malini, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e especialista em Big Data.

TIROTEIO

“Bolsonaro sabe que fomos decisivos em sua vitória. Esperamos que promessas, como a de um evangélico no STF, se realizem

Do deputado Silas Câmara (PRB-AM), líder da Frente Parlamentar Evangélica, sobre a ida do presidente à Marcha para Jesus, em SP

PAINEL

O SILÊNCIO É OURO Políticos experientes que acompanharam a oitiva de Sergio Moro (Justiça) no Senado dizem que, apesar de ter sobrevivido, ele disse a única frase que não poderia ter dito: prometeu deixar o governo caso haja irregularidade. Isso, avaliam esses ouvintes, fará o ministro refém do vazamento e do veredito que o STF dará, em algum momento, sobre o caso Lula.

21 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Lava Jato discutiu troca após crítica de Moro, indica diálogo

SÃO PAULO A força-tarefa do Ministério Público Federal discutiu a alteração da escala de procuradores em audiências da Lava Jato após crítica do ex-juiz Sergio Moro a uma das procuradoras do grupo, sugerem novos diálogos de autoridades da Lava Jato revelados nesta quinta-feira (20).

A troca de mensagens, obtida pelo site The Intercept Brasil, foi revelada no programa "O É da Coisa", de Reinaldo Azevedo, na rádio BandNews.

Em diálogo divulgado no último dia 9, o site havia mostrado que Moro enviou mensagem a Deltan Dallagnol, em 2017, orientando que aconselhasse a procuradora Laura Tessler a melhorar seu desempenho em interrogatórios da operação.

O novo trecho revelado nesta quinta indica que Deltan discutiu o assunto de maneira particular com Carlos Fernando dos Santos Lima, à época um dos integrantes mais experientes da força-tarefa, hoje aposentado. Deltan, coordenador do grupo, chegou a encaminhar ao colega a mensagem em que Moro critica a procuradora.

"Vamos ver como está a escala e talvez sugerir que vão 2, e fazer uma reunião sobre estratégia de inquirição, sem mencionar ela", disse Deltan, segundo a rádio BandNews.

Santos Lima responde: "Por isso tinha sugerido que Júlio ou Robinho fossem também. No [depoimento] do Lula não podemos deixar acontecer".

A discussão ocorreu dois meses antes do primeiro depoimento de Lula como réu em Curitiba. Na audiência, compareceram três procuradores: Santos Lima, Júlio Noronha e Roberson Pozzobon. Tessler, criticada por Moro, não participou.

Antes dessa discussão, segundo a rádio, Deltan pediu precauções quanto à conversa ao colega. "Não comenta com ninguém e me assegura que teu telegram não tá aberto aí no computador e que outras pessoas não estão vendo..."

O coordenador da força-tarefa combinou com Santos Lima de apagar o conteúdo da mensagem.

Em audiência no Senado na quarta-feira (19), Moro foi questionado sobre a orientação relacionada à procuradora Tessler. Disse que era um factóide e que não se lembrava da mensagem específica.

"Em nenhum momento no texto, há alguma orientação de substituição daquela pessoa [Tessler]. Tanto que essa pessoa continua e continuou realizando audiências e atos processuais até hoje dentro da Operação Lava Jato. Um juiz eventualmente recomendar para um advogado na audiência ou para um procurador: Olha, profissionalmente, vou te dar um conselho, faça assim, não faça assado... Como isso pode ser considerado alguma coisa ilícita?"

A força-tarefa da Lava Jato não vai comentar o assunto.

O Ministério da Justiça, comandado pelo ex-juiz Sergio Moro, afirmou nesta quinta que não reconhece a autenticidade do diálogo e que, mesmo se for verdadeiro, não há nada de ilícito ou de antiético. Também afirma que Moro não pediu a troca da procuradora Tessler.

"Na suposta mensagem, não haveria nenhuma contradição com a fala do ministro do Senado Federal, como especulado", diz a nota.

Bolsonaro afirma que ex-juiz foi nota 10 em audiência no Senado

MIRACATU (SP) E BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PSL) deu nota 10 nesta quinta (20) ao ministro Sergio Moro pelo desempenho do ex-juiz federal, um dia antes, em depoimento no Senado para explicar a troca de mensagens com o procurador Deltan Dallagnol.

"[Nota] dez pro Moro. Subiu no meu conceito. Apesar que ele não poderia crescer mais do que já cresceu", disse o presidente, em Miracatu, interior de São Paulo.

Questionado se a situação atual comprometia a indicação de Moro para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal), Bolsonaro respondeu: "Quando você desconfia do seu marido, o que você faz com ele? Eu não estou desconfiado de ninguém".

Ministro mais próximo ao presidente, o general Augusto Heleno (GSI) afirmou que o depoimento de Moro foi uma "total inversão de valores" e classificou seu desempenho como "brilhante".

"Uma total inversão de valores colocou um herói nacional que decidiu enfrentar essa máfia tupiniquim frente a frente com indiciados e condenados pela Lava Jato", escreveu o ministro, em mensagem distribuída pelo WhatsApp.

Lava Jato, democracia e reformas

II **Em qualquer democracia consolidada Lula já estaria solto, e Moro, afastado**

As revelações do The Intercept Brasil sobre conversas entre o então juiz Sergio Moro e procuradores do Ministério Público comprometeram a credibilidade da Operação Lava Jato.

Não é a primeira vez que isso acontece. Os vazamentos seletivos da Lava Jato, sobretudo perto de eleições ou decisões importantes no STF ou Congresso, já criaram suspeitas de que a investigação não se pautava somente por critérios jurídicos.

Posteriormente, a indicação de Sergio Moro para o Ministério da Justiça desmoralizou ainda mais o mecanismo da Lava Jato, pois, como foi noticiado pela imprensa internacional na época, Bolsonaro nomeou o juiz que tirou seu principal rival das eleições de 2018. Ainda que a nomeação de Moro possa ser justificada, ficou feio para o Brasil.

Voltando ao Intercept Brasil, devo destacar, como fez Celso Rocha de Barros, que as revelações recentes não invalidam o combate à corrupção feito pela Lava Jato, que pode e deve continuar, dentro da lei.

O que as conversas divulgadas fazem é reforçar a suspeita de que, em paralelo ao aumento do combate à corrupção, também houve uma operação política ilegal contra o PT e Lula nos últimos anos.

É difícil prever as consequências do desmoronamento de Moro, mas neste momento é crucial garantir a liberdade de imprensa e o respeito às leis. Digo isso com conhecimento daqueles que até hoje enfrentam a guerra jurídica e midiática contra o PT e (quase) todos que trabalharam para Lula e Dilma.

Como já disse em 2016, por ocasião da defesa da presidente Dilma no Senado, tenho muito orgulho de ter servido nos governos do PT. Houve erros? Óbvio que sim, como sabem os leitores que acompanham esta coluna. Mas houve mais acertos do que erros e, principalmente, houve compromisso com o desenvolvimento para todos e respeito à democracia. Hoje esses dois legados estão em risco.

Foi com tristeza que li alguns colegas defenderem que as revelações do Intercept Brasil seriam ruins por ameaçar

a aprovação das reformas econômicas de Paulo Guedes. Esse tipo de argumento economicista já foi utilizado, em 2017, para minimizar o Joesley Day, que revelou a essência do governo Temer.

Sim, é óbvio que o Joesley Day e a nova desmoralização de Moro comprometeram a sustentabilidade política de quem só se sustenta na paranoia "anti-petê". Porém, achar que essas revelações têm por objetivo barrar reformas A ou B no Congresso é diversionismo de quem não quer reconhecer o erro de ter apoiado dois golpes contra a democracia, um em 2016, outro em 2018.

Na verdade, a reforma da Previdência não saiu sob Temer porque não foi prioridade do governo Temer. O projeto demorou a ser enviado, ficou meses sem pai nem mãe no Congresso, antes de ser definitivamente descartado. Agora a reforma da Previdência tem chance de sair apesar da usina de crises de Guedes e Bolsonaro, como observou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

E a necessidade de reformas econômicas não é justificativa para defender a censura e enfraquecer a democracia. Por isso lamento que alguns colegas tenham novamente aberto a porta do inferno para dançar com o diabo golpista. Sugiro ficar do lado do papa Francisco, que recentemente alertou ao mundo sobre o perigo da perseguição política e judiciária baseada em acusações falsas.

Por fim, em qualquer democracia consolidada Lula já estaria solto, e Moro, afastado, diante das mais recentes revelações. Mas infelizmente voltamos a viver em uma sociedade censurada, com dois pesos e duas medidas na Justiça, e, por isso, nossa democracia continua em risco.

Havendo lei, condenação de Lula é nula

Se o devido processo legal não existe, então tudo é permitido

Não reconheço a legitimidade do "DPPL": o "Direito Penal Para Lula". Reconheço a ordem democrática, de que faz parte o devido processo legal. A lei evidencia a nulidade do processo que resultou na condenação do ex-presidente. E caberá ao STF dizer se a Lava Jato está subordinada a essa ordem democrática e legal ou se também o tribunal se subordina à Lava Jato. Vamos ver.

O ministro Sergio Moro, da Justiça, inventou uma nova categoria discursiva para tentar justificar as agressões à ordem legal que cometeu quando juiz da Lava Jato: trata-se da "fala quântica", aquela que é e que não é, que existe e não existe, que é verdadeira e falsa. Tudo ao mesmo tempo. A trapaça retórica só engana os convertidos.

Por óbvio, a física não explica o drible na verdade que o ministro tenta dar porque falas quânticas não existem. Trata-se apenas da busca de uma zona intermediária entre a mentira e a verdade.

Equal é a verdade? Quando juiz, o doutor incidiu no inciso IV do artigo 254 do Código de Processo Penal, a saber: "O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes [...] se tiver aconselhado qualquer das partes".

No que diz respeito ao ex-presidente Lula ao menos, as conversas entre Moro e Deltan Dallagnol, reveladas pelo site The Intercept Brasil, vão muito além do aconselhamento: trata-se de múltiplas ações concertadas entre o juiz e os procuradores.

Não só isso. Moro violou uma penca de artigos do Código de Ética da Magistratura,

em particular o 8º: "O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito".

E como é que o quântico ex-juiz pretende explicar o seu gato jurídico? Ora, ele não reconhece a autenticidade da troca de mensagens com Deltan, deixando no ar a sugestão de que pode ter havido adulteração, mas, numa atitude protetiva, assegura que, ainda que verdadeira, nada há de mais nas múltiplas agressões à ordem legal.

A mesma trilha que conduz ao esbulho dos direitos de Lula leva à anomia no direito penal. Se um juiz pode apresentar testemunhas à acusação; condescender com truques para fazê-la falar; anuir com procedimentos heterodoxos para imputar ao réu o que não evidenciam os autos nem a denúncia — caso do PowerPoint —; orientar a desmoralização pública da peça apresentada pela defesa e até interferir na escolha, ainda que por via indireta, do representante do MPF que vai participar de uma audiência, cabe indagar: o que é vedado ao juiz?

As coisas podem piorar. Aos senadores Moro sustentou que sua crítica ao desempenho da procuradora Laura Tessler foi inócua. Falso como nota de R\$ 3. Conversa entre Deltan e o também procurador Carlos Fernando, que revelei com exclusividade no programa "O É da

Coisa" e em meu blog, trata da substituição dessa profissional na primeira audiência de que Lula participou em Curitiba.

E que se note: Carlos Fernando deixou claro, com todas as letras, defendendo a substituição da procuradora, que "no [caso] do Lula, não podemos deixar acontecer" — no caso, deixar acontecer um desempenho considerado insatisfatório. Ou por outra: a mensagem originalmente enviada pelo então juiz a Deltan resultou no tal concerto entre juiz e procuradores contra o que eles consideravam ser o interesse do réu.

Ora, se o devido processo legal não existe, então tudo é permitido. Já não é suficiente que aquilo a que chamo "Papol" (Partido da Polícia) disponha de uma lei como a 12.850, que permite ao Ministério Público fazer gato e sapato do investigado, transformando delatores em verdadeiras armas contra alvos previamente selecionados?

Já não basta que juizes de primeira e segunda instâncias — e, com frequência, de terceira — tenham transformado o artigo 312 do Código de Processo Penal, que trata dos requisitos para a prisão preventiva, em matéria de livre interpretação, passível de devaneios os mais subjetivos, como se cada magistrado pudesse fazer uma leitura livre de arcanos que não deste mundo?

CONTINUA

21 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Estamos diante de uma escolha — e essa arbitragem será feita pelo STF: trata-se de decidir se, em nome do combate à corrupção, pode-se cometer uma pena de crimes. A propósito: se esse é um valor absoluto — e tudo, então, é permitido —, por que não havemos de perdoar as agressões à ordem legal cometidas em nome da justiça social?

Quem se atreve a escrever um ensaio explicando os caminhos virtuosos da barbárie redentora?

21 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Início de maratona

Manutenção da força política exibida por Moro no Senado depende das novas revelações de diálogos com a Procuradoria e das habilidades do ex-juiz

No caso das conversas vazadas com a equipe do procurador Deltan Dallagnol, o ministro da Justiça, Sergio Moro, enfrenta duas ondas relativamente distintas de contestação. Uma é política e diz respeito a seu futuro como homem público. A outra, jurídica, põe à prova o legado da Operação Lava Jato.

O depoimento de quase nove horas de quarta-feira (19), na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, marcou a largada do embate político. O saldo, para quem foi flagrado em conversas que sugere proximidade proibida com a Procuradoria, não foi dos piores.

A conduta dos inquisidores, à exceção da de alguns de esquerda, passou longe do modo belicoso. Parece custoso, para muitos senadores, passar a impressão de estar questionando a onda de operações anticorrupção que, na esteira da Lava Jato, atingiu políticos de vários partidos nos últimos anos.

Sergio Moro, de sua parte, agarrou-se à linha de defesa que veio decantando desde a eclosão do escândalo. Afirma que não pode atestar a veracidade das mensagens, porque não guardou os arquivos e porque não há perícia técnica no material; e que, na hipótese de serem verazes, não viu nenhuma ilegalidade configurada nos diálogos.

O ministro também buscou o contra-ataque com a tentativa de desviar o foco das atenções para a quebra do sigilo, provavelmente criminosa. Moro argumenta que se

tratou de um ataque orquestrado às instituições nacionais, que não se restringiu a ele nem aos procuradores federais de Curitiba.

Com a investigação policial apenas começando, faltam evidências que reforcem a tese do ministro.

Passadas duas semanas desde a deflagração do caso, tendo sido divulgados outros trechos embaraçosos das mensagens entre procuradores e o então juiz titular da Lava Jato, fica cada vez mais frágil o argumento que tenta questionar sua fidedignidade. Nenhum desmentido surgiu dentre os vários participantes das conversas.

A provável origem ilícita do conjunto de comunicações poderá ter serventia à Lava Jato nos tribunais, como no julgamento, marcado para a próxima terça (25) no Supremo Tribunal Federal, da ação que acusa Moro de parcialidade ao condenar Lula. No debate político, no entanto, esse é um aspecto lateral.

Nesse fórum, a relação no mínimo inconveniente entre um juiz e a parte interessada na acusação ficou demonstrada. Também está claro que Sergio Moro, entre os ministros do governo, dispõe de um cacife diferenciado de prestígio no Congresso e de popularidade.

Esse é o retrato de uma maratona que apenas começa. Na longa corrida, a manutenção do potencial do ex-juiz para voos mais altos dependerá do teor das revelações que surgirem e de suas habilidades na nova carreira de político.

21 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Todo ponto tem nó

Às vésperas da audiência no Senado, parlamentares receberam um dossiê com casos antigos de Sergio Moro (Justiça). Em um dos relatos, de 2005, um criminoso, Tony Garcia, avisou a Moro que seu gabinete havia sido grampeado por ele e outro comparsa. Tornou-se delator. O então juiz teria autorizado medidas contra quem o gravou e só depois se afastou do processo. A conduta foi questionada na Justiça sob a alegação de que, sendo a vítima, Moro não poderia ter instruído a ação.

QUEM É QUEM O nome do advogado que foi acusado e condenado no caso que envolveu o grampo ilegal do gabinete de Moro é Roberto Bertholdo. Seu recurso ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) foi relatado pela ministra Laurita Vaz, que negou todos os pedidos dele, em votos confirmados pela maioria dos pares.

O INFILTRADO “Ao que consta”, escreveu a ministra, “Tony Garcia e o Ministério Público Federal firmaram acordo de delação premiada (...), sendo o réu, por força desse acordo, posto em liberdade com o objetivo de colher provas” contra seus comparsas. Garcia gravou os ex-colegas.

LEI DO RETORNO O processo do STJ registra ainda que Tony Garcia “comunicou ao juiz Sergio Moro que ele seria vítima do crime de interceptação telefônica, supostamente cometido por Roberto Bertholdo, com a participação do delator”. Moro autorizou medidas a pedido do Ministério Público, como quebra de sigilos, e depois se afastou do caso.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PARA LÁ E
PARA CÁ

21 JUN 2019

A disputa pela indicação do próximo ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) está dividindo o STF (Supremo Tribunal Federal), que elabora a lista triplíce de candidatos que será enviada a Jair Bolsonaro. O presidente tem a palavra final na escolha.

PEIXE Um dos candidatos é Carlos Mário Velloso Filho —o pai dele, Carlos Velloso, já foi ministro do STF.

PEIXE 2 Ministros da corte, no entanto, consideram a candidatura imprópria justamente por manter a prática de indicação de filhos de magistrados, ou ex, para cargos no Judiciário. Um dos integrantes do STF disse à coluna que é chegada a hora de adotar a “nova política” também nos tribunais.

ANZOL O fato de Velloso defender de forma enfática o ministro Sergio Moro, da Justiça, no escândalo das mensagens também desagradou alguns magistrados, que enxergam nisso uma tentativa de conquistar a simpatia do presidente Jair Bolsonaro.

DÓCELAR Um outro candidato é Marçal Justen Filho, do Paraná. Ele tem o apoio de Edson Fachin, do mesmo estado.

ELES & ELAS Já Fabricio Mendes Medeiros tem apoio de lideranças do Congresso. E a advogada Daniela Teixeira corre por fora, com a simpatia de magistradas mulheres.

NINGUÉM SOLTA... Na análise de algumas das principais lideranças do Congresso, Moro mantém força —mas está cada vez mais dependente de Jair Bolsonaro para seguir com perspectivas futuras de poder.

.. A MÃO DE NINGUÉM Por esse pensamento, houve uma inversão: Moro era fiador do governo. Agora, Bolsonaro virou fiador do ex-juiz, erguendo os braços dele em estádio de futebol e concedendo medalhas para ajudá-lo a enfrentar o escândalo das mensagens reveladas pelo site The Intercept Brasil.

DOIS LADOS A avaliação é ainda de que o ministro da Justiça não perde muito mais popularidade do que a já mensurada pela pesquisa XP/Ipespe —em janeiro, ele tinha 67% de avaliação positiva, contra 56% em junho. A imagem de juiz imparcial, no entanto, estaria irremediavelmente trincada.

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

A chave do Supremo

21 JUN 2019

BRÁSILIA A última edição da pesquisa Barômetro das Américas mostrou que 38% dos brasileiros acham que o presidente pode fechar o STF caso o país enfrente dificuldades. O sentimento não é majoritário, mas sua escalada chama a atenção. Nos últimos dez anos, esse percentual nunca ultrapassou a casa dos 15%.

Não é de hoje que a popularidade do Supremo está no fundo do poço. Ainda assim, é espantoso que tanta gente apoie a solução radical de passar a chave na porta do tribunal e mandar os ministros para casa.

Exposta a desgastes, a corte conquistou o despreço de eleitores de esquerda (35%), de centro (25%) e, principalmente, de direita (52%). O ambiente pode se tornar ainda mais desfavorável, já que o STF permanece rachado em discussões criminais, assumiu protagonismo em pautas políticas e enfrenta o antagonismo do presidente da República e aliados.

A divisão do tribunal em processos relacionados à Lava Jato e em julgamentos de corrupção é a causa mais visível dessa insatisfação. Não é coincidência que pedidos de fechamento do Supremo estivessem presentes nas manifestações de apoio ao ex-juiz Sergio Moro e ao governo Jair Bolsonaro, no fim de maio.

A corte continua tomando decisões nessa seara que desagradam às massas, mas também se mostra vulnerável ao mau humor das ruas. Um sinal disso é a hesitação do tribunal em enfrentar casos como a prisão após condenação em segunda instância e outros julgamentos que poderiam afetar o ex-presidente Lula.

Mais um ingrediente amargo dessa receita é a imagem de que o STF age contra o governo. Nos últimos meses, o tribunal barrou a decisão de Bolsonaro de extinguir conselhos federais e suspendeu a privatização de uma subsidiária da Petrobras. Na próxima semana, a corte também pode derrubar o decreto que ampliou o acesso a armas no país.

No papel de contrapeso, o Supremo deve continuar sob pressão. É natural que a corte seja sensível à opinião pública. Resta saber se ficará intimidada com gritos autoritários.

21 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal do Rio suspende quebra de sigilo no caso Flávio Bolsonaro

RIO DE JANEIRO O desembargador Antônio Amado, do Tribunal de Justiça do RJ, suspendeu, no dia 14, a quebra de sigilos bancário e fiscal da empresa MCA Exportação e de um de seus sócios, alvos da investigação sobre o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

Em 2010, a MCA adquiriu de

Flávio 12 salas em construção 45 dias depois de ele ter firmado escritura para te direitos de sete desses imóveis. O filho de Jair Bolsonaro lucrou R\$ 504 mil, segundo o Ministério Público, que vê indícios de lavagem de dinheiro.

Flávio também é investigado por peculato e organização criminosa.

Justiça condena três filhos de Maluf por lavagem de dinheiro

SÃO PAULO | UOL A Justiça Federal em São Paulo condenou nesta quarta-feira (19) três filhos de Paulo Maluf por lavagem de dinheiro. A defesa informou que vai recorrer da decisão.

O empresário Flávio Maluf foi condenado a oito anos de prisão em regime fechado, enquanto Ligia e Lina Maluf

foram condenadas a quatro anos em regime semiaberto.

A ação penal, de 2006, acusa os filhos de Maluf de movimentações financeiras suspeitas no exterior entre 1997 e 2003. O dinheiro teria origem em recursos desviados da Prefeitura de São Paulo quando Maluf esteve à frente dela, entre 1993 e 1996.

Advogado é morto a tiros em posto de combustíveis de SP

SÃO PAULO O advogado Francisco Assis Henrique Neto Rocha, 57, foi assassinado por volta de 21h de quarta-feira (19) em um posto de combustíveis na avenida Washington Luis, em Santo Amaro, na zona sul da capital paulista.

Rocha tinha acabado de sair da temakeria Mestre Maki, no mesmo posto, e caminhava em direção a seu carro, uma Mercedes Benz, quando foi atingido por tiros.

Segundo a polícia, foram

feitos cerca de dez disparos por ocupantes de um Citroën Picasso, que fugiram em seguida.

O veículo foi abandonado a aproximadamente dois quilômetros do local. Ele foi localizado pela Polícia Militar parcialmente queimado.

A principal hipótese dos investigadores é a de homicídio simples, já que os atiradores fugiram sem levar nenhum pertence da vítima. O caso foi registrado no 11º DP (Santo Amaro).

20 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Em 9 horas no Senado, Moro minimiza crise e admite sair se for provada irregularidade

Em sessão amena, mas com embates com petistas, ministro criticou divulgação de conversas por site, que chamou de aliado de 'hackers'

Daniel Carvalho
e Thais Arbex

BRASÍLIA Em depoimento de quase nove horas no Senado para explicar a troca de mensagens vazadas com o procurador Deltan Dallagnol, chefe da Lava Jato, o ministro Sergio Moro (Justiça) admitiu nesta quarta-feira (19) a possibilidade de deixar o posto no governo Jair Bolsonaro (PSL) caso sejam apontadas irregularidades em sua conduta.

“Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. Apresente tudo. Vamos submeter isso, então, ao escrutínio público. E, se houver ali irregularidade da minha parte, eu saio. Mas não houve. Por quê? Porque eu sempre agi com base na lei e de maneira imparcial”, disse.

Na audiência, Moro afirmou aos senadores estar “tranquilo” e que, se for divulgada pelo site The Intercept Brasil a íntegra das mensagens, “sem adulteração e sem sensacionalismo”, “essa correção vai ser observada”. Ele chamou o site de “aliado” de hackers.

O ministro prestou esclarecimentos à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. Ao final da audiência, só havia no plenário parlamentares alinhados à agenda de Moro — e senadores posaram para fotos ao lado do ministro.

“Acho que o objetivo maior desta comissão foi alcançado,

que é, senão encontrar a verdade, porque cada um tem a sua opinião sobre ela, tentar buscar a Justiça e a verdade. E o fizemos através de um diálogo franco, aberto, equilibrado, democrático, em que soubemos falar, mas principalmente soubemos ouvir”, disse a presidente da comissão, Simone Tebet (MDB-MS).

Para opositoristas, Moro acabou submetido a uma sessão amena, com questionamentos sutis da maioria.

A fala de Moro sobre eventual saída do cargo foi em resposta ao senador Jaques Wagner (PT-BA), que questionou a garantia de isenção em possíveis investigações sobre seu papel como juiz da Lava Jato — a Polícia Federal está subordinada ao Ministério da Justiça.

Durante evento em Guaratinguetá (interior de SP), Bolsonaro comentou as declarações de seu ministro e disse que não viu “nada de anormal até agora” nas mensagens reveladas pelo Intercept.

“Eu também não tenho apego ao meu cargo”, disse Bolsonaro, que depois acrescentou: “Qualquer ministro é livre para fazer o que bem entender. O Sergio Moro é um patrimônio nacional, não é do presidente da República”.

No Senado, Moro afirmou que a crise envolvendo a divulgação das mensagens não é um problema de governo e que

tem recebido apoio de Bolsonaro. “Estou no governo e acaba havendo esta transferência”.

Na sessão, Moro travou embates com senadores petistas e afirmou ainda ser alvo de um ataque hacker que mira as instituições e que tem como objetivo anular condenações por corrupção.

Moro se ofereceu para ir à CCJ para esfriar a coleta de assinaturas para a criação de uma CPI para investigá-lo.

Nas conversas publicadas pelo site, o ex-juiz sugere ao Ministério Público Federal trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobra a realização de novas operações, dá conselhos e pistas, antecipa ao menos uma decisão judicial e propõe aos procuradores uma ação contra o que chamou de “showzinho” da defesa do ex-presidente Lula.

Filho mais velho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) afirmou que o governo “nunca cogitou” tirar Moro do cargo. “Isso só passa na cabeça de quem não tem nada na cabeça”, disse à Folha.

No Senado, o ministro tentou reforçar o discurso de que a crise esperada com a divulgação das conversas não prosperou, já que, para ele, os diálogos não mostram nada mais que a atividade normal de um juiz.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ele citou diversas vezes artigo de Matthew Stephenson, professor de direito em Harvard, cujo título é “O Incrível Escândalo que Encolheu? Novas Reflexões sobre o Vazamento da Lava Jato”.

O texto, publicado no blog Global Anticorruption, Stephenson elenca motivos pelos quais mudou de opinião sobre a série de reportagens.

Ao longo de seu depoimento, Moro repetiu diversas vezes não poder confirmar a veracidade das mensagens, mas relativizou algumas delas, como a que cita o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal. O ministro disse não ver problema na mensagem “in Fux we trust” (em Fux confiamos).

“Posso ter mandado. Qual o problema de uma mensagem assim? Eu confio no Supremo, confio na instituição”, afirmou. Mais tarde, disse: “É algo que posso ter dito, mas não posso afirmar com convicção que, eu tendo dito, foram com aquelas palavras”.

Moro também negou haver qualquer acordo com o presidente Bolsonaro para que ele seja indicado ministro do STF.

“Essa história de vaga no Supremo é uma fantasia. Nunca me prometeu nada. Isso tem que ser discutido lá na frente. Não sei se vou querer, não sei se ele vai me oferecer”, disse.

No Senado, Moro disse que “as vivandeiras da nulidade” querem a anulação completa da Lava Jato, o que seria, segundo ele, “o sonho de consumo de muita gente que se envolveu na prática destes crimes”.

O ministro foi alvo de provocações, como quando o senador Otto Alencar (PSD-BA) disse que era exigir demais que Moro se lembrasse das conversas. “Não exijam muito da memória do ministro. Ele tem péssima memória.”

Em um tom duro, o senador Cid Gomes (PDT-CE) disse que Moro, enquanto juiz da Lava Jato, tinha postura “de querer aparecer, se colocar como salvador da pátria”.

Renan Calheiros (MDB-AL) lançou provocações a Moro e disse que não o prejudicaria. “Defendo sua presunção de inocência, o direito de defesa e acho, mais do que isso, que o senhor não está obrigado a responder sobre questões concretas destes vazamentos. Mas são coisas graves.”

Colaborou José Marques, de Guaratinguetá (SP)

RESUMO DA PALA DE MORO

1 Colocou-se como alvo de ataque hacker de um grupo criminoso organizado

2 Disse não ter como garantir a veracidade das mensagens (mas também não as negou)

3 Refutou a possibilidade de ter feito conluio com o Ministério Público

4 Chamou a divulgação das conversas de sensacionalista

5 Desqualificou os que apontaram irregularidades na sua atuação quando juiz da Lava Jato



Moro durante depoimento no Senado Fotos André Coelho/Folhapress

20 JUN 2019

“

Nunca atuei nestes processos movido por questão ideológica ou político-partidária. Sou constantemente atacado há quatro, cinco anos, por ter cumprido meu dever

“

Quer que eu lembre de mensagens que mandei há mais de 2 anos? É algo que posso ter dito, mas não posso afirmar com convicção que, eu tendo dito, foram com aquelas palavras

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

Moro ganhou no dribble

20 JUN 2019

BRASÍLIA Na sétima hora de depoimento sobre sua troca de mensagens com procuradores, Sergio Moro se disse perplexo por “ter de falar tanto sobre esse tema”. O ministro insistiu em questionar a veracidade dos diálogos e se desviou das suspeitas de que sua atuação na Lava Jato foi parcial. Ganhou o jogo no dribble.

O ex-juiz não saiu do Senado com uma sentença absolutória, mas também não caiu diante das perguntas dos parlamentares. Moro aceitou deixar no ar questionamentos sobre as conversas publicadas pelo site The Intercept e se refugiou atrás de dúvidas lançadas por ele mesmo.

O ministro ficou na retranca. Acusou a publicação de sensacionalismo 52 vezes e repetiu que não reconhecia a veracidade dos diálogos. No entanto, não ofereceu qualquer indício de que as conversas reproduzidas sejam falsas ou deturpadas.

Embora o assunto em debate fosse sua atuação como julgador, Moro abriu mão de apresentar argumentos para defender que sua parceria com os procuradores era legal e ética. Ele disse mais de 30 vezes que aquilo era algo normal, “absolutamente normal”, “absurdamente normal”. Não era, e o ex-juiz não explicou por que discutia táticas de acusação com o Ministério Público.

Moro buscou abrigo nas provas e em resultados incontestáveis obtidos pela Lava Jato. A certa altura, precisou lembrar aos parlamentares que “agentes políticos inescrupulosos haviam capturado a Petrobras”. Era verdade, mas também diversionismo. Ninguém estava ali para fazer um balanço da operação.

A sessão evidenciou que há uma base política favorável ao ex-juiz no Senado. Ele recebeu elogios, embora tenha estranhado algumas críticas. Quando Fabiano Contarato (Rede) enalteceu a Lava Jato, mas censurou seu comportamento, Moro reclamou que aquela defesa era “um tanto quanto peculiar”.

O ministro não sepultou o caso, mas repisou o discurso de que o combate à corrupção justifica sua conduta. Moro reforça sua proteção enquanto aguarda novas revelações.

FOLHA DE S. PAULO

MARILIZ PEREIRA DORGE

Bloqueados

RIO DE JANEIRO Fui bloqueada no Twitter pelo juiz Marcelo Bretas quando compartilhei um tuíte em que o magistrado recorria ao profeta Isaías para falar sobre a separação dos Poderes. “Porque o Senhor é o nosso Juiz; o Senhor é nosso Legislador; o Senhor é nosso Rei; ele nos salvará.”

A intenção parecia clara. Bretas mandava um recado ao presidente, que questionou se não estava na hora de o STF ter um ministro evangélico. Retuítei o texto com a legenda: “Oi, Bolsonaro, tem vaga no STF?”

Fui irônica, mas não agressiva ou mal-educada, para justificar o block. Bretas não gosta de críticas, mas não é a única figura pública a privar de informação seus seguidores. Há nomes de todos os espectros políticos, incluindo Jair Bolsonaro, que adoram esse tipo de expediente. Criticou? Fora.

Advogado especialista e professor de direito digital, da FGV, Luiz Augusto Filizzola D’Urso diz que canais oficiais que restringem o acesso ao público violam normas constitucionais, como o princípio da publicidade e o direito de acesso à informação. Mas os perfis pessoais estão livres dessas obrigações.

Essa é a questão. Presidente, parlamentares, ministros e juízes vêm usando contas privadas como canal oficial de contato com o público. Portanto, não deveriam se portar de acordo? É bom lembrar que a Justiça americana obrigou Trump a desbloquear uma penca de seguidores porque interpretou que a conta da pessoa Trump havia se tornado um fórum público e que os blocks violavam a liberdade de expressão.

Assim como nos EUA, seria necessário que alguém ou um grupo entrasse na Justiça para contestar o comportamento de políticos e magistrados brasileiros. Reiteradas decisões favoráveis aos banidos poderiam se consolidar como jurisprudência por entender que perfis pessoais são usados com caráter oficial.

Quem não quer ficar à mercê do escrutínio público deveria manter uma conta fechada no Instagram para postar à vontade fotos na academia.

20 JUN 2019

MÔNICA BERGAMO

STF pode adiar julgamento sobre suspeição de Moro

MAIS TARDE

O STF (Supremo Tribunal Federal) pode adiar o julgamento sobre a suspeição do ministro Sergio Moro nos processos da Lava Jato, marcado para a terça-feira (25).

CONSENSO A pressão é grande no sentido de postergar a análise do caso. Mas a decisão só deve ser tomada no dia, e por todos os cinco ministros da 2ª turma, que julgará o pedido de habeas corpus apresentado pela defesa de Lula.

DE LONGE O habeas corpus foi apresentado ao STF antes do escândalo das mensagens de Moro com os procuradores da Lava Jato, revelado pelo site The Intercept Brasil.

PÉNO GOVERNO Um dos pilares da argumentação da defesa é o fato de Moro ter conversado com emissários de Jair Bolsonaro para integrar o governo dele quando ainda era juiz.

TIME A força-tarefa da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal de SP (MPF-SP) vai ser reforçada por dois novos membros. A equipe ficará com seis procuradores.

TIME 2 Paloma Alves Ramos, que atua em Naviraí (MS), e Yuri Correa da Luz, que está lotado em Registro (SP), serão incorporados à equipe de procuradores da capital paulista no final de junho.

FOI SUFICIENTE Sergio Moro sobreviveu às nove horas de oitiva no Senado, mas senadores saíram da sessão com a impressão de que ele foi evasivo. Ainda assim, no fim do dia, parlamentares da Casa apostavam que, por ter ido se explicar e não ter cometido falha grave, ele colocou na geladeira articulação para abertura de uma CPI.

VENCER PELO CANSAÇO Durante a audiência, Moro questionou a autenticidade das mensagens 50 vezes, falou em hackeamento 53, defendeu a normalidade das supostas conversas em 37 momentos e sua imparcialidade em 20 ocasiões.

CAMPEÃO O termo "sensacionalismo" foi outro muito cunhado pelo ministro (45 vezes), sempre em referência às notícias publicadas pelo The Intercept Brasil. Chegou a usar a palavra cinco vezes em uma resposta curta.

PELO SIM, PELO NÃO Não foram só os integrantes da força-tarefa da Lava Jato de Curitiba que apagaram os registros de suas conversas no Telegram após o estouro do polêmico caso em torno de mensagens entre eles e o ex-juiz Sergio Moro. Quadros da PGR e do Rio também fizeram uma limpa em seus arquivos.

LISTA QUE SÓ CRESCE Aliados de Bolsonaro egressos das Forças Armadas citam Lauro Cardoso, quarto colocado na votação da lista triplíce elaborada por procuradores, como nome que conta com a simpatia dos fardados para a sucessão de Raquel Dodge. Capitão da reserva do Exército, fez curso de forças especiais e é paraquedista, como o presidente.

TIROTEIO

“Moro se diz imparcial, mas aconselhava o MP a acusar; cobrava lembrança dos fatos dos réus, mas não sabe o que escreveu

De José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça de Dilma Rousseff, sobre a audiência do ex-juiz Sergio Moro em comissão do Senado

ME DE MOTIVOS A ausência de Valdmir Aras no topo da lista votada pelos procuradores espantou quadros do Ministério Público Federal que apostavam na força do nome dele. Entre todos os que estavam no páreo, ele é de longe o mais próximo de Sergio Moro. Aliados citam o fato de ele não ser subprocurador como determinante para a derrota.

PAINEL DO LEITOR

Os heróis não precisam de medalhas ou estátuas, menos ainda de culto às suas pessoas, mas tão somente de respeito àquilo que por eles foi construído. Esse é o destino de Sergio Moro.

Henrique Nelson Calandra,
desembargador aposentado
e advogado (São Paulo, SP)

Moro diz não ter apego ao cargo, mas quer submeter ao escrutínio público uma eventual saída (“Não tenho apego ao cargo. Se houver irregularidade, saio”, diz Moro no Senado”, Poder, 19/6). Desde quando ele foi eleito, para se valer da opinião pública?

Antonio Carlos Orselli (Araraquara, SP)

20 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Oposição vai esperar decisão do Supremo para avaliar CPI sobre ministro

BRASÍLIA A oposição no Senado vai esperar um posicionamento do STF (Supremo Tribunal Federal), previsto para a próxima terça (25), sobre a atuação de Sergio Moro à frente dos processos da Lava Jato para avaliar o pedido de instalação de uma CPI para investigar o hoje ministro da Justiça de Jair Bolsonaro.

As conversas divulgadas pelo site The Intercept Brasil fizeram a Segunda Turma do Supremo desengavetar um pedido dos advogados pela anulação do processo do triplex em Guarujá (SP), que levou o petista à prisão. A solicitação da defesa foi feita sob o argumento de que Moro não foi imparcial na análise do caso.

A proposta de instalação da comissão de inquérito também foi tratada durante o depoimento de Moro no Senado. Cid Gomes (PDT-CE) defendeu que o Congresso instale uma comissão de inquérito sobre o ex-juiz.

“Instalemos uma comissão parlamentar de inquérito que, de forma isenta e imparcial, se proponha e, de fato, faça o aprofundamento nas duas grandes questões que são objeto dessa celeuma que já se apelidou aí de Vaza Jato”, disse o senador na sessão.

Cid defendeu também uma investigação sobre o autor dos vazamentos e a segurança das comunicações no país.

Parlamentares de oposição avaliam que, até agora, não há elementos suficientes para bancar um pedido de CPI.

A avaliação é que a audiência de Moro apenas serviu de palanque à tese do ministro.

O grupo reconhece que a bancada que apoia Moro e a Lava Jato tem, hoje, força suficiente para blindar o ex-juiz. O longo depoimento desta quarta, dizem, foi um importante indicativo de que qualquer empreitada contra o ministro pode ser frustrada.

Senadores que estão à frente das articulações disseram à Folha, reservadamente, esperar que os ministros do Supremo deem, ao menos, um duro recado ao ministro. Eles também querem ouvir o que o procurador Deltan Dallagnol dirá ao Senado.

No STF, a Segunda Turma está dividida, e o decano da corte, Celso de Mello, deve ser o voto decisivo no caso.

Perguntas ainda sem resposta

1 Moro é o autor das mensagens?

Ele questionou algumas vezes a autenticidade delas, mas não as negou, chegando a admitir que pode ter escrito uma parte delas

2 Ele autorizaria Telegram a liberar os arquivos?

Moro não respondeu diretamente. Disse apenas que elas não existem mais, pois ele deixou de usar o aplicativo em 2017

3 Moro pediria ao Deltan Dallagnol para entregar seu celular para perícia?

O ministro não respondeu sobre a possibilidade. A PF é subordinada à Justiça, pasta de Moro

4 Como a PF vai confirmar a autenticidade das mensagens?

Moro não explicou como o órgão poderá mapear se as conversas são reais ou se houve alguma modificação

Procuradores da Lava Jato dizem ter excluído mensagens vazadas

SÃO PAULO A força-tarefa da Lava Jato no Paraná divulgou uma nota nesta quarta-feira (19) afirmando que os procuradores da operação desativaram suas contas no aplicativo Telegram em seus celulares após ataques de hackers a partir de abril deste ano.

“Tendo em vista a continuidade, nos dias subsequentes, das invasões criminosas e o risco à segurança pessoal e de comprometimento de investigações em curso, os procuradores descontinuaram o uso e desativaram as contas do aplicativo Telegram nos celulares, com a exclusão do histórico de mensagens tanto no celular como na nuvem”, disseram em nota.

Ainda de acordo com o MPE, os procuradores, antes que a invasão dos aparelhos tivesse sido noticiada, avisaram a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal, que orientou a troca de aparelhos e dos números de telefone.

Ainda segundo o Ministério Público, a troca de aparelhos e a exclusão de mensagens ocorreram antes da divulgação de conversas pelo site The Intercept Brasil.

5 Que prova ele tem de ter sido vítima de hacker?

Moro diz ser alvo de um grupo criminoso, mas que a investigação da PF é sigilosa. O Intercept diz que a fonte das mensagens é anônima

FOLHA DE S. PAULO

20 JUN 2019

Paulo Preto deu R\$ 740 mil a grupo ligado ao PCC, diz Promotoria

SÃO PAULO | UOL. Investigação do Ministério Público paulista aponta que Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa, estatal de construção de rodovias, ordenou o pagamento de pelo menos R\$ 740 mil da empresa a pessoas ligadas à facção criminosa PCC em 2009.

Paulo Preto, como é conhecido, é suspeito de ser operador de propinas do PSDB durante o governo José Serra (PSDB-SP).

Conforme os autos do processo que correu no Tribunal de Justiça a que o UOL teve acesso, pelo menos 37 suspeitos de crimes na zona sul da capital e em Barueri foram indenizadas indevidamente.

As irregularidades ocorreram em meio a desapropriações para as obras do trecho sul do Rodoanel e prolongamento da avenida Jacu-Pêssego. A obra foi entregue em 2010.

Dos 37, 13 possuem passagem pela cadeia por crimes como homicídio, tráfico de drogas e roubo. Ao menos um preso entrou na lista das indenizações enquanto estava na cadeia, e outro foi indenizado mesmo sendo foragido. Cada um recebeu cerca de R\$ 20 mil, em valores atualizados.

A apuração foi iniciada em 2016. Em 2017, o caso passou para Justiça Federal.

Procurada, a defesa de Paulo Preto não comentou.

Promotoria de SP vai investigar patrimônio de cabos

SÃO PAULO. O Ministério Público de São Paulo instaurou procedimento para apurar eventual enriquecimento ilícito de cinco integrantes da cúpula da Associação de Cabos e Soldados de SP.

O procedimento tem como base reportagem da Folha que revelou a situação patrimonial desses dirigentes. O grupo acumula bens estimados em R\$ 11 milhões, entre imóveis e veículos, mesmo recebendo aposentadorias líquidas que variam entre R\$ 2.436,10 e R\$ 5.678,62. A Associação de Cabos e Soldados é uma entidade sem fins lucrativos e por isso seus dirigentes não podem receber salários.

Entre os bens estão sobrado na praia, apartamento de alto padrão, chácaras e veículos de luxo, inacessíveis à maioria dos cabos e soldados paulistas, que enfrentam dificuldades financeiras após anos sem reposição salarial.

A Promotoria analisará as circunstâncias para decidir se abre um inquérito civil ou se arquivar o procedimento.

Caso o inquérito seja aberto, os policiais militares serão chamados a explicar como conseguiram acumular o patrimônio e apresentar a origem dos recursos.

24 JUN 2019

BEMPARANÁ

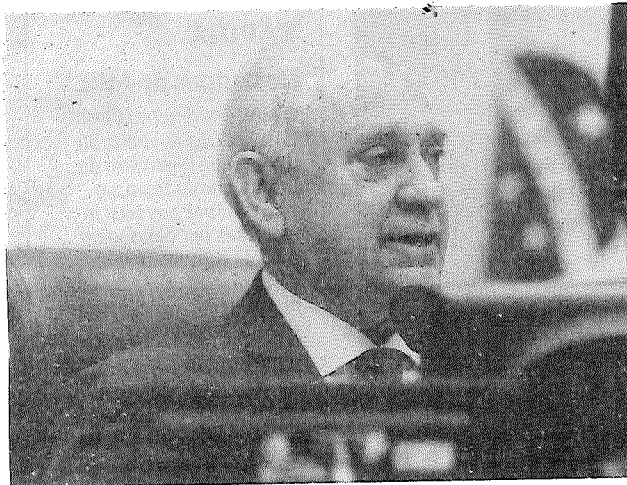
Deputados devem barrar corte de verba dos poderes

Casa tende a manter índices de repasses ao Legislativo, Judiciário, MP e TCE

Ivan Santos

Os deputados estaduais devem barrar a tentativa do governo do Estado de reduzir os percentuais de repasses de verbas para o Judiciário, Ministério Público (MP), da própria Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado (TCE), na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. E tudo indica que os parlamentares também tendem a rejeitar a proposta do Executivo de retirar os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo para esses repasses. Caso isso se confirme, o governo deixará de garantir reforço de caixa de mais de R\$ 500 milhões para o ano que vem.

Em abril, o governo encaminhou à Assembleia proposta de LDO para o ano que vem que reduz de 18,6% para 17,6% a fatia da receita do Estado que é repassada aos demais poderes. Pelo projeto, a parte da receita que cabe ao Tribunal de Justiça cairia de 9,5% para 8,99%; para o Ministério Público de 4,1% para 3,88%, para a Assembleia de 3,1% para 2,93% e para o Tribunal de Contas de 1,9% para 1,8%. Além disso, a proposta também prevê que a verba do FPE não seria mais contabilizada para o cálculo desses re-



Traiano (PSDB): "A ideia é manter percentuais"

ursos, como acontecia até 2010. Estima-se que se a mudança for aprovada, o Judiciário perderia mais de R\$ 280 milhões; o MP cerca de R\$ 120 milhões; a Assembleia R\$ 90 milhões e o TCE aproximadamente R\$ 50 milhões.

A medida já foi tentada diversas vezes no governo anterior, de Beto Richa (PSDB), mas acabou sendo sempre rejeitada pelos parlamentares, que além de não concordar com a redução de verba para o próprio Legislativo, temiam se indispor com o Judiciário, o MP e o TCE, cortando recursos desses poderes.

Receita - No início do mês, ao participar de audiência pública de prestação de contas do governo na Assembleia, o novo secretário da Fazenda, Renê Garcia Júnior, dei-

xou claro que a intenção do Executivo é que a LDO do ano que vem seja aprovada com o corte de verbas dos outros poderes. O presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), porém, afirma que os parlamentares devem mudar o texto apresentado pelo governo, mantendo na LDO do ano que vem os mesmos percentuais de repasses previstos atualmente. "Parece que houve uma emenda (na comissão de Orçamento). A ideia é, talvez, manter os percentuais (atuais), mas ficar limitado ao crescimento da receita os repasses", disse o tucano. Segundo fontes da Assembleia, o próprio Traiano seria coautor, junto com outros deputados, da emenda para manter os índices atuais de repasses.

Enganação - "Eu sei que existe uma conversa informal do presidente (da Assembleia), do relator (do Orçamento). E existe uma conversa entre os demais poderes, já que o Poder Judiciário disse que ficaria inviável tocar as suas demandas dessa forma que foi colocado. Mas oficialmente a liderança ainda não recebeu orientação nenhuma", alega o líder do governo na Casa, deputado Hussein Bakri (PSD). "Eu entendo a situação dos demais poderes. Eles já têm compromissos assumidos. Agora o projeto veio dessa forma, tem que construir", afirma. Segundo ele, uma das possibilidades seria estabelecer que eventuais excedentes de arrecadação não entrem no rateio para os repasses aos outros poderes. "O que eu escutei de maneira informal, é possível que tenhamos um superávit. E aí eles (os outros poderes) não fariam parte do superávit. Vai para o caixa do governo. Ele fica com o superávit inteiro. Ainda não tem nada oficial. Mas isso eu escutei do presidente (Traiano)", explicou.

"Parece que está havendo um jogo de enganação", avalia o líder da oposição, deputado Tadeu Veneri (PT), sobre a ideia de condicionar os repasses aos demais poderes a um eventual aumento da arrecadação.

Orlando Kiisner/Alep

24 JUN 2019

BEMPARANÁ

Lava Jato declarou apoio a Moro, revelam mensagens

Articulação ocorreu após repreensão do STF sobre áudios entre Dilma e Lula

Procuradores da operação Lava Jato articularam apoio ao ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, depois que este foi repreendido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por causa da divulgação de áudios da então presidente Dilma Rousseff com o ex-presidente Luiz Inácio da Silva. As revelações foram feitas pelo site The Intercept Brasil, agora em parceria com o jornal 'Folha de S.Paulo' e publicadas ontem.

Primeiro, Moro foi repreendido pelo STF por ter divulgado os áudios de Dilma e Lula, em março de 2016. Na conversa, Dilma queria transformar Lula em ministro-chefe da Casa Civil. Com isso, o ex-presidente ganharia foro privilegiado. Após a divulgação dos áudios, a nomeação não deu certo.

O novo motivo de tensão entre Moro e o STF teria começado depois que a Polícia Federal (PF) tornou públicos documentos da Odebrecht de um processo que corria em Curitiba. O material foi divulgado pela imprensa antes que Moro pusesse



O ministro da Justiça, Sergio Moro

tudo em sigilo novamente. A divulgação de vários nomes de investigados com foro privilegiado obrigaria o ex-juiz a remeter parte do processo ao STF.

"Tremenda bola nas costas da PF", disse Moro ao procurador Deltan Dallagnol, através do Telegram. "E vai parecer afronta [ao STF]." Deltan sugeriu que não houve má-fé por parte da PF. "Continua sendo lambança. Não pode cometer esse tipo de erro agora", retrucou Moro. Deltan respondeu: "Saiba não só que a imensa maioria da sociedade está com você, mas que nós faremos tudo o que for necessário pa-

ra defender você de injustas acusações."

Mais tarde, Deltan escreveu ao delegado Márcio Anselmo, que comandava as investigações sobre a Odebrecht: "O receio é que isso seja usado pelo STF contra a operação e contra o Moro. O momento é que ficou ruim. Vem porrada."

Dois inquéritos e uma ação penal que corriam em Curitiba, incluindo a lista da Odebrecht, foram enviados ao STF em março. Mais tarde, Teori devolveu os inquéritos a Curitiba, mas manteve no Supremo as planilhas da Odebrecht que listavam políticos com foro privilegiado.

RÁPIDA

Desculpas ao MBL

O MBL (Movimento Brasil Livre) divulgou ontem áudio em que o ministro da Justiça, Sergio Moro, pede desculpas aos seus integrantes por mensagem trocada com integrantes da Operação Lava Jato em março de 2016, na qual os chama de tontos.

"Se de fato usei o termo, peço escusas, mas saibam que têm todo o meu respeito e sempre terão", declarou Moro, segundo a gravação publicada no Youtube pelo deputado estadual Arthur Marmãe Falei (DEM-SP), do MBL.

O diálogo em que Moro critica o movimento consta em reportagem da Folha e do site The Intercept Brasil ontem. Nele, Moro pede ao coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, que encontre uma forma de conter o MBL, que havia armado protesto em frente ao apartamento do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki. "Não sei se vocês têm algum contato mas alguns tontos daquele movimento brasil livre foram fazer protesto na frente do condomínio do ministro", digitou o então magistrado no Telegram. "Isso não ajuda evidentemente."

24 JUN 2019

BEMPARANÁ

Fachin nega habeas a Ferreira

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento — julgou inviável — ao Habeas Corpus 166371, no qual a defesa do ex-gerente de Empreendimentos da Petrobras Márcio de Almeida Ferreira pedia a anulação da ação penal em que acabou condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no âmbito na Operação Lava Jato. As informações estão no site do Supremo. Em fevereiro de 2018, o ex-gerente da estatal petrolífera foi condenado pelo então juiz federal Sérgio Moro a 10 anos e três meses de reclusão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O Ministério Público Federal no Paraná denunciou, na mesma ação penal, Márcio de Almeida Ferreira e outros cinco investigados por suposta propina de R\$ 150 milhões relacionada à Área de Gás e Energia da estatal. O caso chegou ao Supremo após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negar habeas corpus, destacando que as instâncias ordinárias concederam acesso aos dados solicitados e permitiram a ampla defesa.

Procurador quer evitar saída de inquérito

A força-tarefa da Operação Lava Jato solicitou ao juiz federal Luiz Antonio Bonat, da 13.^a Vara Federal, que mantenha sob sua competência um inquérito ligado ao ex-ministro Antonio Palocci (Fazenda/Casa Civil - Governos Lula e Dilma). O Ministério Público Federal manifestou-se de forma contrária ao pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que a investigação seja remetida, na ordem, à Justiça Eleitoral ou à Estadual ou à Federal de Brasília ou de São Paulo. A defesa de Lula alegou a incompetência da 13.^a Vara Federal 'para supervisionar as investigações'. Os advogados argumentaram que "há inúmeros elementos indiciários a sugerir a prática de crimes de natureza eleitoral e, subsidiariamente, que a Justiça Estadual detém competência para exercer o controle sobre as investigações". O inquérito foi aberto em 2015 para "apurar movimentações financeiras suspeitas do ex-ministro. O alvo foi passar a mirar também "a prática de crimes por parte de Antônio Palocci.

21 JUN 2019

BEMPARANÁ

Lava Jato afastou procuradora após pedido de Moro, diz site

Laura Tessler foi substituída em inquirição de Lula depois de sugestão de ex-juiz

Lava Jato tirou procuradora de audiência com Lula após pedido de Moro

A informação foi revelada ontem pelo colunista da rádio Band News FM Reinaldo Azevedo, em parceria com o site 'The Intercept Brasil'.

A força-tarefa da operação Lava Jato excluiu a procuradora Laura Tessler da audiência que ouviu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo do triplex do Guarujá, após sugestão do então juiz do caso e hoje ministro da Justiça, Sergio Moro. A informação foi revelada ontem pelo colunista da rádio Band News FM, Reinaldo Azevedo, em parceria com o site The Intercept Brasil.

De acordo com o colunista, depois que Moro afirmou ao coordenador da Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol, em 13 de março de 2017, que Tessler "para inquirição em audiência, ela não vai muito bem", a procuradora foi substituída por outros integrantes da operação na audiência em que o então juiz tomou o depoimento de Lula. "Prezado, a colega Laura Tessler de vcs é excelente profissional, mas para inquirição em audiência, ela não vai muito bem. Desculpe dizer isso, mas com discrição, tente dar uns conselhos a ela, para o próprio bem dela. Um treinamento faria bem. Favor manter reservada essa mensagem", disse Moro na conversa inicial.

Discrição - Segundo o diálogo revelado pelo The Intercept, 17 minutos depois, Dallagnol repassou a mensagem ao procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, também da Lava Jato pedido discrição ao colega. Em seguida, o coordenador da Lava Jato teria sugerido verificar a escala de trabalho e substituir Laura Tessler por outros

procuradores na audiência com Lula. "Vamos ver como está a escala e talvez sugerir que vão 2, e fazer uma reunião sobre estratégia de inquirição, sem mencionar ela", escreveu Deltan. "Por isso tinha sugerido que Júlio ou Robinho fossem também. No do Lula não podemos deixar acontecer", teria respondido Carlos Lima. Quando Lula depôs pela primeira vez a Moro, Laura Tessler foi substituída pelos procuradores Júlio Noronha e Roberson Pozzobon.

'VAZAJATO'

COMBINAÇÃO

As novas revelações do The Intercept

Após o então juiz Sergio Moro criticar a atuação da procuradora Laura Tessler em diálogo com o coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol, ele repassa a informação ao procurador Carlos Fernando Lima:

12:42:34 Deltan Recebeu a msg do moro sobre a audiência tb?

13:09:44 Não. O que ele disse?

13:11:42 Deltan Não comenta com ninguém e me assegura que teu telegram não tá aberto aí no computador e que outras pessoas não estão vendo por aí, que falo

13:12:28 Deltan (Vc vai entender por que estou pedindo isso)

13:13:31 Ele está só para mim.

13:14:06 Depois, apagamos o conteúdo.

13:17:03 Vou apagar, ok?

13:17:07 Deltan apaga sim

13:17:26 Apagado.

13:17:26 Deltan Vamos ver como está a escala e talvez sugerir que vão 2, e fazer uma reunião sobre estratégia de inquirição, sem mencionar ela (Laura Tessler)

13:18:11 Por isso tinha sugerido que Júlio ou Robinho (os procuradores Júlio Noronha e Roberson Pozzobon) fossem também. No do Lula não podemos deixar acontecer.

13:18:32 Apaguei.

21 JUN 2019

BEMPARANÁ

Afastamento

A Vara da Fazenda Pública da Comarca de Nova Londrina (região Noroeste), determinou o afastamento de dois médicos, de uma enfermeira e do diretor administrativo do Hospital Municipal Santa Rita de Cássia. A decisão atende pedido formulado pelo Ministério Público que investiga a participação dos quatro em irregularidades praticada na unidade de saúde. A ação faz parte da segunda fase da Operação Cicutá, realizada pelo MP para apurar a existência de organização criminosa montada para atuar no hospital. De acordo com as investigações, há indícios de que os servidores utilizavam irregularmente a estrutura hospitalar para a realização de cirurgias particulares.

24 JUN 2019

TRIBUNA DO PARANÁ

DATAS

MARCADAS

A 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, agendou para os dias 5, 6 e 7 de agosto o interrogatório dos sete réus do julgamento do "Caso Daniel", crime que chocou o país em outubro do ano passado. A decisão foi assinada pela juíza Luciani Regina Martins de Paula. Serão ouvidos o assassino confesso Edson Brittes, suas esposa Cristiana e a sua filha, Allana. Além deles serão ouvidos Eduardo da Silva, Ygor King, David Willian da Silva e Evellyn Brisola Perusso.

Ainda não foi divulgada a ordem dos depoimentos, mas é sabido que a audiência terá início às 9h do dia 5 de agosto, uma segunda-feira, e pode ir até (mas não necessariamente) o dia 7. Diversas testemunhas que estiveram na festa de aniversário de Allana numa balada de Curitiba, assim como no "after" na casa dos Brittes, já foram ouvidas. Ali, na residência que fica em São José dos Pinhais, começaram as agressões que culminaram no bárbaro assassinato.

Após esta etapa, a juíza ouvirá as alegações finais de defesa e acusações para decidir se os acusados vão a júri popular ou não. Ela pode, inclusive, dar destino diferente aos acusados.

O caso

Após a festa de aniversário de Allana, numa casa noturna de Curitiba, alguns convidados seguiram para a residência da família, na região metropolitana. Com praticamente todos os convidados

alcooolizados, inclusive Daniel, que foi convidado, algumas versões diferentes da história foram contadas. O que se sabe é que ao flagrar Daniel deitado na cama de suas esposa (Cris), Edson passou a agredir o jogador com a ajuda de outros convidados e arrastou a vítima para o carro. Ele foi levado para um local ermo, numa estrada rural, apanhou mais, foi parcialmente degolado e teve o pênis arrancado.

Em depoimento à polícia, o Brittes confessou ter matado Daniel e alegou que o fez para proteger a esposa, que poderia ser estuprada por Daniel. A Polícia Civil e o Ministério Público do Paraná (MP-PR), no entanto, afirmam que não houve tentativa de estupro.

Confira os acusados e os crimes pelos quais eles respondem:

Edison Brittes: homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver, fraude processual e corrupção de menor e coação no curso do processo;

Cristiana Brittes: homicídio qualificado por motivo torpe, coação do curso de processo, fraude processual e corrupção de menor;

Allana Brittes: coação no curso do processo, fraude processual e corrupção de adolescente;

David Willian da Silva: homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver, fraude processual, corrupção de menor e denúncia caluniosa;

Eduardo da Silva: homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver, fraude processual e corrupção de menor;

Ygor King: homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver, fraude processual e corrupção de menor;

Evellyn Brisola Perusso (responde em liberdade): denúncia caluniosa, fraude processual, corrupção de menor e falso testemunho.

JUIZ LINHA DURA ASSUME PROCESSOS DE BETO RICHA

LINHA DURA

Processos de Beto Richa passam para as mãos

Alex Silveira
alex@tribunadoparana.com.br

de juiz discreto e com "caneta pesada"

Discreto é o adjetivo unânime que pessoas próximas usam para descrever o juiz substituto José Daniel Toaldo, que passa a despachar em alguns dos processos de maior repercussão no Paraná. Devido a uma redistribuição feita pelo Tribunal de Justiça, o magistrado substitui Fernando Bardelli Silva Fischer nos casos das operações Rádio Patrulha e Quadro Negro, que apuram irregularidades que teriam sido praticadas pelo ex-governador Beto Richa e aliados.

A mudança não deixou as defesas dos acusados aliviadas. Alguns advogados chegaram a tentar tirar os processos de Fischer, mas as ações criminais acabaram sendo remanejadas para um magistrado notadamente rigoroso, que costuma aplicar penas pesadas.

Toaldo chegou a ser delegado da Polícia Civil. Atuou em Ubiratã e depois foi transferido para a divisão de combate a narcóticos. Passou no concurso público e assumiu o posto de juiz em 2009, sendo designado para trabalhar na Lapa. Em 2011 foi transferido para Mamborê e, depois para Paranaguá até ser promovido, por antiguidade, em 2012, para a Região Metropolitana de Curitiba.

Aos 47 anos, Toaldo não tem redes sociais e, segundo consta, não usa WhatsApp ou outro aplicativo de troca de mensagens. Praticamente não há fotos dele na internet apenas alguns registros em meio a muitas pessoas durante solenidades, em 2011, quando era juiz em Mamborê. Dedicado, é um dos primeiros a chegar e

um dos últimos a sair do Complexo Judiciário no Ahú, onde ocupa um gabinete desde a inauguração, em 2018.

Apesar de ser de pouca conversa, nas decisões judiciais ele se manifesta de forma bem emblemática. Em duas situações, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, sentiu o peso da caneta do magistrado. Uma foi em novembro de 2017, quando Toaldo mandou prender Bibinho, como o ex-diretor é conhecido. No despacho, o juiz afirmou que o acusado desrespeitou a Justiça, ao retirar madeira de uma fazenda embargada.

A segunda vez foi 2018, quando o magistrado condenou Bibinho, cinco parentes e dois ex-assessores a penas que, juntas, somam 637 anos de prisão. Eles foram considerados culpados por desvio de dinheiro público, por meio de funcionários-fantasma, para adquirir patrimônio. Foram localizados 114 imóveis, que estão bloqueados pela Justiça. A condenação foi pelos crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa. Ainda cabe recurso.

O motivo da troca de juizes

O Tribunal de Justiça do Paraná emitiu uma nota de esclarecimento, afirmando que a mudança na condução dos processos foi motivada por um remanejamento baseado em critérios técnicos. Segundo o texto, a direção do Fórum Criminal de Curitiba requerem, em março, que fosse padronizada a divisão de atribuições entre os juizes de direito titulares e

substitutos, a fim de acelerar o andamento dos processos e distribuir equitativamente o trabalho.

O pedido foi analisado por uma comissão, que sugeriu a redistribuição dos juizes substitutos que atuam em 20 varas, incluindo as 13 criminais. Tanto Toaldo quanto Fischer puderam escolher em quais preferiam atuar. "A reestruturação da substituição nas Varas Criminais foi feita com base no volume de trabalho e contou com a possibilidade de escolha dos magistrados que lá permaneceram nessa condição. Não houve, portanto, por parte da Administração deste Tribunal, a intenção de afastar um ou outro magistrado de qualquer processo por ele presidido", destacou a nota do Tribunal.

Na prática, Fischer continuará atuando nos primeiros processos da Quadro Negro, que envolvem os investigados no começo da operação que apura desvios na construção de escolas no Paraná. Já as ações criminais envolvendo Beto Richa e aliados próximos, denunciadas em 2019, passaram para Toaldo, que também tocará a Rádio Patrulha que investiga a compra supostamente fraudada de equipamentos para obras em estradas rurais. Nas duas operações, Richa chegou a ser preso preventivamente, mas responde em liberdade. A defesa nega que qualquer irregularidade tenha sido praticada.

Penduricalhos elevam folha do TJMG em R\$ 79 milhões

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) pagou R\$ 71 milhões em “vantagens eventuais” em junho. Isso representa 54% da sua folha de pagamento. São férias não gozadas, férias-prêmio, retroativos do auxílio-moradia não pago de 1990 a 2000 e outros penduricalhos. A maior renda atingiu R\$ 478 mil. As vantagens eventuais são extensivas a pensionistas de magistrados. Trinta e quatro deles tiveram renda acima de R\$ 80 mil. Um pensionista de desembargador recebeu R\$ 101 mil — 17 vezes o teto do INSS.

A juíza Jacqueline Toledo recebeu um total de R\$ 478 mil, sendo R\$ 440 de vantagens eventuais. Um grupo de 149 magistrados teve renda total acima de R\$ 130 mil. Esses pagamentos volumosos aconteceram também em meses anteriores. Levantamento feito pelo blog mostra os maiores pagamentos em um ano

e meio. O maior deles foi pago a Paulo Antônio de Carvalho, no mês passado — um total de R\$ 750 mil, sendo 677 mil em indenizações.

Helbert Verly recebeu R\$ 520 mil em fevereiro de 2018, sendo R\$ 437 mil de indenizações. Omar Moura Luz teve direito a R\$ 507 mil em junho do ano passado. Nereu Figueiredo recebeu R\$ 487 mil em abril do ano passado. Esses valores mais elevados são pagamentos de férias não gozadas e de férias-prêmio acumuladas que ocorrem no momento da aposentadoria.

Férias-prêmio é um período de três meses que cada servidor efetivo tem direito a cada cinco anos de serviço. Quando ele não tira essas férias extras, recebe em dinheiro quando ingressa na inatividade. As

férias não gozadas acontecem porque os juízes têm direito a 60 dias de férias por ano. Grande parte deles prefere receber 30 dias em dinheiro, mais o terço constitucional, sem pagar imposto de renda, em parcelas eventuais ou quando se aposentam.

Equivalência com deputados

O auxílio-moradia atrasado atingiu um total de R\$ 17 milhões em junho, beneficiando 273 magistrados da ativa e outros 883 contracheques, entre inativos, pensionistas e outros dependentes. A pensionista de desembargador Leize Martins Pacheco teve renda total de R\$ 101 mil, sendo R\$ 65 mil de vantagens eventuais.

O pagamento do auxílio-moradia teve origem numa lei de 1990, que assegurou a equivalência salarial entre os juízes, desembargadores e deputados estaduais. A equivalência incluiu o auxílio-moradia que os parlamentares recebiam. O TJMG reconheceu o direito em 2000 e vem pagando os atrasados gradativamente.

Como o blog já havia revelado, o tribunal pagou R\$ 53 milhões em retroativos e R\$ 30 milhões em indenizações de férias em novembro. Naquele mês, 239 juízes e desembargadores tiveram renda bruta acima de R\$ 100 mil, com média de R\$ 127 mil. Dos 1,5 mil magistrados esta-

duais, 905 receberam indenização de férias, um benefício que se transformou numa espécie de 14º salários nos tribunais. O rendimento médio dos magistrados ativos ficou em R\$ 81,6 mil, enquanto a média dos aposentados chegou a R\$ 85 mil.

Entre os penduricalhos do Judiciário estão as vantagens pessoais, que incluem adicional por tempo de serviço, quintos, décimos; indenizações, como auxílios moradia, alimentação, transporte, saúde, natalidade; e vantagens eventuais, incluindo indenização de férias, serviço extraordinário, substituição e pagamentos retroativos.

O Tribunal de Minas Gerais esclareceu ao blog que extinguiu o pagamento do auxílio moradia, em janeiro, em cumprimento a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Os valores atualmente pagos são eventuais e feitos legalmente, sem periodicidade. O TJMG acrescentou que, em junho, ocorreu também o pagamento do terço constitucional de férias, porque muitos programam férias para julho, e o pagamento é antecipado. ●

Retorno do passado

Paraná já foi modelo no sistema privado de presídios há 20 anos. Agora quer retomar a iniciativa

Katia Brembatti
e Giulia Fontes

● Nenhuma das 34 estruturas prisionais do Paraná atualmente é gerida pela iniciativa privada. Mas nem sempre foi assim. Há exatos 20 anos, o estado inaugurou esse modelo de gestão penal no país. Foi com a Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG), apontada à época como modelo de bom funcionamento, recebendo visitas frequentes de gestores de outros estados e também de jornalistas que reportavam as particularidades do ambiente, de aparência organizada e tranquila, muito diferente do estereótipo prisional.

Depois de 1999, outras cinco unidades estaduais foram repassadas à iniciativa privada: a Casa de Custódia de Curitiba, as penitenciárias de Ponta Grossa, de Foz do Iguaçu e de Piraquara, além do presídio industrial de Cascavel. Quando Roberto Requião assumiu o governo, em 2003, deixou claro que pretendia reestabelecer o sistema. Sem conseguir romper os contratos em andamento, o governador esperou o fim do prazo e retomou a administração, que voltou integralmente para o poder público em 2006.

Daquela época, ainda sobrou uma discussão judicial sobre valores não pagos pelo governo às empresas que rendeu um precatório de aproximadamente R\$ 15 milhões, aguardando na fila de créditos a serem quitados pelo Paraná. Para entender como foi a experiência, a *Gazeta do Povo* consultou gestores que atuaram naquele período e também pesquisadores que estudaram os efeitos do modelo.

Hoje servidor aposentado do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen-PR), André Kendrick participou da elaboração do edital que culminou com a escolha de uma empresa para fazer a gestão na unidade industrial de Guarapuava, recém-construída. “Não tínhamos referencial. Demos os primeiros passos”, comenta. Diante da repercussão positiva, o modelo foi estendido.

Kendrick comenta que o custo por preso era um pouco mais alto que no sistema público, mas havia uma estrutura melhor, gerando resultados positivos. “Funcionava bem. Foi um sucesso”, diz. O ex-diretor ressalta que dificuldades corriqueiras no sistema público, como reparos emergenciais e substituição de servidores, eram

rapidamente resolvidas na gestão privada.

Kendrick ressalta que não se trata, necessariamente, de o sistema empresarial ser melhor. “Se você não consegue repor o corpo técnico, você tem um problema. Se a gestão pública funcionasse na mesma rapidez da privada, não teria motivo para licitar”, diz. Ele também destaca que o papel do governo como controlador é essencial nos dois modelos.

Parceria com o estado

Quem também concorda é Flávio Buchmann, ex-diretor de unidades estaduais e que chegou a ocupar o posto de vice no Depen-PR. Ele comenta que há duas correntes no Brasil. A primeira defende intransigentemente que a execução penal é uma atribuição integral e exclusiva do poder público e outra que a gestão central deve ser do Estado, mas que os serviços podem ser prestados pela iniciativa privada.

Com a experiência de quem foi diretor por 12 anos em unidades prisionais de Piraquara e Pinhais, Buchmann vê pontos positivos e negativos em cada modelo. Ele acredita que há mais comprometimento no serviço quando se trata de servidores públicos. “Como em toda área, tem casos isolados de gente descompromissada. Mas no geral, os agentes penitenciários se dedicam muito”, diz. Além de ter menor rotatividade, resultando em mais experiência acumulada, o ex-diretor salienta que a remuneração pelo trabalho no serviço público é mais condizente com a função. Segundo ele, os salários iniciais dos agentes no Paraná são de R\$ 5,4 mil.

CONTINUA

Contudo, o servidor aposentado reconhece as burocracias que engessam a estrutura pública. “Na iniciativa privada, a contratação é mais rápida, sem precisar fazer pedido e licitação para tudo. Também se alguém comete uma falta disciplinar já é demitido. A reposição de materiais e a manutenção são automáticas. E atualização tecnológica é mais ágil, porque o Estado é moroso nesse lado”, avalia. Ele avalia que, diante das circunstâncias, a terceirização dos serviços aparece como uma boa alternativa. “Pensando no valor dos salários e no sistema previdenciário, é capaz de o modelo privado ficar mais barato. Um agente contratado por empresa custa menos da metade.”

Buchmann foi diretor da PEP 1 de janeiro de 2003 a maio de 2005, num período em que a iniciativa privada era responsável por prestar vários serviços, inclusive com a contratação de agentes. Inaugurada em 2002, era uma estrutura nova. “Se o Estado alocar a estrutura adequada, sou a favor do modelo estatizado”, afirma, mas pondera que o sistema público esbarra nas dificuldades. “O problema é quando não tem material, não tem recursos humanos, não tem assistência social”, complementa. Segundo ele, a defasagem de pessoal está em 1,5 mil agentes e 500 profissionais de outras áreas.

O ex-diretor salienta que tanto as unidades privadas como as públicas registravam bons desempenhos, no início dos anos 2000. Naquela época, era fiscal do serviço prestado pelas empresas e conseguia perceber as deficiências e vantagens. “Mas não via muita diferença entre os sistemas,

porque ambos funcionavam bem”, diz. Segundo o ex-diretor, houve um tempo em que 60% dos presos estavam trabalhando e 20% estudando. Para o servidor aposentado, o problema é que a estrutura necessária não foi sendo reposta no ritmo adequado. As vagas atualmente previstas ainda são insuficientes. “Vamos abrir mais 7 mil vagas, mas temos 11 mil em delegacias”, compara.

Quem também conheceu a fundo a experiência privada nos presídios do Paraná foi o pesquisador Sandro Cabral. Autor de uma tese de doutorado sobre a gestão privada prisional, ele lamenta que o estado tenha decidido abandonar o sistema. “A qualidade era evidente”, mencionou. Para o administrador especialista no assunto, que também é professor do Instituto Insper (SP), as empresas têm condições de desempenhar um serviço melhor e até mais barato. “Se houver um processo competitivo e transparente, com o poder público fiscalizando intensamente e ao mesmo tempo deixando o setor privado ter liberdade para gerenciar, como definir salários, pode se chegar ao preço mais vantajoso”, comenta.

Cabral inclusive acredita que há motivos para desconfiar de custos por preso inferiores aos praticados no modelo privado. “Será que a conta está considerando o gasto previdenciário futuro, o uso da Polícia Militar, a área de educação, os atendimentos de saúde e assistência social?”, questiona. Como o principal componente no cálculo é a folha de pessoal, o pesquisador avalia que a despesa no sistema público acaba pressio-

nada pelos salários e encargos dos servidores. Ele também salienta que, apesar de ser um dos mais completos do país, o Paraná não tem dados suficientes para monitorar todos os processos envolvendo a execução penal, como a efetividade da ressocialização. “A gente rastreia boi, mas não rastreia presos”, compara.

Retorno

Quando candidato, o hoje governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD) já mencionava que pretendia se aproximar das empresas para a gestão de presídios. Ainda em 2018, mas já eleito, encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei para ampliar o escopo das potencialidades de Parcerias Público-Privadas (PPPs). A proposta acabou alterada na tramitação parlamentar, retirando a possibilidade de terceirizar a contratação de agentes para cuidar da segurança dentro das estruturas prisionais.

Mesmo com a mudança nos marcos legais, o discurso de privatização foi mantido. Em declarações dadas nos últimos meses, várias vezes Ratinho Jr reforçou a intenção. Contudo, ainda não se sabe qual modelo deve ser implantado. Hoje o Paraná tem quatro presídios em construção e outros dez em projeto, com verbas federais. A administração dessas unidades pode ser repassada para a gestão privada, em alguma medida. Mas não está descartado o modelo de PPP, com a seleção de uma empresa que construa e depois administre uma ou mais penitenciárias. ●

CONTINUA

22 JUN 2019

GAZETA DO POVO

NOS EUA, INICIATIVA PRIVADA TEM TOTAL CONTROLE DA EXECUÇÃO PENAL

CONTINUAÇÃO

“Na iniciativa privada, a contratação é mais rápida, sem precisar fazer pedido e licitação para tudo. Também se alguém comete uma falta disciplinar já é demitido. A reposição de materiais e a manutenção são automáticas. E atualização tecnológica é mais ágil, porque o Estado é moroso nesse lado.”

Flávio Buchmann, ex-diretor de unidades estaduais e ex-vice-presidente do Depen-PR.

EXEMPLOS

Os dois modelos de penitenciárias privadas mais comuns no mundo

A discussão sobre penitenciárias privadas no Brasil começou a tomar corpo nos anos 1990, quando uma série de iniciativas isoladas passaram a ser implementadas no país. Mas, no resto do mundo, os presídios privados já são realidade há algum tempo. Os exemplos mais utilizados são o da França e dos EUA, que foram sendo replicados mundo afora.

A **Gazeta do Povo** conversou com Flávio Bortolozzi Junior, professor de Criminologia da Universidade Positivo, para entender as principais características dos dois modelos. Veja como cada um deles funciona:

De acordo com o professor, o modelo norte-americano de gestão privada do sistema penitenciário é o mais difundido mundo afora. Ele se baseia na total transferência do controle da execução penal para as empresas. “Uma diferença importante em relação ao Brasil é que, nos EUA, há presídios privados tanto no âmbito estadual quanto federal. Aqui, a gestão é distinta: os federais, que são de segurança máxima, ficam a cargo da União, enquanto os demais são responsabilidade dos estados”, explica Junior.

Outra distinção se refere aos limites nos quais a iniciativa privada pode atuar. No Brasil, há funções, como o poder de polícia, que não podem ser delegadas pelo estado a entes privados - diferentemente dos EUA. A participação das empresas, no modelo norte-americano, inclui desde a formulação dos projetos dos presídios até a custódia e vigilância dos presos.

O professor explica que, hoje, os EUA estão reavaliando o modelo, retomando o controle do estado sobre algumas penitenciárias. “Desde 2013 os presídios privados de âmbito federal estão sendo desmontados, porque o governo percebeu que, na prática, isso não resolve o problema. Há mais ocorrências de motins, os presídios privados são mais caros e há denúncias de corrupção por parte de agentes públicos”, explica Junior.

RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS: A GESTÃO DE PRESÍDIOS PRIVADOS NA FRANÇA

O padrão francês, por outro lado, tem uma estrutura híbrida, em que a iniciativa privada participa da gestão do sistema, mas não assume completamente as atribuições sobre ele. “O estado transfere partes das responsabilidades, mas ainda permanece com o controle efetivo da gestão das penitenciárias”, explica o professor. Com isso, as empresas poderiam assumir serviços como o fornecimento de alimentos e pessoal para limpeza, por exemplo.

Junior diz, ainda, que o grau de delegação para a iniciativa privada varia de acordo com cada contrato. “É um modelo que poderia ter algum tipo de abrangência no Brasil”, afirma. Contratos de co-gestão, que constituem a maior parte dos casos de penitenciárias privadas no país, se aproximam do modelo francês. (GF)

22 JUN 2019

GAZETA DO POVO

Ofenômeno das “bruxas de Guaratuba”

Podcast *O Caso Evandro*

reconstitui crime que chocou o Paraná há 27 anos, vira sucesso de audiência e se prepara para virar livro e série de TV

Anderson Gonçalves

● Abril de 1992. O Brasil acompanhava as primeiras denúncias que desembocariam no impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, se preparava para as Olimpíadas de Barcelona e para a ECO-92, a conferência mundial do meio ambiente. No Paraná, um crime bárbaro domina as páginas dos jornais e o noticiário televisivo: após desaparecer em Guaratuba, no litoral, um menino de seis anos tem o corpo encontrado sem as mãos, pés, vísceras e o coração. Tudo indicava que Evandro Ramos Caetano havia sido morto em um ritual de magia negra.

Foi o início de uma investigação que acabou envolvendo políticos locais, teve o mais longo júri da história do Brasil e até hoje não foi totalmente esclarecido. Vinte e seis anos depois, o episódio das “bruxas de Guaratuba”, como ficou conhecido, voltou a ficar em evidência graças à internet. Criado pelo designer gráfico Ivan Mizanzuk, o podcast *O Caso Evandro* foi ao ar em outubro do ano passado e se tornou um fenômeno de audiência. Recriando detalhadamente o caso desde seu início, o podcast atingiu na semana passada a marca de 4 milhões de downloads e em breve vai virar livro e série de televisão.

Todo esse sucesso é fruto de um trabalho que começou em 2011, quando a palavra podcast ainda era uma incógnita para a maioria das pessoas. Naquele ano, Ivan Mizanzuk iniciava o *Anticast*, programa que inicialmente falava de design — área de formação de Ivan e na qual ele leciona —,

depois passou a falar de política e outros assuntos. O passo seguinte foi a criação, em 2014, do Projeto Humanos, dedicado a contar “histórias reais de pessoas reais”. Após três temporadas bem-sucedidas, ele resolveu tirar da gaveta uma ideia antiga.

“O Caso Evandro era um desejo antigo porque eu vivenciei aquilo, eu era criança na época e foi algo que me marcou muito, ficou no meu imaginário”, contou Ivan à *Gazeta do Povo*. No início de 2015 ele começou a pesquisar sobre o caso, reunindo todos os autos do processo judicial, material veiculado na imprensa e entrevistas com os vários envolvidos no episódio. “Foram dois, três anos de pesquisa. Foi algo trabalhoso porque as peças estavam muito dispersas e o meu interesse era contar a história com todos os fatores que fazem parte dela.”

Em 31 de outubro do ano passado, foi ao ar o primeiro episódio. No podcast, Ivan faz a narração dos fatos, intercalando-a com depoimentos colhidos por ele mesmo ou retirados dos processos, de programas de rádio e televisão. Com uma narrativa que envolve o ouvinte, o programa esmiúça todos os detalhes da investigação. “Casos criminais costumam chamar a atenção e esse tem todos os elementos que envolvem o gênero *true crime*, com mistérios e reviravoltas. Por isso, eu tinha noção de que iria fazer um certo barulho”, diz o criador, sobre o estrondoso sucesso que se seguiu.

Dividido em seis partes, *O Caso Evandro* dedica cada uma delas a um tema específico do caso. Na última semana foi disponibilizado o episódio 24, encerrando assim a Parte 4. Agora, o podcast entra em um intervalo, para que Ivan produza os episódios das duas partes restantes, a serem liberadas ainda este ano. Serão entre três e seis episódios novos, e Ivan promete revelar suas conclusões sobre o caso. “No último episódio vou dizer o que eu penso.”

CONTINUA

Da internet à TV

O sucesso alcançado pelo podcast fez com que *O Caso Evandro* siga agora para outras plataformas. Há algumas semanas, Ivan anunciou que negociou os direitos do podcast com a produtora Glaz Entretenimento, responsável, entre outras produções, pelas séries *Cine Holliúdy*, em cartaz na Globo, e *Irmão do Jorel*, do Cartoon Network. “No final de 2017 a Mayra Lucas, da Glaz, conversou comigo e disse que a história tinha potencial para se transformar em uma série. Antes mesmo do podcast ir ao ar, os direitos já estavam vendidos”, conta o podcaster. A produtora ainda negocia o player (televisão ou streaming) para exibição.

O que já está certo é que a direção da série ficará a cargo do principal nome do audiovisual paranaense na atualidade: Aly Muritiba, diretor de *Ferrugem*, filme vencedor do último Festival de Gramado, e um dos diretores da série *Carcereiros*, da Globo. Ivan, por sua vez, vai coordenar a adaptação junto aos roteiristas. “Como a pesquisa é minha, vou trabalhar vendo o que entra e o que não entra. Como eu quis contar a história de uma maneira bem aprofundada, e na série existem limitações, vou estar junto para poder ir monitorando”. Também já está definido o lançamento de um livro sobre o caso Evandro, escrito pelo próprio Ivan Mizanzuk a partir de sua pesquisa. A obra deve ser lançada até outubro de 2020 pela Editora Harper Collins.

Em meio a todos esses trabalhos, o Projeto Humanos ficará de lado? Negativo. “Já estou pensando na próxima temporada, tem duas ou três histórias que me chamaram a atenção e agora estou vendo como viabilizar”, conta. A ideia de Ivan é buscar apoio financeiro, para que seja possível contratar pessoas para auxiliar na pesquisa e produção. A expectativa está no sucesso não somente de *O Caso Evandro*, mas do formato podcast. “Quando vemos veículos grandes investindo em podcasts, dando estrutura e dedicando tempo para isso, é um sinal de que o formato está crescendo e tende a crescer ainda mais.”●

22 JUN 2019

CRIME BARBARO

Júri foi o mais longo da história da Justiça brasileira

Evandro Ramos Caetano, de seis anos, desapareceu no caminho entre a escola e sua residência em Guaratuba, no litoral paranaense, em 6 de abril de 1992. O corpo foi encontrado cinco dias depois em um matagal. As vísceras e o coração tinham sido retirados e as mãos e os pés tinham sido cortados. Em julho do mesmo ano, sete pessoas foram presas e confessaram que usaram o menino em um ritual de magia negra.

Segundo a investigação, o ritual teria sido encomendado por Beatriz Abagge e a mãe dela, Celina. Elas eram, respectivamente, filha e esposa de Aldo Abagge, prefeito de Guaratuba à época. Acusadas pela promotoria pública, elas foram a julgamento pela primeira vez em 1998, naquele que foi o júri mais longo da história da Justiça no Brasil – 34 dias. Na época, mãe e filha foram consideradas inocentes porque não ficou comprovado que o corpo encontrado desfigurado em um matagal era de Evandro.

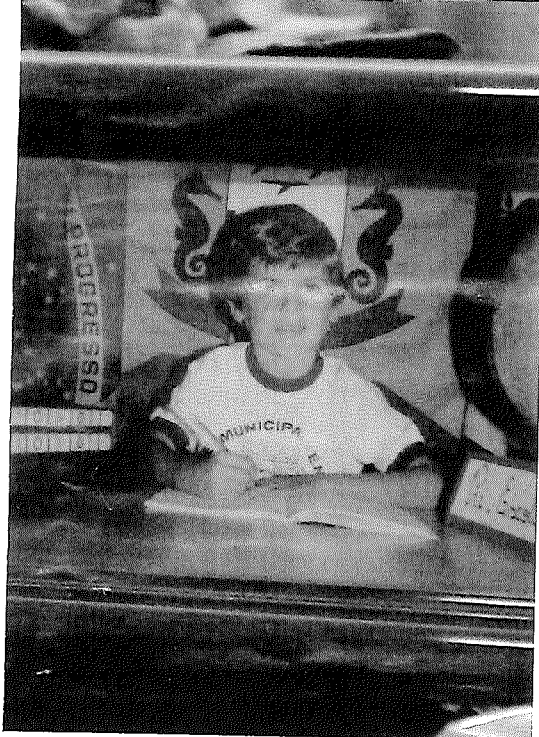
O Ministério Público recorreu da decisão e pediu um novo julgamento, alegando que a perícia da arcada dentária e o exame de DNA provavam que o corpo era do menino. Quase um ano depois, em março de 1999, o júri que absolveu Beatriz e Celina foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Em 2011, Beatriz foi condenada por homicídio triplamente qualificado: por motivação torpe (promessa de recompensa a terceiro), meio cruel e porque a vítima foi morta quando se encontrava indefesa. Durante todo o julgamento, a defesa sustentou que Beatriz foi torturada para confessar o crime, mostrando inclusive vídeos para comprovar o argumento. Em 2016, ela recebeu o perdão da pena com base em um pedido de indulto, concedido a pessoas condenadas a mais de oito anos de prisão que tenham, entre outros requisitos, filhos menores de 18 anos. Beatriz tinha uma filha de 15 à época. Já para a mãe, Celina, o crime havia prescrito porque ela já tinha 70 anos durante o julgamento. Quando o réu tem 70 anos ou mais o prazo de prescrição, que é de 20 anos, cai pela metade e na época do julgamento, em 2011, o crime já datava de quase duas décadas atrás. Outros envolvidos no crime também foram julgados: Osvaldo Marcineiro, Vicente Paulo Ferreira e Davi dos Santos Soares foram condenados em 2004. Outras duas pessoas foram absolvidas em 2005. (AG)

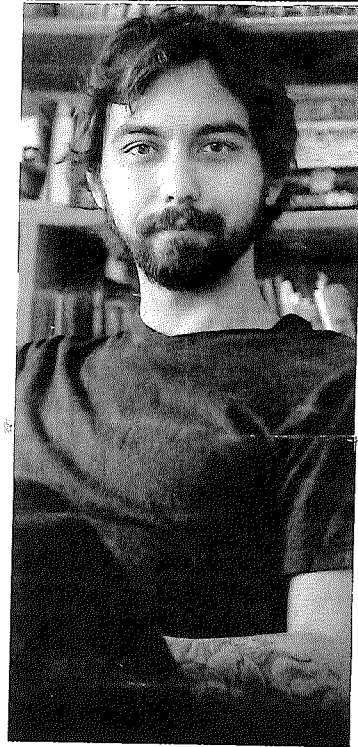
CONTINUA



Júri realizado em 2011, depois que o primeiro julgamento, de 1998, foi anulado pelo TJ-PR.



Evandro Ramos Caetano tinha seis anos quando desapareceu e foi morto em um ritual de magia negra.



Ivan Mizanzuk começou a pesquisa para o podcast em 2015, analisando os autos do processo.

"Foram dois, três anos de pesquisa. Foi algo trabalhoso porque as peças estavam muito dispersas e o meu interesse era contar

a história com todos os fatores que fazem parte dela."

Ivan Mizanzuk, criador do podcast *O Caso Evandro*.

22 JUN 2019

GAZETA DO POVO

editorial

O Senado prepara a mordaza

Duas forças praticamente antagônicas se encontraram e se fundiram no Congresso Nacional nos últimos anos. A primeira, benéfica, era a das Dez Medidas Contra a Corrupção, projeto de iniciativa popular que chegou à Câmara dos Deputados com o respaldo de 2 milhões de assinaturas. Apesar de as medidas iniciais contarem com alguns pontos mais controversos, a maior parte da iniciativa era meritória, buscando reduzir a impunidade e facilitar a condução das investigações e dos processos relativos a casos de corrupção, tão comuns no Brasil. Outra força, em sentido contrário, nascera no Senado e pretendia inviabilizar o combate à ladroagem: o projeto que, sob o pretexto de combater o abuso de autoridade de magistrados e membros do Ministério Público, praticamente deixava-os de mãos atadas, à mercê da fúria de investigados e condenados.

O encontro inusitado deu-se na Câmara dos Deputados, no fim de 2016. Enquanto os parlamentares destruíaam as Dez Medidas com as famosas “emendas da meia-noite”, votadas quando a sessão legislativa já avançava noite adentro, acrescentaram no projeto diversos casos que configurariam abuso de autoridade da parte de juízes e membros do MP — a bancada da impunidade até tentara emplacar a expressão “crime de responsabilidade”, mas pelo menos nisso acabou derrotada.

A versão dos deputados não incluía diversas aberrações que o Senado aprovaria, meses depois, em um outro projeto, relatado pelo hoje ex-senador Roberto Requião (MDB-PR) e que contou com forte incentivo do então presidente da casa, Renan Calheiros (MDB-AL). Mas nem por isso era menos perigosa. O que o texto de Calheiros e Requião tinha de explícito, o dos deputados tinha de sorrateiro. Ao trazer uma série de expressões intencionalmente vagas, como “ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo”, “atuar com motivação político-partidária” ou “proceder de modo incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções”, a Câmara criou uma série de possibilidades de perseguição contra magistrados, procuradores e promotores. Além disso, os deputados ainda decidiram que os próprios ofendidos — ou seja, investigados, réus e condenados — poderiam processar seus investigadores e julgadores se o MP não oferecesse queixa dentro do prazo legal, o que na prática permitiria represálias contra juízes e membros do MP.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 JUN 2019

Este texto, renomeado como PLC 27/2017, dormiu nas gavetas do Senado desde o início de 2017 até março deste ano, quando Rodrigo Pacheco (DEM-MG) foi designado relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da casa. Após as denúncias do site de esquerda *The Intercept Brasil*, que tem publicado supostas conversas entre Sergio Moro, ex-juiz responsável pela Operação Lava Jato e atual ministro da Justiça, e o procurador Deltan Dallagnol, da força-tarefa da Lava Jato, o Senado viu a oportunidade para voltar à carga. O parecer foi lido em 12 de junho e será votado pela CCJ no dia 26, quarta-feira, indo a plenário no mesmo dia, de acordo com os planos dos senadores, uma “tramitação-relâmpago” que em muito lembra a do projeto de Calheiros e Requião em 2017.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), afirmou que os brasileiros poderiam ficar tranquilos, porque o texto que o Senado analisará faz várias melhorias em comparação com o que veio da Câmara. Nos artigos que tratam do abuso de autoridade, por exemplo, Pacheco incluiu trechos segundo os quais as condutas descritas só configuram crime “quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal”. Além disso, o texto passa a afirmar que “a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade”, afastando de vez a possibilidade do chamado “crime de hermenêutica”, que já não existia no projeto aprovado na Câmara, mas era previsto nas primeiras versões do antigo projeto de abuso de autoridade aprovado no Senado. Por fim, Pacheco ainda trouxe de volta uma das Dez Medidas originais, a chamada “ação civil de extinção de domínio”, que seria usada para recuperar bens obtidos de forma comprovadamente ilícita, ainda que seus donos não tenham sido condenados na esfera penal pela Justiça.

Mas essas poucas mudanças são insuficientes para conter o caráter persecutório do texto. Afinal, permaneceram no projeto as expressões vagas que podem justificar um processo contra um juiz ou membro do MP por abuso de autoridade. Além disso, Pacheco também manteve a possibilidade de o ofendido pelo suposto abuso acionar a Justiça, o que nos permite prever uma enxurrada de denúncias e processos que,

mesmo infundados, tirarão tempo precioso de investigadores e julgadores, chamados a se defender daqueles que tentam colocar na cadeia por crimes de corrupção.

Em resumo, o resultado do choque entre aquelas duas forças poderosas — de um lado, a vontade popular de combater a corrupção; de outro, o desejo dos corruptos de escapar impunes e, ainda por cima, se vingar de investigadores e julgadores — está sendo a vitória dos paladinos da impunidade. Qualquer ponto positivo que o PLC 27/2017 tenha acaba eclipsado pela maneira como trata o abuso de autoridade. Se realmente quisesse uma boa lei sobre o tema, Pacheco poderia ter aproveitado o projeto original apresentado em 2017 por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que acolheu sugestão da Procuradoria-Geral da República e de vários membros do MP, criminalizando várias condutas que realmente configuram abuso de autoridade, sem montar armadilhas para juizes e procuradores. Enquanto o PLC 27 não for votado, há tempo para correção, e algumas emendas apresentadas depois da leitura do parecer pretendem suprimir alguns dos trechos problemáticos, mas não todos. Da forma como está, o que está sendo vendido ao povo como a aprovação das Dez Medidas Contra a Corrupção vai marcar, na verdade, o início do fim do combate à corrupção. ●

22 JUN 2019

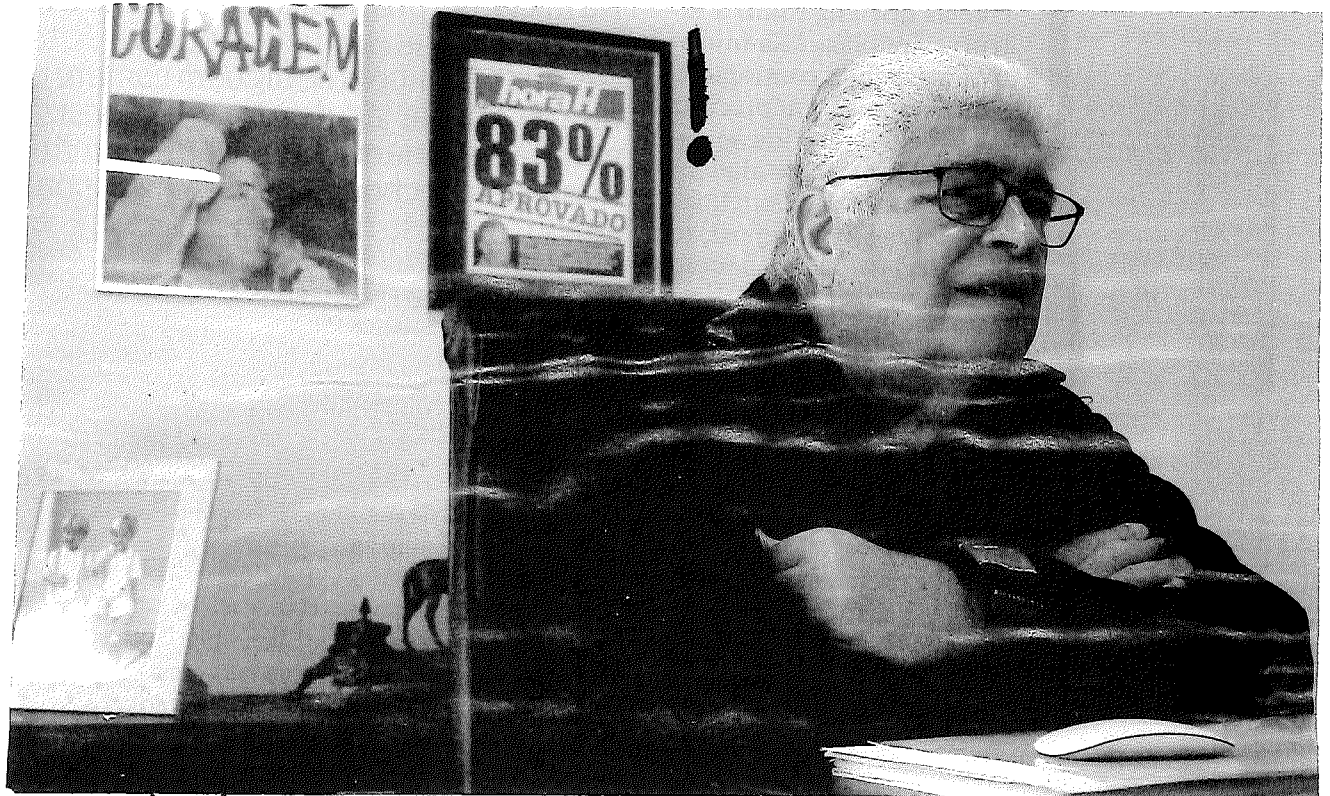
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



22 JUN 2019

GAZETA DO POVO ROBERTO REQUIÃO



* DESLOCADO

“Aqui é o governo do Beto Richa até hoje”

Ex-senador, que se considera agora apenas um militante, admite que está cada vez mais distante das questões paranaenses

Catarina Scortecchi

ENTREVISTA

Roberto Requião, ex-senador

“O Facebook está bloqueando tudo. Me pede R\$ 22,5 mil para o vídeo atingir 9,1 milhões de pessoas”, reclamou o ex-senador Roberto Requião (MDB) assim que pisou no seu antigo escritório no bairro Bom Retiro, hoje alugado pelo filho, o deputado estadual Requião Filho. Acostumado

a gravar suas falas em vídeos, distribuídos no seu perfil no “Face”, Requião não abandonou a rotina depois do fim do seu mandato no Senado, daí a preocupação, mencionada por ele também ao final da entrevista concedida à Gazeta do Povo.

Ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná, hoje com 78 anos de idade, Requião tentou a reeleição ao Senado no ano passado com o conforto de quem tinha encontrado um lugar — “estava discutindo geopolítica no mundo, macroeconomia, servindo muito

mais ao país, e ao meu projeto de participação na política”.

Mas os fatores que o tiraram de Brasília — “ninguém esperava isso, foi um acidente eleitoral” — integram um contexto maior, na visão dele: “Eu não posso reclamar da onda. Foi uma onda desta que me elegeu prefeito, contra o Lerner. O Lerner era o rei da cocada preta e eu ganhei a eleição. Uma onda desta que elegeu o Lula, elegeu o FHC, elegeu o Collor. O povo fica desesperado e acredita num troço, de repente.”

CONTINUA

Agora, sem mandato, Requião se descreve apenas como um militante. É distante das questões paranaenses — “a política nacional engoliu a local” —, ele não aparenta entusiasmo com um eventual retorno ao Executivo. Explica que já conhece “os limites de uma prefeitura e os limites de um governo estadual” e que “um governador hoje é um escravo do Guedes e das loucuras do Bolsonaro”. A volta ao parlamento, contudo, não está descartada — “quem sabe eu disputo o Senado com o Sergio Moro”, provoca.

Confira os principais trechos da entrevista:

Como avalia hoje as derrotas nas urnas? O que aconteceu?

Uma conjunção de fatores. Se o Beto Richa não tivesse sido preso, minha vitória era certíssima. O Ibope e o Datafolha me davam uma condição de ser um dos mais votados senadores do País. Aí “tiraram” o Beto. A votação dele não veio para mim. E o pessoal dizia o seguinte: o Beto é ladrão, foi preso, mas o Requião está eleito; então vamos votar agora no Oriovisto Guimarães e no Flávio Arns. Então eu perdi votos. O fator principal foi a história do “Requião já eleito”. Mas teve outro troço: o Requião é um político velho, Requião foi contra o impeachment da Dilma, isso tudo somou. Foi um acidente eleitoral. Eu não imaginei nunca que fosse perder.

Inconformado?

Fiquei surpreso. Não imaginava. Ninguém acreditava nisso. Minha eleição no Brasil era dada como certa. Mas não tem por que ficar inconformado. O povo não

erra. O povo foi induzido em erro. Acho que ficamos com uma representação muito fraca no Congresso Nacional. Mas eu não vou reclamar, porque figuras horríveis saíram da política, mas não foram substituídas por boas figuras. Foram substituídas por fundamentalistas religiosos. Ou outras figuras, tipo [o deputado federal Alexandre] Frota, que é uma coisa terrível.

E a proximidade com o PT, então, teve um peso na derrota, na avaliação do senhor?

Não existe proximidade com o PT. Eu tomo posições nas quais eu acredito. Eu não sou do PT. Embora eu ache que o PT tem uma base boa, a mais próxima do trabalhador. E tinha tantos corruptos quanto tinha nos demais partidos. Aliás, acho que tinha menos, né? Se pegar PP, PMDB... Todos têm mais condenados, indiciados, envolvidos, do que o PT.

Hoje o senhor tem se dedicado a fazer a defesa do ex-presidente Lula.

Não. Faço a defesa do Direito. Você pode gostar do Lula ou não gostar. Você pode acreditar ou não que ele é sério, que ele não cometeu aqueles crimes, mas hoje você tem consciência de que a Justiça foi manipulada para condená-lo. Ele foi vítima de uma injustiça. Então eu defendo o Direito, porque essa quebra de segurança jurídica pela manipulação dos prazos processuais, pelo cerceamento do direito de defesa, ameaça todos os brasileiros, não é só o Lula. Quando eu digo que o processo do Lula não tem consistência, eu estou dizendo que não se pode fazer isso com brasileiro algum. Embora eu, nos dois casos [apartamento e sítio], não acredite [que houve crime].

Sobre corrupção no Paraná. O senhor deve ter acompanhado a Operação Integração. O MPF fala de corrupção ao longo dos contratos de pedágio, desde a gestão Lerner, passando pela gestão Requião, até a gestão Beto Richa.

Isso é uma canalhice do Ministério Público. Porque eu faço críticas aos abusos deles. Por que eles não dizem onde está o defeito no meu governo? Eu não digo a você que não pode ter tido um fiscal subornado numa medição de uma obra, porque é impossível controlar tudo isso, mas jamais uma corrupção de governo. É canalhice. Eles não são sérios. Eles têm um vezo ideológico de desmoralizar a política e magnificar o poder deles.

Como tem visto a gestão Ratinho Junior (PSD) até aqui?

O governo do Paraná é o governo do Beto Richa até hoje. É a mesma equipe, o mesmo pessoal, não houve interrupção. Eu não estou achando nada. O Ratinho era o secretário preferido do Beto e foi o candidato do Beto. É o mesmo pessoal. E, veja bem, eu não me incomodo com o Ratinho, eu me incomodo com o grupo que toma conta do governo. Se o Ratinho estivesse em outro grupo, com outra companhia, outra proposta... Mas não, o grupo é o mesmo, continuaram fazendo a mesma coisa.

CONTINUA

O senhor tem vontade de disputar uma eleição de novo?

Não sei, vamos ver. Eu sou um militante político, eu não paro. Mandato não altera a minha posição. Tenho aqui o Facebook, o Twitter. Vou colocando minhas ideias. Não precisa de mandato para isso. Mas isso não significa que eu não vá disputar. De repente eu disputo o Senado com o [Sergio] Moro. Seria interessante o meu debate com o Moro.

O senhor já tem uma longa trajetória na política, e é a principal liderança do MDB no Paraná. Como fica a renovação dos quadros dentro do MDB?

Você tem que renovar as ideias, ver o que mundo precisa...

Mas o MDB tem capacidade para fazer isso hoje?

O MDB está desmoralizado nacionalmente. E o MDB não precisa de jovens, precisa de ideias. É claro que a luta das gerações é interessante. Mas o novo pode ser mais velho do que os velhos quadros. Os velhos quadros do MDB e de todos os partidos de certa forma se corromperam. E isso a Lava Jato mostrou. Só que ela passou a dirigir essas denúncias a favor dos interesses norte-americanos. Quem esperava que o Deltan fosse defender a reforma política e as reformas que entregam o Brasil para o domínio absoluto econômico dos Estados Unidos? Então, veja, isso não é renovação. É retrocesso. É à volta à barbárie.

O senhor nunca pensou em sair do MDB e ir para outro partido?

Não... É tudo mais ou menos

a mesma coisa. Até haver a possibilidade de uma modificação na estrutura partidária no Brasil, eu fico no MDB.

Nem para o PT? Nunca cogitou?

O PT tem um problema. Tem uma base muito boa. Acho que é o partido mais próximo do povo. Mas tem também uma louvação por políticos que não mereciam. É uma espécie de uma seita religiosa. Não faz uma análise dos erros que cometeram. Não o Lula, porque eu conheci bem o Lula. Mas outras louvações... O PT não acusa ninguém, não afasta ninguém... Assim como o MDB também. Até hoje não expulsaram o Eduardo Cunha. Romero Jucá é o presidente. O MDB está apoiando o Bolsonaro no Congresso Nacional. O que eu tenho a ver com isso? Vou apoiar a entrega do Brasil, a entrega do petróleo? Fim da previdência, as loucuras todas. E ele era o cara que batia no Temer na época que o Temer queria fazer uma reforma da previdência horrível, mas melhor que a dele.

Qual é a rotina do senhor hoje? O que tem feito?

Tenho dado palestras no Brasil. Farei agora aula de encerramento de um curso de pós-graduação na Universidade de Chapecó. Fui conversar outro dia no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Fiz uma palestra na Fundação de Brasilidade no Rio de Janeiro. Tenho andado por aí. A convite de instituições, falando sobre política, economia, geopolítica, e quando me pagam a passagem.

E usado as redes sociais com frequência...

Twitter, o Face. Mas o Face agora bloqueou todo mundo. Eu tinha aí 2 milhões, 3 milhões, 1,6 milhão de acessos... De repente, cai. Daí entra na minha tela um aviso: "se você pagar R\$ 22,5 mil, o seu vídeo atingirá 9,1 milhões de pessoas". Deve ser o algoritmo. Porque, na campanha, eu recebi dinheiro do partido, e eu gastei um pouco na promoção deles. Então eles devem achar que sou um cliente em potencial. Mas agora não tenho dinheiro.

Qual é o público dos seus vídeos? O senhor fala com eleitor?

Eu falo com o Brasil.

O senhor parece distante das questões do Paraná...

A grande preocupação hoje é com o Brasil, né? ●

22 JUN 2019

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Crime de homofobia

O STF está se arvorando muito como legislador, atividade que não lhe compete. Ao longo dos anos, por culpa dos próprios políticos, para todo tipo de assunto, pediam uma decisão do STF. E então o STF começou a achar que tinha poder para tudo, pois todo mundo esperava uma decisão deles.

Luiz Pinheiro

24 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

TSE aponta voto distrital misto como opção para eleições

**Estudo está no Congresso,
onde já existem adiantados
projetos sobre sistema que
trairia mais representatividade
e economia**

Pedro Moraes

Reportagem Local

Aclamadas como festas da democracia, as eleições são o ponto alto do regime político vigente no Brasil. A cada dois anos, os cidadãos vão às urnas para escolher os chefes dos poderes executivos e legislativos. Na prática, o processo funciona, mas, como em qualquer estrutura, precisa de ajustes e é passível a críticas. O custo das campanhas e os crimes relacionados ao processo eleitoral – como Caixa 2 e lavagem de dinheiro – estão no topo da lista dos problemas que ainda não têm solução. Ao longo dos últimos anos, uma série de medidas já foram postas em prática para resolver os complexos conflitos que culminam num progressivo descolamento da sociedade civil e a classe política. Com este objetivo, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) elaborou um estudo, a partir de um grupo de trabalho, e ofereceu ao Congresso Nacional, sobre a implantação do sistema distrital misto, que

alteraria as regras de ingresso de cargos legislativos. O texto defende que as mudanças devam ter como objetivo “aumentar a legitimidade democrática do sistema político, baratear o custo das eleições e facilitar a governabilidade”.

Basicamente, o modelo é baseado no sistema eleitoral alemão, que conjuga os sistemas proporcional e majoritário de representação. Na prática, metade da Câmara dos Deputados seria composta por parlamentares eleitos em distritos e a outra metade por candidatos eleitos pelo voto partidário. O eleitor, assim, teria dois votos: um voto direto em um candidato no distrito – pelo atual sistema majoritário, em que o mais votado obtém a vaga –; e outro voto em uma lista apresentada pelo partido – no regime em curso, o partido obtém o número de vagas correspondente à sua votação. O tema já está discutido em estágio avançado no Congresso. Dois projetos foram aprovados no Senado e estão tramitando na Câmara. Agora, o estudo do TSE

deve ser analisado por uma comissão mista, que ainda não foi definida. “O sistema distrital misto, num país continental como o nosso, para mim, certamente, é a melhor proposta”, opinou o presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

OPOSTOS

Entre os estudiosos sobre o tema, o regime com dois votos não é uma unanimidade. O professor de Ciência Política da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Rodrigo Prando, é a favor da mudança. Ele ressalta que a atual prática política vem demonstrando fragilidade e até mesmo um esgotamento. “Atualmente, há uma enorme dificuldade de representatividade. Assim que passa a eleição, a população fica muito distante do processo. Acredito que a proximidade do candidato com seus distritos possa ser bem interessante.”

CONTINUA

24 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O brasileiro também não pode se distanciar do processo político, a democracia é uma prática que deve ser acompanhada”, opinou Prando. Já Desirée Salgado, professora de Direito Constitucional e Direito Eleitoral da UFPR (Universidade Federal do Paraná) não acredita que o voto distrital misto seja uma forma de aproximar eleitores e congressistas. “Um dos princípios eleitorais é a participação das minorias e esse sistema afasta ainda mais. Acaba potencializando a maioria. No caso do Paraná, por exemplo, temos 30 deputados, 15 passariam a ser divididos em distritos. Pela regra, cinco deles seriam eleitos por Curitiba. Como ficaria o resto do Estado?”, questiona.

Diante do argumento de baratear o processo eleitoral, a ideia é que o candidato faça campanha para um número muito menor de eleitores, em espaço geográfico reduzido, visto que os fundos saem dos cofres públicos. A consequência, aponta o estudo, também é direta e traz o aumento da representatividade democrática, isso porque o eleitor sabe quem representa o seu distrito na Câmara. “Acredito que o presidente Rodrigo Maia tenha força suficiente para tocar esse processo e aprová-lo se achar necessário. Eu sou historicamente a favor do voto distrital misto. Será preciso ver como serão divididas as áreas, quais os critérios, mas entendo que é uma boa mudança para o nosso processo eleitoral”, opina Rubens Bueno (Cidadania-PR).

MAIORIA

O estudo oferecido pelo TSE para o Congresso ainda discute regras para os pleitos de câmaras de municípios com menos de 200 mil habitantes, que não precisariam se enquadrar na regra distrital, assim como pontua temas como discriminação e cotas de gênero, além de apontar que não é necessário que o sistema seja aprovado como emenda constitucional. Segundo o texto, a alteração seria possível de ser aprovada por lei ordinária, com quórum de maioria simples entre os parlamentares. Com o indicativo que as próximas eleições já acontecerão num sistema eleitoral diferente, em virtude do fim das coligações, a necessidade de discutir o tema é clara, mas é preciso saber se País vive o cenário propício para decidir por tais mudanças no sistema eleitoral.

22 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

TRF-4 absolve Nedson em caso de compra de computadores para UBS's

Ex-prefeito havia sido denunciado pelo MP por desvio de rendas públicas e falsidade ideológica por aquisição dos equipamentos pela Secretaria de Saúde no primeiro ano de mandato

Guilherme Marconi

Reportagem Local

A 8ª Turma do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), a mesma que julga os casos da Operação Lava Jato, absolveu na última quarta-feira (19) o ex-prefeito de Londrina Nedson Micheletti (PT) das acusações de desvio de rendas públicas e falsidade ideológica. Nedson havia sido condenado pela Justiça Federal em Londrina, no ano de 2017. Trata-se do processo no qual o MP (Ministério Público) apontou suposta irregularidade na compra de computadores para UBS (Unidades Básicas de Saúde) do município.

Depois de três pedidos de vistas, o último voto proferido pelo desembargador Victor Laus na quarta-feira seguiu o entendimento do desembargador Gebran Neto, que havia decidido que "a simples oposição da assinatura do prefeito em documentos não implica sua responsabilização penal, devendo o dolo ser corroborado com outros elementos de prova".

No entendimento do TRF-4, restou comprovado pelos depoimentos prestados que a gestão da saúde do município

de Londrina era feita de forma independente pela Autarquia Municipal de Saúde, localizada em endereço diverso da prefeitura, com uma estrutura independente. O Tribunal pontua que a assinatura do então prefeito que apareceu em convênios firmados "era exigência formal do Ministério da Saúde, inexistindo qualquer influência nos pagamentos efetivados à autarquia."

Segundo o advogado Gabriel Bertin, que fez a defesa do ex-prefeito perante o Tribunal, "não havia de fato qualquer prova contra Nedson. Muito pelo contrário, todas as provas produzidas mostravam claramente a idoneidade da conduta dele. A decisão da rigorosa Turma, no sentido de absolver o meu cliente, é um alento nesses tempos tão difíceis".

RELEMBRE

Nedson (2001-2008) foi acusado de ter firmado convênio para aquisição de equipamentos de informática para as UBS de Londrina em 2004. Porém, de acordo com a ação, estes equipamentos foram adquiridos de forma diferente do apresentado no edital com recursos repassados pelo gover-

no federal. Pelos mesmos fatos, o petista foi alvo de processo de improbidade administrativa na esfera cível.

Segundo a acusação, os recursos federais foram utilizados para o pagamento pela aquisição de equipamentos de informática totalmente diferentes das especificações, valores e quantidades descritas no plano de trabalho do convênio em suas versões original e reformulada. O MP ainda fez menção ao fato do então prefeito ter assinado alguns documentos. Ainda, segundo os promotores, Nedson teria inserido declarações falsas em documentos públicos para atestar a comprovação do convênio dentro da conformidade do plano de trabalho.

A ação é consequência de uma representação formulada pela empresa Microsens Ltda, à época do pregão. A iniciativa pedia que o MP apurasse possível ilegalidade no processo licitatório vencido por um grupo de Curitiba, por considerar que o edital desfavorecia a igualdade de condições entre os concorrentes. A Promotoria chegou a emitir recomendação jurídica pela suspensão do edital, o que não ocorreu.

22 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Lava Jato denuncia Marconi Perillo por propina de R\$ 17,8 mi

São Paulo - O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Segundo a Procuradoria, enquanto governador de Goiás, Perillo teria solicitado e recebido propinas no valor de R\$ 17.808.720,17 da Odebrecht para favorecer interesses da empreiteira em contratos e obras no Estado.

A denúncia foi apresentada no âmbito da operação Cash Delivery, desdobramento da Lava Jato, e decorre de acordos de leniência e colaboração premiada firmados com a Construtora Norberto Odebrecht.

Outras quatro pessoas também foram denunciadas pelo MPF em Goiás: Jayme Eduardo Rincón, Márcio Garcia Moura, Paulo Rogério de Oliveira e Carlos Alberto Pacheco Júnior teriam operacionalizado, segundo a Procuradoria, o recebimento da propina do ex-governador de Goiás.

Rincón, ex-tesoureiro de Perillo, intermediava os pagamentos e tratava com executivos da Odebrecht dos valores requisitados pelo ex-governador, indicou o MPF. Já os outros três denunciados seriam responsáveis por buscar o dinheiro da propina.

Na deflagração da operação Cash Delivery, em 2018, a Polícia Federal apreendeu R\$ 940 mil em dinheiro vivo na casa do policial militar Marcio Garcia de Moura, que trabalhava como motorista particular de Rincón.

Na denúncia, o MPF requer reparação à Administração Pública de no mínimo R\$ 17 milhões referente ao dano causado pelos envolvidos, decretação do sequestro de bens de Perillo e seus aliados e interdição do exercício de cargo ou função pública dos acusados pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada.

DEFESA

“A Defesa técnica de Marconi Perillo vem a público mostrar sua indignação com a Denúncia apresentada dia 17 pelo Procurador Hélio Telho. Não tem a Defesa nenhuma preocupação com os fatos constantes na peça subscrita pelo Sr. Procurador, mas a apresentação desta Denúncia é a comprovação da parcialidade e da perseguição que este Procurador promove, há anos, contra o ex-Governador. Em inúmeras circunstâncias esta perseguição ficou clara como no episódio das providências contra o então candidato ao Senado com claríssimas intenções eleitorais. A Defesa sempre se absteve de qualquer enfrentamento mais duro em respeito à instituição do Ministério Público. Ocorre que agora o Dr. Procurador rasgou o véu e perdeu o pudor”, diz trecho da nota enviada pela defesa de Perillo.

22 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Raquel se mostra contrária a anulação da ação contra Lula

Procuradora-geral da República envia parecer ao STF contestando pedido da defesa do petista para que seja anulada ação penal que o condenou

Teo Cury

Agência Estado

Brasília - Em parecer enviado ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), nessa sexta-feira (21), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, manifestou-se contrária ao pedido feito pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que a ação penal que o condenou seja anulada.

A defesa de Lula incluiu no pedido de habeas corpus apresentado ao Supremo na semana passada a transcrição de mensagens que teriam sido trocadas entre o ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, e integrantes da força-tarefa da Lava Jato. Os advogados de Lula afirmaram que as supostas mensagens mostram "completo rompimento da imparcialidade objetiva e subjetiva".

O pedido de habeas corpus acusa Moro de ter agido com parcialidade ao condenar Lula no caso do triplex do Guarujá, quando ainda era juiz federal em Curitiba, e depois assumir cargo no primeiro escalão do governo de Jair Bolsonaro. O re-

curso será julgado no próximo dia 25 pela Segunda Turma da Corte.

Para Raquel Dodge, no entanto, "há fundadas dúvidas jurídicas" em relação às supostas mensagens trocadas e que foram anexadas ao processo. "É que o material publicado pelo site The Intercept Brasil, a que se refere a petição feita pela defesa do paciente, ainda não foi apresentado às autoridades públicas para que sua integridade seja aferida", argumenta a procuradora-geral.

"Diante disso, a sua autenticidade não foi analisada e muito menos confirmada. Tampouco foi devidamente aferido se as referidas mensagens foram corrompidas, adulteradas ou se procedem em sua inteireza, dos citados interlocutores. Estas circunstâncias jurídicas têm elevado grau de incerteza neste momento processual, que impede seu uso com evidência a corroborar a alegação de suspeição feita pela defesa do paciente neste autos."

No documento enviado a Fachin, a chefe do Ministério Público Federal também manifestou preocupação com a

possibilidade de as supostas mensagens terem sido obtidas "de maneira criminosas".

Se for o caso, continua Raquel, trata-se de um "grave atentado às autoridades constituídas brasileiras". "É possível que, com o furto e uso de identidade, tais mensagens tenham sido adulteradas ou de alguma forma manipuladas. Trata-se de grave e criminoso atentado contra o Estado e suas instituições, que está sob a devida apuração pelos órgãos competentes."

21 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Moro discutiu troca de procuradora na Lava Jato, sugerem diálogos

A força-tarefa do MPF (Ministério Público Federal) teria discutido a alteração da escala de procuradores em audiências da Lava Jato após crítica do ex-juiz Sergio Moro a uma das procuradoras do grupo, sugerem novos diálogos publicados nesta quinta-feira (20). O trecho obtido pelo site The Intercept Brasil, foi revelado no programa "O É da Coisa", de Reinaldo Azevedo, na rádio BandNews.

O novo trecho indicaria que Deltan Dallagnol discutiu o assunto de maneira particular com o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, que era um dos integrantes mais experientes da força-tarefa à época. O coordenador do grupo chegou a encaminhar ao colega a mensagem em que Moro critica a procuradora. "Vamos ver como está a escala e talvez sugerir que vão 2, e fazer uma reunião sobre estratégia de inquirição, sem mencionar ela", disse Deltan, de acordo com a rádio BandNews.

Santos Lima responde: "Por isso tinha sugerido que Júlio ou Robinho fossem também. No [depoimento] do Lula não podemos deixar acontecer". A discussão ocorreu dois meses antes do primeiro depoimento de Lula em Curitiba. Na audiência, ocorrida em maio, compareceram três procuradores: Santos Lima, Júlio

Noronha e Roberson Pozzobon. Laura Tessler, que teria sido criticada por Moro, não participou.

Ainda segundo a rádio, Deltan pediu precauções quanto à conversa ao colega. "Não comenta com ninguém e me assegura que teu telegram não tá aberto aí no computador e que outras pessoas não estão vendo..." O coordenador da força-tarefa combinou com Santos Lima de apagar o conteúdo da mensagem.

Segundo a assessoria de imprensa do MPF em Curitiba, o procuradores da força-tarefa não irão se manifestar.

20 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Um crime que avança

O número de denúncias de casos de estupro no Paraná só aumenta nos últimos anos, segundo balanço feito pela reportagem da FOLHA com base em dados do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas), do Ministério da Justiça.

A quantidade de casos registrados passou de 4.333 em 2015 para 6.182 em 2018. O dado mais recente, de janeiro deste ano, mostra que o Paraná foi o segundo Estado com o maior número de registros do crime. No primeiro mês de 2019 foram registradas 495 denúncias, atrás apenas de São Paulo, com 1.071 denúncias.

Paradoxalmente, esse avanço do crime pode ter uma faceta "positiva". Para a coordenadora do Naves (Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro), do Ministério Público do Paraná, a procuradora de Justiça Rosângela Gaspari, o crescimento dos registros revela resultados de uma série de medidas que compõem a rede de proteção à mulher vítima de estupro, que se sente mais estimulada a denunciar.

Tão importante quanto a rede de proteção são os cuidados que a mulheres tomam para evitar que se tornem vítimas. Também é essencial que procedam de forma adequada após o cometimento do crime. É essencial, ensina a procuradora, que sejam preservadas as provas, como vestes que contenham sangue ou sêmen do autor, importantes para a perícia. A mulher atacada também deve ir o mais rápido possível ao hospital, para receber medicação para evitar uma gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. A preservação de provas pode ser fundamental para uma eventual condenação do criminoso.

Posição semelhante à da coordenadora do Curso de Ciências Sociais da UEL (Universidade Estadual de Londrina), Silvana Mariano, para quem o preconceito contra as vítimas é outro problema que dificulta o combate aos casos de estupro. "O princípio de que 'não é não' vem sendo tratado como 'mimimi' das feministas e essas questões estão sendo frequentemente desqualificadas", avalia.

O tema ficou ainda mais sob os holofotes depois do caso Neymar. O jogador da seleção e do Paris Saint-Germain é investigado por suposto abuso contra uma modelo, que teria ocorrido em maio na capital francesa.

20 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

TRF-4 reduz pena de Bendine e exclui lavagem de dinheiro

A 8ª Turma do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) decidiu nessa quarta-feira (19) manter a condenação do ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras, Aldemir Bendine, por corrupção passiva, absolvendo-o do crime de lavagem de dinheiro. A pena diminuiu de 11 anos de reclusão para 7 anos, 9 meses e 10 dias. Como a pena imposta ao executivo da estatal é menor do que oito anos, a defesa poderá solicitar que o regime inicial do cumprimento seja o semiaberto.

O julgamento da apelação criminal no âmbito da Operação Lava Jato foi concluído nesta quarta, após pedido de vista do desembargador federal Victor Luiz dos Santos Laus. De acordo com a denúncia do MPF (Ministério Público Federal), o Grupo Odebrecht teria pago vantagem indevida de R\$ 3 milhões entre junho e julho de 2015 a Bendine, então presidente da Petrobrás, em decorrência de seu cargo.

Após o recebimento dos valores, o réu teria dado início a movimentações internas na estatal com o intuito de favorecer o Grupo Odebrecht. A vantagem indevida teria sido solicitada por Bendine ainda quando ele ocupava o cargo de presidente do Banco do Brasil em decorrência de uma operação de crédito em favor da Odebrecht Agroindustrial.

HISTÓRICO

Em março de 2018, o juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba julgou Bendine culpado, condenando-o à pena de 11 anos de reclusão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A defesa dele recorreu da sentença ao TRF-4 pedindo absolvição ou diminuição de pena e sustentou que o suposto mero repasse de valores em dinheiro vivo a Bendine não configurava a prática de lavagem de dinheiro.

A 8ª Turma absolveu Bendine do crime de lavagem de dinheiro por entender que os atos praticados não implicaram ocultação ou dissimulação de patrimônio. Ainda cabe recurso no TRF-4. Também são réus no mesmo processo o ex-presidente do Grupo Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, que teve a ação suspensa devido a acordo de colaboração premiada; e outros executivos do mesmo grupo.

20 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

'Não tenho apego ao cargo. Se houver irregularidade, saio,' diz Moro no Senado

Em sessão que durou o dia inteiro, ministro presta esclarecimentos sobre conteúdo de mensagens trocadas com procuradores

Ministro travou embates com senadores petistas e disse ter sido alvo de ataque de hackers

Brasília - Em depoimento no Senado para explicar a troca de mensagens vazadas com o procurador Deltan Dallagnol, chefe da Lava Jato, o ministro Sergio Moro (Justiça) admitiu a possibilidade de deixar o posto no governo de Jair Bolsonaro (PSL) caso sejam apontadas irregularidades em sua conduta.

"Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. Apresente tudo. Vamos submeter isso, então, ao escrutínio público. E, se houver ali irregularidade da minha parte, eu saio. Mas não houve. Por quê? Porque eu sempre agi com base na lei e de maneira imparcial", disse Moro.

O ministro respondia ao senador Jaques Wagner (PT-BA) sobre a possibilidade de deixar o posto para que se garanta a isenção em eventuais investigações acerca de seu papel como juiz da Operação Lava Jato. A Polícia Federal está subordinada ao Ministério da Justiça.

Moro disse estar "tranquilo" e que, se for divulgada pelo site The Intercept Brasil a íntegra das mensagens, "sem adulteração e sem sensacionalismo", "essa correção vai ser observada". A estratégia do ministro ao longo da sessão foi organizada em cinco frentes: 1) colocou-se como alvo de ataque hacker de um grupo criminoso organizado; 2) disse não ter como garantir a veracidade das mensagens (mas também não as negou); 3) refutou a possibilidade de ter feito conluio com o Ministério Público; 4) chamou a divulgação das mensagens de sensacionalista; 5) desqualificou os que apontaram irregularidades na sua atuação quando juiz da Lava Jato.

Moro prestou esclarecimentos ao longo de todo o dia, desde as 9h, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Ele afirmou que a crise envolvendo a divulgação das mensagens não é um problema de governo e que tem re-

cebido apoio do presidente Jair Bolsonaro. "Estou no governo e acaba havendo esta transferência", afirmou.

Na sessão, Moro travou embates com senadores petistas e afirmou ainda ser alvo de um ataque hacker que mira as instituições e que tem como objetivo anular condenações por corrupção. "Estou absolutamente tranquilo em relação à conduta que realizei como juiz. Houve aplicação imparcial da lei em casos graves de corrupção e lavagem de dinheiro", afirmou.

Moro se ofereceu para ir à CCJ para esfriar o trabalho de coleta de assinaturas para a criação de uma CPI para investigá-lo. "É normal no Brasil esses contatos entre juiz, advogado e Ministério Público ou policiais. O que tem que ser avaliado é o conteúdo destes contatos."

CONTINUA

20 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Nas conversas publicadas pelo site Intercept, Moro sugere ao Ministério Público Federal trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobra a realização de novas operações, dá conselhos e pistas, antecipa ao menos uma decisão judicial e propõe aos procuradores uma ação contra o que chamou de "showzinho" da defesa do ex-presidente Lula.

Segundo a legislação, é papel do juiz se manter imparcial diante da acusação e da defesa. Juízes que estão de alguma forma comprometidos com uma das partes devem se considerar suspeitos e, portanto, impedidos de julgar a ação. Quando isso acontece, o caso é enviado para outro magistrado. As conversas entre Moro e a Lava Jato também provocaram reação no STF. Na semana que vem, dia 25 (terça-feira), um pedido dos advogados de Lula pela anulação do processo do triplex em Guarujá (SP), que levou o petista à prisão em abril do ano passado, será analisado pela Segunda Turma da corte.

BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro saiu em defesa enfática do ex-juiz da Lava Jato. "Eu também não tenho apego ao meu cargo. O ministro é livre para tomar as decisões que bem entender. O Sergio Moro é patrimônio nacional e, se depender de mim, não sai", disse. (Com Agência Estado)

20 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Procuradores da Lava Jato dizem que mensagens foram excluídas

São Paulo - A força-tarefa da Lava Jato no Paraná divulgou uma nota nessa quarta-feira (19) afirmando que os procuradores da operação desativaram suas contas no aplicativo Telegram em seus celulares após ataques de hackers a partir de abril deste ano. Foi nesse aplicativo que aconteceram as trocas de mensagens em grupos de procuradores e do coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol, com o ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça. Os indícios de colaboração, revelados pelo site The Intercept Brasil, do à época juiz com a acusação provocaram uma crise de credibilidade na Operação Lava Jato.

Segundo o Ministério Público Federal no Paraná, desde abril os integrantes da força-tarefa têm constatado ataques às suas contas no Telegram, "inclusive com sequestro de identidade virtual". "Tendo em vista a continuidade, nos dias subsequentes, das invasões criminosas e o risco à segurança pessoal e de comprometimento de investigações em curso, os procuradores descontinuaram o uso e desativaram as contas do aplicativo Telegram nos celulares, com a exclusão do histórico de mensagens tanto no celular como na nuvem", disseram os procuradores em nota oficial.

Ainda de acordo com o MPF, os procuradores, antes que a invasão dos aparelhos tivesse sido noticiada, avisaram a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal, que orientou a troca de aparelhos e dos números de telefone funcionais. A força-tarefa diz ter reativado as contas no Telegram para evitar "sequestros de identidade virtual", mas lembra que isso não resgata o histórico de conversas excluídas. Após a revelação dos diálogos com o ex-juiz Moro, no último dia 9, o grupo de procuradores modificou o tom sobre as mensagens atribuídas a eles pelo The Intercept Brasil. Inicialmente, o teor das conversas reveladas foi defendido. Depois, a força-tarefa passou a priorizar declarações sobre a eventual falsificação de mensagens.

Uma das notas posteriores afirmou que "novos ataques" a celulares "confirmam a possibilidade de hacker fabricar diálogos usando perfis de autoridades".

24 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Celso deve decidir destino de Lula e Moro

Julgamento em que petista acusa ex-juiz de parcialidade será retomado amanhã

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Está nas mãos de Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, o destino do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no julgamento do habeas corpus em que o petista acusa o ex-juiz da Lava Jato de “parcialidade” e de agir com “motivação política” ao condená-lo no caso do triplex. Amanhã, quando a Segunda Turma retomar o julgamento iniciado em dezembro do ano passado, caso não haja surpresa, deve ser do decano da Corte o voto decisivo.

O relator da Operação Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin, e a ministra Cármen Lúcia já votaram contra o pedido de liberdade de Lula. Faltam se posicionar os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, além de Celso – os dois primeiros compõem a ala da Corte mais crítica aos métodos da Lava Jato, além de serem os que menos concordam com o relator na Turma. Dessa forma, não será surpreendente se eles votarem contra Moro.

Gilmar foi um dos poucos na Corte a condenar a troca de mensagens atribuídas a Moro e a procuradores da Lava Jato publicadas pelo site The Intercept Brasil. As conversas, segundo o site,

sugerem que o então juiz orientou investigações da operação. “Moro era o chefe da Lava Jato”, disse Gilmar à revista *Época*.

Nos gabinetes, integrantes da Corte avaliam que o decano já sinalizou que pode acompanhar a divergência que deve ser aberta por Gilmar para tirar Lula da PF em Curitiba, onde está preso desde abril de 2018.

Essa não é a primeira vez que Celso de Mello analisa a conduta de Moro. Em 2013, o ministro deu o único voto para que o então juiz fosse declarado suspeito em caso de evasão de bilhões de reais do Banestado. À época, Moro atuava na 2.ª Vara Federal de Curitiba, especializada em crimes de lavagem de dinheiro.

A defesa do doleiro Rubens Catenacci, condenado por remessa ilegal de divisas ao exterior, entrou com um habeas corpus no STF, alegando suspeição de Moro nas investigações. Os advogados questionaram o monitoramento de seus voos e o retardamento no cumprimento de uma ordem do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região.

Celso proferiu o voto para anular o processo, ao concluir que Moro tinha violado o direito fundamental de que todo cidadão deve ser julgado com imparcialidade. “Parece-me, em face do gravíssimo episódio do monitoramento dos advogados

do ora paciente, que teria ocorrido séria ofensa ao dever de imparcialidade judicial”, disse.

Essas palavras foram lembradas agora pela defesa de Lula, que enviou ao STF o conteúdo das mensagens atribuídas a Moro e ao coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol.

Método. Workaholic e centralizador, Celso elabora seu voto sozinho, dispensando o apoio de juizes auxiliares. Isso compromete a velocidade com que decide sobre os milhares de processos que estão no seu gabinete, frustrando advogados que esperam respostas rápidas.

Faz parte da rotina do ministro entrar pela madrugada escrevendo suas decisões e grifando palavras, regadas à música clássica – Gustav Mahler, de preferência –, lanches do McDonald’s e coca-cola.

Em momentos de crise, é o decano que costuma ser o “bom-beiro” do tribunal. Recentemente, tornou-se o principal porta-voz do STF e da liberdade

de expressão – defendeu a atuação da Corte na criminalização da homofobia e condenou a censura à revista digital *Crusoe* e ao site O Antagonista.

Se a leitura de integrantes do Supremo estiver correta sobre seu voto de amanhã, que pode levar à liberdade de Lula, seria um ponto fora da curva no histórico de decisões do decano envolvendo a Lava Jato e desdobramentos da operação. É o que apontam as estatísticas.

O Estado fez um levantamento das votações nos casos mais importantes na Segunda Turma. São julgamentos sobre recebimento de denúncias, arquivamento de inquéritos, prisão de investigados e compartilhamento de delações, analisados desde que Cármen voltou a compor o colegiado, em setembro do ano passado.

CONTINUA

24 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O balanço mostra que Celso acompanhou o entendimento de Fachin em 75% das vezes. O decano é o segundo integrante que mais concorda com o relator da Lava Jato, ficando atrás apenas de Cármen, que convergiu em 100% dos julgamentos analisados pela reportagem.

Um ministro ouvido reservadamente pela reportagem teme que Cármen “segure” o processo de Lula, já que cabe a ela, na condição de presidente da turma, definir o que será julgado nas sessões. Esse magistrado afirmou, no entanto, que o petista é réu preso, o que significa que o caso deve ser tratado como prioridade amanhã.

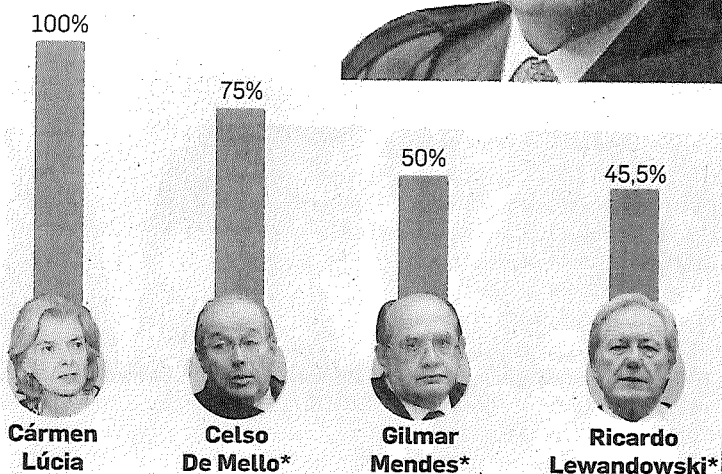
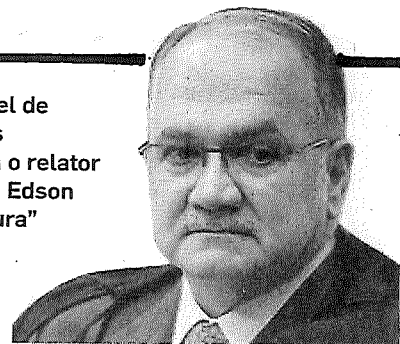
“O ministro Celso de Mello é sereno e reservado. É um bom ministro para ficar com o voto decisivo nesse julgamento, vai saber julgar os fatos de acordo com a lei e a imparcialidade que se espera de um juiz”, disse a professora de direito penal Heloísa Estellita, da FGV-SP, que já trabalhou no Supremo.

No julgamento da criminalização da homofobia, Celso impôs a autoridade da Corte para enfrentar o tema, apesar da resistência de parlamentares evangélicos. “Sei que, em razão de meu voto e de minha conhecida posição em defesa dos direitos das minorias, serei inevitavelmente incluído no ‘index’ mantido pelos cultores da intolerância”, disse ele ao iniciar o voto. O placar foi de 8 a 3 pela criminalização.

Com a saúde debilitada, Celso se queixa de dor na região do quadril e tem chegado às sessões plenárias de cadeira de rodas. Uma rampa foi erguida perto do elevador para facilitar o deslocamento. Procurado pelo Estado, o decano não quis conceder entrevista.

SÉGUNDA TURMA

● Levantamento mostra o nível de convergência de cada um dos integrantes do colegiado com o relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, considerado “linha-dura”



*CELSONE DE MELLO, GILMAR MENDES E RICARDO LEWANDOWSKI AINDA NÃO VOTARAM NO JULGAMENTO SOBRE A ATUAÇÃO DE SÉRGIO MORO NO CASO DO TRIPLEX DO GUARUJÁ

24 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

O círculo vicioso da violência

Em mais uma decisão que revela a situação trágica em que se encontra o sistema judicial brasileiro, o ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, concedeu habeas corpus coletivo pedido por quatro Defensorias Públicas e determinou a transferência de menores infratores internados em unidades de ressocialização com ocupação superior a 119% de suas capacidades para estabelecimentos mais vazios.

Essa é a taxa média de ocupação desses estabelecimentos que, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde 1990, são obrigados a oferecer alojamentos em condições adequadas de higiene e salubridade, programas de escolarização e profissionalização e atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de lazer. Em caso de impossibilidade de transferência, o ministro determinou que os menores infratores sejam colocados em regime domiciliar.

Em agosto do ano passado, o ministro Fachin já havia adotado decisão idêntica, mas que atingiu apenas os adolescentes infratores internados em estabelecimentos superlotados na cidade de Linhares, no Espírito Santo. Agora, por meio do habeas corpus coletivo, Fachin ampliou o alcance dessa decisão, que atinge unidades de internação dos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ao todo, as unidades de

ressocialização desses Estados têm mais de 4 mil adolescentes internados.

Na Bahia, os estabelecimentos de internação têm 552 vagas, mas abrigam 631 adolescentes infratores. Em Pernambuco, há 1.049 menores internados em unidades com capacidade total de 702 vagas. As unidades de Fortaleza têm 588 vagas e acolhem 708 internos. No Rio de Janeiro, as 25 unidades internados 2.046 adolescentes, têm 1.613 vagas. Segundo as Defensorias Públicas desses Estados, as unidades de internação estão em "situação calamitosa de verdadeira inconstitucionalidade, maculando a dignidade da pessoa humana e todo o mínimo sistema de proteção aos adolescentes". Esse entendimento é reforçado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que fiscalizou 434 unidades de internação, que correspondem a 82,5% das existentes no País, e classificou 39,1% delas como insalubres.

Como não existem alternativas no curto prazo para a expansão da rede de unidades de internação, as autoridades dos quatro Estados começaram a liberar os adolescentes infratores. Até o momento ainda não há um cálculo exato do número de menores infratores que poderão ganhar a liberdade. Por prudência, cada caso de soltura está sendo examinado por um juiz de Vara da Infância e Juventude, que leva em conta a gravidade da infração, a idade,

o comportamento do interno, o tempo de internação e o modo como reagiu a medidas socioeducativas anteriores. Em alguns Estados, como o do Rio de Janeiro, os juízes decidiram soltar quem tem família e casa.

Como advertem os especialistas em segurança pública e políticas sociais, muitas dessas famílias, por problemas de desemprego, alcoolismo, consumo de drogas e baixa escolaridade, não têm condições de acolher os adolescentes e de mantê-los longe do crime. Por isso, é quase certo que, uma vez soltos, vários voltam a delinquir e acabam apreendidos novamente, tendo assim de retornar às unidades de internação. Em outras palavras, por melhores que tenham sido as intenções das Defensorias Públicas e do ministro Luiz Edson Fachin, a decisão de transferir menores infratores para o regime domiciliar só alimenta um trágico e perigoso círculo vicioso da violência. Ela não resolve o problema da superlotação e aumenta a insegurança da população.

A exemplo do que vem ocorrendo no sistema prisional, os problemas da superlotação da rede de unidades de ressocialização de menores infratores são resultantes da conhecida omissão do Estado nesse setor, que não rende voto nem popularidade. Por causa dessa omissão, o preço a ser pago com a libertação de menores infratores vai ser pago pelos cidadãos, que ficarão mais expostos à violência.

23 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊ DE Xequemate

**Moro: É para anular tudo?
Soltar todos? Devolver os
bilhões de reais recuperados?**

Ao responder ao senador Fabiano Contarato (Rede-ES) no depoimento ao Congresso, o ministro Sérgio Moro deu um xequemate não só na oposição e no Congresso, mas no Supremo, que julgará nesta terça-feira o pedido de suspeição de Moro e a consequente anulação de todo o processo que levou o ex-presidente Lula à prisão.

Delegado e professor de Direito, Contarato foi implacável ao citar a Constituição, o Código Penal e a Lei da Magistratura, enfatizou a imparcialidade de juízes como essência da democracia e condenou diálogos que Moro teria tido com procuradores: "Se eu, como delegado, fizesse contato com as partes de um inquérito, sairia preso da minha delegacia".

Os questionamentos, pertinentes, geraram um momento de tensão, mas Moro deu a volta por cima com uma dúvida que percorre os meios jurídicos e políticos e aflige a sociedade: "O sr., então, quer que se anule tudo?"

O próprio Moro destrinchou o que seria esse "tudo": anular todos os processos de governadores, parlamentares, empreiteiros, altos funcionários e doleiros condenados pela Lava Jato? Até dos pivôs Renato Duque e Paulo Roberto Costa? E devolver todo o dinheiro recuperado, algo próximo de R\$ 3 bilhões, para esses condenados e para as empresas?

Xequemate, porque é disso que se trata nesse jogo de acusações entre os que condenam Moro pelos diálogos e os que podem até achar que não foram bonitos e corretos, mas nem por isso destroem as provas e o processo de julgamento por tribunais de segundo grau e, no caso do ex-presidente Lula, até pelo Superior Tribunal de Justiça, o STJ. O efeito, inclusive político, da anulação de "tudo" seria devastador.

O alerta de Moro varia para o Supremo, mais precisamente para a Segunda Turma, que se reúne na próxima terça-feira, pela primeira vez sob a presidência da ministra Cármen Lúcia, para tra-

tar desse "tudo". É nessas horas que eu não gostaria de estar na pele desses ministros, sofrendo enorme pressão de fora, de dentro e, em alguns casos, da própria alma, ou coração.

O pedido de suspeição de Moro, feito pela defesa de Lula em 2018, ganhou força e impacto com a revelação dos diálogos captados do celular do procurador Deltan Dallagnol. A PGR já se manifestou contra a suspeição de Moro e a anulação do processo, até porque há dúvidas sobre a veracidade integral e a abrangência dos diálogos. Mas a situação continua muito complexa.

Em votação anterior, Cármen Lúcia e Edson Fachin já se manifestaram contra a petição, mantendo as decisões de Moro e a condenação de Lula. Eles, entretanto, podem mudar o voto até a publicação do acórdão com a conclusão do julgamento e teriam, em tese, como alegar que surgiram "fatos novos", ou seja, as revelações do site.

Logo, o julgamento recomeça, na prática, do zero a zero, sem comportar uma saída estratégica e um alívio para os cinco ministros: empurrar o abacaxi para o plenário. Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski já tentaram isso antes e perderam. Não há como retomar a discussão.

Como o decano Celso de Mello é um "garantista" empedernido, a aposta seria de três votos a favor da anulação e dois contra. Só que decisões do STF jamais são simples assim, como uma continha aritmética. Anular "tudo" seria o fim do mundo, uma convulsão. Qual a aposta? Ou uma alternativa de meio termo, menos dramática que esse "tudo", ou empurrar com a barriga.

PS: Aliás, investigadores acham que Lula e o PT, os beneficiados mais diretos dos diálogos de Moro, não foram os responsáveis pela invasão das contas de autoridades, que é crime. As suspeitas recaem sobre os próximos da fila da Lava Jato. Têm muito dinheiro e poder e não são partidos nem políticos. A ver.

22 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Liminar do STF põe Goiás em recuperação fiscal

Eduardo Rodrigues/BRASÍLIA

O Tesouro Nacional vai procurar a Advocacia-Geral da União (AGU) para entender o que fazer com uma liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, para que o órgão permita a entrada de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados.

Apesar de ter declarado situação de calamidade financeira em janeiro deste ano, o Estado não conseguiu convencer o Tesouro do cumprimento de todos os requisitos para aderir ao RRF, que permite a suspensão dos pagamentos da dívida estadual com a União por até três anos, em troca de medidas de ajuste fiscal.

Agora, o Tesouro deverá permitir o ingresso de Goiás no Regime de Recuperação, desde que o Estado consiga aprovar nos próximos seis meses uma lei estadual com plano de ajuste em suas contas. Além disso, o governo goiano precisará passar a computar as despesas com inativos, pensionistas e o dispêndio com imposto de renda do quadro funcional dentro dos gastos com pessoal.

A liminar também determina que o Tesouro não execute contragarantias de contratos que Goiás deixar de honrar nesse período, não podendo a União inscrever o Estado em cadastros de inadimplentes. Eventuais repasses que já tenham sido bloqueados pela União também deverão ser restituídos ao Estado.

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

22 JUN 2019

Abuso de autoridade mobiliza juizes e MP

Membros de associações do Ministério Público e da magistratura intensificaram o corpo a corpo no Senado para tentar conter eventuais danos às categorias provocados pelo projeto de abuso de autoridade. Numa primeira vitória, conseguiram adiar a votação na CCJ. Os grupos de pressão não se colocam contrários ao texto, mas dizem estranhar o timing e a rapidez com que ele está pautando o projeto. Tentam, ao menos, negociar pontos que ficaram abertos a interpretações. Segundo o calendário, a proposta deve ser votada quarta-feira.

● **pode...** O relator do projeto, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sinalizou disposição de alterar pontos caros aos magistrados e ao MP.

● **...mudar...** Do jeito que está o texto, se a autoridade for negligente (“patentemente desidioso”) ou se “proceder de forma incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções”, incorrerá em abuso.

● **... um bocadinho.** O trecho que confere à OAB a titularidade de propor ação penal também poderia sair do relatório. Com isso, para a magistratura e o MP, o cenário já melhora, apesar de ainda estar longe do ideal.

● **Ação dupla.** As associações acionaram juizes e procuradores estaduais para conversar com senadores. Em outra frente, a própria Raquel Dodge, entrou no corpo a corpo contra o projeto. Ligou para Pacheco e demonstrou preocupação

SÔNIA RACY

Desconto

A auditoria independente PP&C – contratada por uma das pessoas acusadas por Silval Barbosa – periciou a delação do ex-governador de Mato Grosso. O laudo está pronto e foi entregue ao STF.

A conclusão da análise de 11 volumes e mais de 100 apensos de documentação é que Silval confessou ter roubado nada menos do que... R\$ 1,158 bilhão.

Desconto 2

O político teve colaboração homologada pelo STF em 2017, quando ficou acertado que pagaria uma indenização de R\$ 70 milhões aos cofres públicos de seu Estado.

Bom entendedor

A manifestação que o Vem Pra Rua marcou para o dia 30 foi convocada em apoio de Sergio Moro – e de seu pacote anticrime – e em defesa da reforma da Previdência de Guedes. Já sobre Jair Bolsonaro... nada foi mencionado.

O ESTADO DE S. PAULO 22 JUN 2019

Raquel não vê suspeição de Moro e é contra anular sentença de Lula

Parecer entregue ao STF diz que há 'fundadas dúvidas jurídicas' sobre mensagens publicadas pelo site The Intercept

Teo Cury / BRASÍLIA

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se manifestou contrária ao pedido feito pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que a ação penal que o condenou seja anulada. Em parecer enviado ontem ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), ela afirmou que não é possível afirmar que o então juiz Sérgio Moro tenha agido com parcialidade no caso.

A defesa de Lula havia incluído no habeas corpus apresentado ao Supremo na semana passada a transcrição de mensagens que teriam sido trocadas entre o ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, e integrantes da força-tarefa da Lava Jato divulgadas pelo site The Intercept Brasil. Os advogados de Lula afirmaram que as mensagens mostram "completo rompimento da imparcialidade objetiva e subjetiva".

O habeas corpus acusa Moro

de ter agido com parcialidade ao condenar Lula no caso do triplex do Guarujá, quando ainda era juiz federal em Curitiba, e depois assumir cargo no primeiro escalão do governo de Jair Bolsonaro. O recurso será julgado no dia 25 pela Segunda Turma da Corte.

Para Raquel, no entanto, "há fundadas dúvidas jurídicas" em relação às supostas mensagens trocadas e que foram anexadas ao processo. "É que o material publicado pelo site The Intercept Brasil, a que se refere a petição feita pela defesa do paciente, ainda não foi apresentado às autoridades públicas para que sua integridade seja aferida", argumentou a procuradora-geral.

"Diante disso, a sua autenticidade não foi analisada e muito menos confirmada. Tampouco foi devidamente aferido se as referidas mensagens foram corrompidas, adulteradas ou se

procedem em sua inteireza, dos citados interlocutores. Estas circunstâncias jurídicas têm elevado grau de incerteza neste momento processual, que impede seu uso como evidência a corroborar a alegação de suspeição feita pela defesa do paciente neste autos", afirmou Raquel.

No documento enviado a Fachin, a chefe do Ministério Público Federal também manifestou preocupação com a possibilidade de as supostas mensagens terem sido obtidas "de maneira criminosa". Se for o caso, continua Raquel, trata-se de um "grave atentado às autoridades constituídas brasileiras".

"É possível que, com o furto e uso de identidade, tais mensagens tenham sido adulteradas ou, de alguma forma, manipuladas. Trata-se de grave e criminoso atentado contra o Estado e suas instituições, que está sob a devida apuração", escreveu.

A defesa do ex-presidente Lula informou que, "ao contrário do que foi afirmado pela ilustre procuradora-geral da República, o habeas corpus não está amparado nas reportagens divulgadas pelo The Intercept Brasil".

● Manifestação

"Há fundadas dúvidas jurídicas sobre os fatos nos quais se ampara a alegação de suspeição feita neste pedido de habeas corpus."

Raquel Dodge

PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

MPF denuncia Marconi Perillo por corrupção

O Ministério Público Federal denunciou ontem o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Segundo a Procuradoria, enquanto governador de Goiás, Perillo teria solicitado e recebido propinas no valor de R\$ 17,8 milhões da Odebrecht para favorecer interesses da empreiteira em contratos e obras.

A denúncia foi apresentada no âmbito da operação Cash Delivery, desdobramento da Lava Jato, e decorre de acordos de leniência e colaboração premiada firmados com a Construtora Norberto Odebrecht e seus executivos. Outras quatro pessoas também foram denunciadas pelo MPF em Goiás. Elas fariam parte do esquema para o recebimento de propinas do ex-governador de Goiás – um deles foi tesoureiro de Perillo e outros três seriam responsáveis por buscar o dinheiro da propina.

Na operação Cash Delivery, em 2018, a Polícia Federal apreendeu R\$ 940 mil em dinheiro na casa de um PM que traba-

lhava para o tesoureiro. Na denúncia, o MPF requer reparação à administração pública de R\$ 17 milhões e a decretação do sequestro de bens de Perillo.

O MPF apresentou ainda um Pedido de Reconsideração de decisão de abril que declinou da competência do caso do tucano em favor da Justiça Eleitoral. Isso, segundo o criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, mostraria que a denúncia do procurador Hélio Telho é "a comprovação da parcialidade e da perseguição" que ele "promove, há anos, contra Perillo". Telho não seria o procurador competente para o caso. / **FAUSTO MACEDO e PEPITA ORTEGA**

21 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

A prisão é a exceção

O Código de Processo Penal é claro e a jurisprudência dos tribunais superiores, pacífica: antes de decretar a prisão preventiva, o juiz precisa comprovar a efetiva necessidade da medida no caso concreto. No entanto, continua sendo frequente a decretação de prisões preventivas sem uma adequada fundamentação, o que agride profundamente as liberdades e garantias fundamentais previstas na Constituição.

Recentemente, ao julgar dois habeas corpus, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminares em favor de investigados na Operação Pão Nosso, substituindo a prisão preventiva por medidas cautelares alternativas. A operação investiga supostas fraudes em licitações e crimes de peculato que teriam ocorrido na administração estadual do Rio de Janeiro, durante o governo de Sérgio Cabral.

Como se sabe, decisões com esse teor não são casos isolados. Tornou-se habitual que o STF e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedam liberdade a pessoas que estão presas preventivamente, aplicando, em substituição à prisão, as medidas cautelares alternativas previstas na legislação.

“A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar”, diz o art. 282, § 6.º do Código de Proce-

so Penal. Ou seja, para aplicar a prisão preventiva dentro da lei, o juiz precisa explicar por que considera que as outras medidas cautelares seriam insuficientes no caso em pauta. Em julgamento de habeas corpus impetrado em favor de Michel Temer, o ministro do STJ Rogério Schietti Cruz lembrou que “não se pode falar em mera conveniência da restrição de liberdade, mas em efetiva necessidade da medida cautelar mais grave”.

O Código de Processo Penal elenca as medidas cautelares diversas da prisão: o comparecimento periódico em juízo, a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares “quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações”, a proibição de manter contato com determinada pessoa, a proibição de ausentar-se da comarca respectiva, o recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, a suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira “quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais”, a fiança, a monitoração eletrônica e até a internação provisória do acusado “nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração”. Isso está na Lei 12.403/2011, que

trouxe uma nova sistemática para as medidas cautelares no processo penal.

Tem-se assim uma situação inusitada. O Congresso Nacional reformou a lei processual penal, para fazer constar expressamente as medidas cautelares diversas da prisão. Os tribunais superiores reconheceram a constitucionalidade e a validade desses novos dispositivos, aplicando-os cotidianamente. No entanto, as instâncias inferiores do Poder Judiciário continuam atuando, em muitos e muitos casos, como se a prisão preventiva fosse a única medida cautelar existente para proteger a ordem pública e econômica ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Quando a Justiça ignora a possibilidade de aplicar outras medidas menos gravosas que a prisão, ela se torna abusiva, já que descumpra a lei. Em um Estado Democrático de Direito, a prisão não pode ser um capricho do juiz, aplicável conforme suas idiossincrasias. A prisão preventiva também não pode se transformar numa medida usada genericamente contra pessoas suspeitas de crimes graves. A Constituição e a lei processual penal proíbem expressamente essa prática.

Se toda decisão judicial deve ser fundamentada, a decisão que determina a prisão preventiva deve ser ainda mais rigorosamente fundamentada – na lei e nos fatos. Não cabem apreciações genéricas. O regime constitucional é o da liberdade, e não o da arbitrariedade.

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE
CANTANHÊDE

21 JUN 2019

Não ao crime e ao abuso

Após diálogos de Moro com
procuradores, a lei de abuso
de autoridade volta à pauta

Efeito colateral dos diálogos do então juiz Sérgio Moro e procuradores da Lava Jato: o Legislativo se une a parte do Judiciário para recolocar na agenda nacional a nova lei contra o abuso de autoridade, ou seja, contra excessos de agentes públicos. A proposta, que andava adormecida, ressurgiu do nada na pauta do Senado na semana passada.

Se o presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e o “grupo ideológico” do governo se jogam numa cruzada “antissistema”, o que era mais do que natural aconteceu: o “sistema” se articulou e está pronto não apenas para a autodefesa como também para o ataque. Como “sistema”, leia-se as instituições, à frente o Judiciário e o Legislativo.

Em intensas conversas e negociações políticas, naturais e legítimas em democracias, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, do Senado, Davi Alcolumbre, e do Supremo, Dias Toffoli, estão em ação. Pode não ser coincidência a derrota pessoal de Bolsonaro na votação do decreto das armas, nem a reapresentação do projeto de abuso de autoridade.

Cada um tem um papel: Maia é o centro das articulações e atua como portavoza nos embates públicos com Bolsonaro e o governo. Toffoli, o mais político, ops!, o mais habilidoso dos três, mantém as pontes com o Planalto. Alcolumbre aderiu firmemente e, não por acaso, as novas surpresas para Bolsonaro partem do Senado.

A lei do abuso de autoridade sofreu o mesmo processo da reforma da Previdência: ambos foram recebidos inicialmente com enorme resistência, quando retomados há dois, três anos, mas vêm sendo mais e mais assimilados e já não parecem um bicho-papão.

Antes, como hoje, há dúvidas quanto à oportunidade, ou ao oportunismo, da proposta contra o abuso. Primeiro, foi tratada como reação do meio político contra as dez medidas de combate à corrupção lideradas pelo procurador Deltan Dallagnol e pela Lava Jato. Foi parar na gaveta, mas não morreu, estava só dormitando.

Agora, a questão volta pelas mãos de Alcolumbre, já com setores que são alvo direto das futuras regras, como a

Justiça, a Polícia Federal, o Ministério Público admitindo, ao menos, discuti-la. O problema é se a opinião pública e os alvos entenderem que a proposta só acordou agora para aproveitar, e aprofundar, a aparente fraqueza do agora ministro Moro e os ataques à Lava Jato. Aí, volta tudo à gaveta de novo.

Um dos cuidados já está acertado: o crime de hermenêutica está fora da proposta, ou seja, não será possível processar ou responsabilizar um juiz por suas sentenças, mesmo que elas sejam derrotadas em instâncias superiores, pela simples divergência de interpretação jurídica.

É difícil, mas o ideal seria a tramitação simultânea no Congresso tanto do pacote anticrime de Moro, que parte do mundo político vê com desconfiança, quanto do projeto do abuso de autoridade, que, aí, é a força-tarefa e os empenhados na Lava Jato que têm restrições e temores.

Em resumo, é preciso efetivamente aperfeiçoar os mecanismos de combate à corrupção e ao crime organizado, mas é também necessário evitar excessos de autoridades e que qualquer agente da lei se sinta acima da lei. O inferno está cheio de boas intenções, não é mesmo?

Como diz o ministro Gilmar Mendes, “não se combate o crime cometendo outro crime”. A Lava Jato é um ganho incomensurável para o Brasil e, ao mesmo tempo, é preciso respeitar a Constituição, as leis e as regras. Todo o respeito e admiração a quem combate a corrupção, mas dentro da lei, jamais com abusos.

Dúvida. Por que o novo embaixador em Washington está demorando tanto, já que o anúncio da saída do atual foi antes da visita de Bolsonaro aos EUA? Temor da reação a mais uma vitória do guru Olavo de Carvalho?

21 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

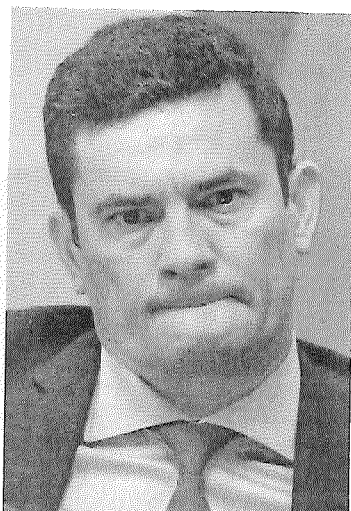
Site diz que conselho de Moro foi acatado pelo Ministério Público

Ministro nega ter feito interferência e recebeu apoio do general Heleno, que criticou inquirição do ex-juiz no Senado

Conselho do então juiz Sérgio Moro dado a procuradores da República foi acatado pela força-tarefa da Lava Jato, segundo informações do site The Intercept Brasil divulgadas ontem na rádio BandNews. Moro teria reclamado ao procurador Deltan Dallagnol, por meio de mensagem no Telegram, do desempenho da procuradora Laura Tessler em audiência no dia 13 de março de 2017. Em razão disso, os procuradores teriam decidido que ela só participaria de audiências se acompanhada por outros procuradores.

Naquele dia, a 13.ª Vara Criminal ouviu o depoimento do empreiteiro Emílio Odebrecht no processo em que o filho Marcelo Odebrecht e o ex-ministro Antonio Palocci eram acusados de corrupção. Após a reclamação do então juiz, Dallagnol, coordenador da força-tarefa de Curitiba, teria procurado o colega Carlos Fernando dos Santos Lima para falar do assunto. Os dois, segundo o site, decidiram que Laura só deveria realizar audiências se estivesse acompanhada dos procuradores Júlio Noronha e Roberson Pozzobon, também da força-tarefa.

Na suposta conversa, realiza-



Resposta. Moro afirma que não interferiu no MPF

da por meio do aplicativo Telegram, Dallagnol e Santos Lima decidiram que Laura não deveria estar sozinha em audiências, principalmente as do processo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o site, Dallagnol só explicou qual era a reclamação de Moro depois de se certificar que Santos Lima não estava visualizando as mensagens em um computador, que poderia ser visto pelos colegas.

Anteontem, em audiência no Senado, Moro foi indagado sobre o suposto conselho pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS). O hoje ministro da Justiça afirmou: “Não tem nada de anormal nessas comunicações”. Disse ainda não ter certeza do teor da mensagem, mas declarou que

a demanda não interferiu nos trabalhos do Ministério Público. “Tanto que essa pessoa continua e continuou realizando atos processuais e audiências.”

A força-tarefa da Lava Jato informou que não vai se manifestar. O Ministério da Justiça disse em nota que a mensagem atribuída a Moro “pode ter sido editada ou adulterada” pelo grupo criminoso que hackeou o seu celular. O texto diz que a troca de mensagens, “mesmo se autêntica, nada tem de ilícita ou antiética”.

‘Inquisição’. O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, afirmou considerar como mais um “triste capítulo da história do Brasil” o depoimento de Moro, no Senado. Em mensagem distribuída ontem, Heleno defendeu o ex-juiz e comparou a audiência com senadores a uma inquisição.

“Governado por mais de 20 anos por uma verdadeira quadrilha, o País foi vítima de um gigantesco desvio de recursos, que envolveu grandes empresas privadas e estatais, fundos de pensão, governantes e políticos, em todos os níveis. Alguns protagonistas desse criminoso projeto de poder e enriquecimento ilícito participaram, com a cara mais lavada do mundo, dessa inquisição ao ministro Moro.” Para Heleno, “uma total inversão de valores colocou um herói nacional frente a frente com indiciados e condenados pela Lava Jato”.

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça expede mandados de prisão contra filhos de deputada

21 JUN 2019

Um é filho biológico de Flordelis e enteado do pastor morto. O outro é um dos 51 filhos adotivos do casal

A Justiça do Rio expediu ontem mandados de prisão temporária para dois filhos da deputada federal Flordelis (PSD-RJ). Flávio dos Santos Rodrigues, de 38 anos, e Lucas Cezar dos Santos Souza, de 18, são suspeitos de matar o pastor Anderson do Carmo Souza, de 42 anos, marido da parlamentar, no dia 16, em Niterói, na casa da deputada.

Rodrigues é filho biológico de Flordelis e enteado de Souza. Lucas é um dos 51 filhos adotivos do casal. Os dois estão presos desde segunda-feira por outras acusações.

A informação sobre os mandados de prisão foi divulgada na página do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O novo advogado constituído pela família da deputada, Marcelo Ramalho, esteve ontem na Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo, mas afirmou que ainda não havia visto o inquérito. Ele não quis dar detalhes.

Segundo a TV Globo, Rodrigues confessou, em depoimento, ser o autor do crime, mas há contradições a serem esclarecidas. Ele teria dito que atirou seis vezes no padrasto, mas laudo do Instituto Médico Legal revelou que o corpo tinha mais de 30 perfurações. Ainda segundo Rodrigues, Lucas teria ajudado a comprar a arma e teria participado do assassinato.

© crime. O homicídio aconteceu quando Souza e Flordelis voltavam de uma confraternização. Segundo a deputada disse à polícia, depois que chegaram em casa, o marido voltou à garagem para pegar algo no carro. Nesse momento, a família ouviu o som dos disparos e desceu correndo. Baleado, Souza foilevado ao Hospital Niterói D'Or, onde morreu. Nada foi roubado.

20 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Congresso.

Ministro da Justiça responde a perguntas de senadores sobre suposta troca de mensagens com procuradores e admite deixar governo caso seja provada irregularidade

Moro depõe por 8 horas e diz não ter 'apego' ao cargo

Amanda Pupo
Daniel Weterman | BRASÍLIA

Acostumado a fazer as perguntas, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, teve ontem seu "dia de réu". Passou oito horas e meia respondendo aos questionamentos dos senadores na Comissão de Constituição e Justiça da Casa sobre supostas mensagens que sugerem atuação conjunta com os procuradores da Lava Jato quando ele era juiz federal. Pela primeira vez, disse não ter "nenhum apego ao cargo" e admitiu a possibilidade de deixar o governo caso seja constatada ilegalidade.

O ministro voltou a dizer que agiu de acordo com a lei e cobrou que o site The Intercept Brasil, que publicou a suposta troca de mensagens, divulgue de uma vez todo o conteúdo a que teve acesso. "Então, o site apresente tudo, e aí a sociedade vai poder ver de pronto se houve alguma incorreção da minha parte. Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. Apresente tudo, vamos submeter isso ao escrutínio público. E, se houve ali irregularidade da minha parte, eu saio, mas não houve, porque eu sempre agi com base na lei", disse o ministro.

Moro se dispôs a ir à audiência dois dias após a divulgação das mensagens, quando parlamentares falavam em criar até uma CPI para investigar o caso. Quarenta e três senadores se inscreveram para debater com o ex-juiz acusações de parcialidade na condução da Lava Jato.

• 'Agi com base na lei'

"Não tenho nenhum apego pelo cargo. Apresente tudo, vamos submeter isso ao escrutínio público. Se houve ali irregularidade da minha parte, eu saio, mas não houve, porque eu sempre agi com base na lei."

"Pode ter havido alguma troca de mensagens, mas nada que não tenha sido normal se fosse presencial. Não estou dizendo que reconheço autenticidade, não tenho como dizer isso."

Os maiores ataques foram do PT, que teve o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenado por Moro na ação do triplex do Guarujá (SP).

Diante de um clima favorável na comissão, Moro disse que não poderia reconhecer a autenticidade das mensagens, mas tampouco negou que elas sejam verdadeiras. O ministro voltou a dizer que não há irregularidade nos conteúdos apresentados, mas "sensacionalismo". Declarou ainda não ter praticado nada de ilícito enquanto era juiz responsável pelo julgamento da Lava Jato em Curitiba.

"Evidentemente, pode ter havido alguma troca de mensagens, mas nada que não tenha sido normal se fosse presencial. Não estou dizendo que reconheço autenticidade, não tenho como dizer disso", disse. Moro levantou a possibilidade de as

mensagens terem sido alteradas antes de serem publicadas. Alegou, no entanto, não possuir mais o conteúdo das conversas.

O ex-juiz disse que acionou a Polícia Federal no dia 4 de junho, quando percebeu que seu celular havia sido atacado. Ele reconheceu, também, ter usado o aplicativo Telegram até 2017. **Balanco.** Para se defender da acusação de que houve conluio, ele apresentou dados sobre as ações e sentenças da Lava Jato. Citou que houve 45 sentenças judiciais e que o Ministério Público recorreu de 44. Segundo Moro, 91 dos 298 pedidos de prisão foram indeferidos. "Falou-se muito em conluio. Os dados são um indicativo de que não há convergência absoluta entre Ministério Público e juízo ou entre polícia e juízo."

O ministro reafirmou que a invasão foi realizada por um grupo criminoso organizado. Para ele, o objetivo dessa ação seria invalidar condenações por corrupção e lavagem de dinheiro, interromper investigações em andamento ou "simplesmente" atacar instituições.

Ele voltou a negar que tenha condicionado o convite para entrar no governo à indicação para o Supremo Tribunal Federal. "É uma fantasia", declarou Moro. "Não sei se vou querer, não sei se ele (Bolsonaro) vai me oferecer, não é uma questão posta agora no radar."

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

20 JUN 2019

A declaração foi feita em resposta ao senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). O parlamentar relatou que estava com o pai quando o presidente conheceu Moro e também negou que tenha havido a promessa de uma vaga no Supremo.

O contraponto foi do senador Jaques Wagner (PT-SP). O petista perguntou a Moro se não seria de "bom tom" se afastar do cargo, dada a repercussão do caso. Foi essa questão que levou Moro a dizer que não tem apego ao cargo.

Moro também foi indagado sobre o projeto de lei de abuso de autoridade, que deve ser votado pelo Senado na próxima semana. O ministro declarou que ainda precisa conhecer o relatório sobre a proposta.

'Ele fica', afirma Bolsonaro sobre ministro da Justiça

● Horas depois de o ministro da Justiça, Sérgio Moro, ter afirmado em depoimento na Comissão de Constituição e Justiça do Senado que não tem apego ao cargo e que, em caso de irregularidade, deixaria o ministério, o presidente Jair Bolsonaro saiu em defesa do ex-juiz da Lava Jato.

"Eu também não tenho apego ao meu cargo. O ministro é livre para tomar as decisões que bem entender. O Sérgio Moro é patrimônio nacional e, se depender de mim, não sai", disse ele, após participar de solenidade de formatura de sargentos da Aeronáutica, em Guaratinguetá (SP).

Bolsonaro afirmou ainda que, "até agora", não viu nada de "anormal" nas conversas atribuídas a Moro e a integrantes da força-tarefa da Lava Jato divulgadas pelo site The Intercept Brasil. "Não posso casar pensando em separar um dia. Não vi nada de anormal até agora. Querem tentar me atingir atacando quem está do meu lado. O Sérgio Moro é patrimônio, podem procurar outro alvo porque esse já era. Ele fica." / JOSÉ MARIA TOMAZELA

MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA

Na CCJ, ex-juiz agiu como político

● O depoimento do ministro Sérgio Moro na CCJ do Senado representou sua primeira prova de fogo enquanto político. Ele ainda não havia passado, sem a autoridade da toga, por uma sabatina com a obrigação de prestar esclarecimentos públicos sobre fatos controversos. Moro conseguiu diminuir a hostilidade do ambiente que aguardava graças à estratégia que adotou. Tentou normalizar o tom das conversas vazadas com Deltan Dallagnol, respondeu a perguntas sem esclarecer respostas, desqualificou conteúdos revelados sem negá-los na sua totalidade.

Conseguiu, assim, sair da audiência da forma que entrou: não ampliou seu desgaste público como esperado pela oposição, mas também não caiu nas graças dos senadores. Ao considerar os vazamentos uma ameaça à Lava Jato, Moro falou diretamente para um eleitorado que está mais preocupado com o resultado da operação do que com os procedimentos que estão sendo questionados. Ou seja, jogou para a plateia, o que o coloca em sintonia com o propósito do governo de transformar pleitos controversos em plebiscito público. Moro, definitivamente, é um político e seu futuro, provavelmente sem o STF, será a disputa eleitoral.

● PROFESSOR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA FGV-SP

CONTINUA

'NÃO SE JULGA SEM TER TUDO NAS MÃOS'

Curto e direto, o advogado Ary Oswaldo Mattos Filho avisa, sobre as quase nove horas de depoimento de Sergio Moro, ontem, na CCJ do Senado: "Ninguém julga nada sobre ninguém sem ter o conteúdo total do objeto a ser julgado". E mais: "É difícil julgar alguém hoje se amanhã sai notícia nova, depois de amanhã sai outra e tem de refazer o julgamento". Numa sessão em que, enfim, os defensores do ministro lhe deram força, alguns momentos chamaram a atenção de Mattos Filho. Um deles, admitiu, é que o processo "ficou muito politizado" e todas as críticas a Moro giravam em torno de Lula.

● Moro admitiu que são normais os contatos entre juízes, promotores e advogados. Tenho pensado muito sobre isso e tento me afastar desse arroz-com-feijão em que o juiz é que está sendo julgado. Ponto um: ninguém julga nada sobre ninguém sem ter o conteúdo total desse objeto. É difícil julgar hoje se amanhã sai notícia nova e você tem de refazer o que julgou. E ponto dois: é um julgamento muito polarizado. Moro e o MP lidam com muitas pessoas e só aparece o caso do Lula. Nada de Eduardo Cunha, de Marcelo Odebrecht, de José Dirceu... O mais seguro é não ter uma opinião definitiva sem ter tudo

em mãos. Não dá ficar nesse método conta-gotas.

● Afirmou-se que ele poderia ser punido pelo CNJ, o STF... Ora, é o mesmo desafio. O novo julgador precisaria também de todas as informações na mão pra decidir. Nenhuma dessas instituições vai julgar com os fatos chegando em picadinho...

● Moro disse que o conteúdo de suas falas não está mais disponível, que deixou o Telegram há tempos e mesmo na nuvem os dados não existem mais. Como fica?

É difícil fazer um juízo de valor. Você pode fazê-lo por duas vertentes. Uma de natureza ética, moral, outra estritamente legal. Para ambas precisará de todos os fatos. Se não estão na nuvem, a gente fica sem saber.

● O senador Cid Gomes sugeriu mudar a lei para que o juiz de instrução seja um e o que vai julgar seja outro...

É um sistema que já existe na França e na Itália. Acho que fica mais burocrático o processo. Aqui misturou um pouco as coisas. Difícilmente você fica fiscalizando o que o juiz conversa.

● Outro senador, Esperidião Amin, disse que a sofisticação do crime cibernético exige ações do governo, do parlamento, do Judiciário...

O que ele falou é uma preocupação mundial. Está todo mundo hackeado; até governos importantes. A gente vai ter de conviver com isso por muito tempo.

● Qual o problema de o caso Lula ser muito citado?

O processo se politizou demais. Se o Moro tivesse falado com o advogado do Lula, o mundo viria abaixo... do outro lado. No curso da Lava Jato, ele provavelmente conversou com algum advogado de defesa. Nesse tom, fica difícil tomar posição. /GABRIEL MANZANO

24 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Moro espera que reportagens de site não afetem projeto anticrime

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, disse esperar que a polêmica em torno da divulgação de mensagens supostamente trocadas com procuradores que integram a força-tarefa da operação Lava Jato, quando ainda era o juiz federal responsável por julgar os casos da operação que tramitavam em Curitiba, não atrapalhe o ritmo da análise do pacote anticrime que o governo federal enviou ao Congresso Nacional.

“Precisamos trabalhar juntos, Poder Executivo e Congresso Nacional. Temos

aqui este pacote anticrime, que tem medidas importantes que podem ser aprimoradas e, eventualmente, ser alteradas, o que faz parte do processo legislativo, mas espero que toda essa confusão não impacte na discussão do projeto”, disse Moro, afirmando que as propostas de mudanças em diversas leis estão em consonância com uma “atitude mais firme” de enfrentamento ao crime. Ainda de acordo com o ministro, no primeiro bimestre deste ano, o número de homicídios caiu 23% em todo o país.

FÁBIO CAMPANA

Moro pede lucidez

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, disse esperar que a polêmica em torno da divulgação de mensagens supostamente trocadas com procuradores que integram a força-tarefa da operação Lava Jato, quando ainda era o juiz federal responsável por julgar os casos da operação que tramitavam em Curitiba, não atrapalhe o ritmo da análise do pacote anticrime que o governo federal enviou ao Congresso Nacional.

“Precisamos trabalhar juntos, Poder Executivo e Congresso Nacional. Temos aqui este pacote anticrime, que tem medidas importantes que podem ser aprimoradas e, eventualmente, ser alteradas, o que faz parte do processo legislativo, mas espero que toda essa confusão não impacte na discussão do projeto”, disse Moro, afirmando que as propostas de mudanças em diversas leis estão em consonância com uma “atitude mais firme” de enfrentamento ao crime. Ainda de acordo com o ministro, no primeiro bimestre deste ano, o número de homicídios caiu 23% em todo o país.

“As causas da redução da criminalidade são muito complexas, assim como as de aumento. Acredito que esta atitude mais firme do governo federal e de vários governos estaduais em relação à criminalidade tem feito a diferença”, disse o ministro, acrescentando considerar que a mesma “firmeza” empregada no combate aos crimes violentos deve pautar o combate à corrupção. “Acho que temos que ter esta mesma conduta em relação à grande corrupção. Avançamos, mas agora é hora de nos prepararmos para consolidar estes avanços institucionais e irmos adiante”, pontuou Moro ao participar, voluntariamente, de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.